

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM LOGÍSTICA E PESQUISA OPERACIONAL**

**SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS SOLIDÁRIOS COMO ESTRATÉGIA DE  
INSERÇÃO DA PEA RURAL NA ECONOMIA COMO SUJEITO DA SUA  
HISTÓRIA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ/CE**

**NATALIA DA SILVA DUARTE**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM LOGÍSTICA E PESQUISA OPERACIONAL**

**SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS SOLIDÁRIOS COMO ESTRATÉGIA DE  
INSERÇÃO DA PEA RURAL NA ECONOMIA COMO SUJEITO DA SUA  
HISTORIA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ/CE**

**Natalia da Silva Duarte**

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências (M.Sc.) em Logística e Pesquisa Operacional.

**ORIENTADOR(A): Prof<sup>a</sup> Marta Maria de Mendonça Bastos, Pós D. Sc.**

**Fortaleza, CE**

**2008**

## FICHA CARTOGRÁFICA

DUARTE, NATALIA DA SILVA

Sistemas Produtivos Locais Solidários como Estratégia de Inserção da PEA Rural na Economia como Sujeito da sua Historia: Estudo de Caso no Município de Quixadá/CE. Fortaleza, 2008.

216 fl., Dissertação (Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional) – Programa de Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

1. Logística – Dissertação

2. Desenvolvimento

3. Economia Solidária

4. Sistema Produtivo Local

COD---

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DUARTE, Natalia da Silva (2008). Sistemas Produtivos Locais Solidários como Estratégia de Inserção da PEA Rural na Economia como Sujeito da sua Historia: Estudo de Caso no Município de Quixadá/CE. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 216 fl.

## CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Natalia da Silva Duarte

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: Sistemas Produtivos Locais Solidários como Estratégia de Inserção da PEA Rural na Economia como Sujeito da sua Historia: Estudo de Caso no Município de Quixadá/CE.

Mestre/2008

É concedida à Universidade Federal do Ceará permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Natalia da Silva Duarte

Rua Pedro Dantas, 228 – Dias Macedo – CEP: 60.860-150 – Fortaleza (CE) - BRASIL

**SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS SOLIDÁRIOS COMO ESTRATÉGIA DE  
INSERÇÃO DA PEA RURAL NA ECONOMIA COMO SUJEITO DA SUA  
HISTÓRIA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ/CE**

Natalia da Silva Duarte

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE  
MESTRADO EM LOGÍSTICA E PESQUISA OPERACIONAL DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO  
GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS EM LOGÍSTICA E PESQUISA  
OPERACIONAL.

Aprovada por:

---

Prof.<sup>a</sup> Marta Maria de Mendonça Bastos, Pós-D. Sc.  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>o</sup> João Bosco Furtado Arruda, Ph.D  
(Examinador Interno)

---

Prof. Jean-Marie Jacques Colin, D, Sc.  
(Examinador Externo)

---

Prof. Francisco José Mendes Gifoni, M. Sc  
(Examinador Externo)

**FORTALEZA, CE - BRASIL**

**AGOSTO DE 2008**

*Ao Adrian Ítalo Duarte Nery,  
saúde eterna.*

## AGRADECIMENTOS

À Deus, de quem recebi força e iluminação para a realização deste objetivo acadêmico e a quem devo todas as coisas. Sem sua ajuda nada teria sido possível.

Ao meu marido Moises, pelo amor, auxílio e encorajamento em todos os momentos da nossa longa caminhada juntos.

A minha família: meu pai Manoel, minha mãe Margarida, meus irmãos Mikaelle e João Manuel, pelo amor e carinho a mim sempre dispensados. A minha tia Liduina que sempre foi exemplo de força, garra, determinação e coragem em busca do alcance dos meus objetivos. A minha avó Antonieta que me presenteou com ensinamentos morais e éticos, além de seu infinito carinho e amor. Certamente estão bastante felizes e orgulhosos com mais essa minha proeza.

Á minha professora orientadora Marta Bastos por todos os seus ensinamentos, profissionais e pessoais, e por todas as discussões maravilhosas que tivemos a respeito do real sentido do desenvolvimento e da vida.

Aos meus colegas deste curso de mestrado em especial a Valquiria, Larisse, Vera, Carmem, Kleison, Rosângela e Greyciane por seu companheirismo.

Ao professor João Bosco Furtado Arruda, Jean-Marie Jacques Colin e Francisco José Mendes Gifoni pela participação na banca examinadora e por suas preciosas contribuições para a elaboração deste trabalho.

As minhas amigas eternas companheiras de todos os momentos Alessandra, Amanda, Kilvia, Liliana, Natalia e Tarcilia pelo carinho e incentivo.

A todos que de alguma forma contribuíram para a consecução desta obra.

Em especial e com todo o meu apreço agradeço ao Adrian Ítalo Duarte Nery (*in memoriam*) por ter me ensinado que o que existe de maior e mais importante na vida é o Amor, essência de tudo e segredo da determinação, da persistência e da vitória.

“O homem quase sempre se torna aquilo que acredita ser. Se eu ficar repetindo que não serei capaz de fazer tal coisa, é possível que acabe me tornando incapaz de fazê-la. Por outro lado, se acredito que posso fazê-la, certamente irei adquirir tal capacidade, mesmo que não a detenha num primeiro momento.”

*Mahatma Gandhi*

Resumo da Dissertação submetida ao GESLOG/UFC como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências (M.Sc.) em Logística e Pesquisa Operacional.

**SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS SOLIDÁRIOS COMO ESTRATÉGIA DE  
INSERÇÃO DA PEA RURAL NA ECONOMIA COMO SUJEITO DA SUA  
HISTORIA: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ/CE**

Natalia da Silva Duarte

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Marta Maria de Mendonça Bastos, Pós-D. Sc.

O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, e em especial no Estado do Ceará, ainda está longe de ser a efetiva solução dos problemas acumulados ao longo de séculos de colonização sócio-econômico-político-cultural. Ao contrário, é ele a origem principal da péssima distribuição de renda vigente em nosso país, regiões e estados. Assim, faz-se necessário uma nova reflexão sobre o real significado do desenvolvimento, partindo inicialmente do entendimento das potencialidades e necessidades locais de uma determinada região. Este é o conceito de desenvolvimento local integrado e sustentável. Onde para a sua aplicação é preciso mudar o foco do olhar econômico vigente, da visão tradicional capitalista, cujo cerne é o mero crescimento econômico, para uma nova visão humanitária, da atividade econômica: a economia solidária, onde o foco é o desenvolvimento humano. Conceito ainda em construção a economia solidária reflete, através dos seus princípios, a necessidade de união de esforços numa perspectiva oposta à concorrência entre seres humanos. Utopia? Alguns assim a julgarão. Outros nela acreditarão e nela se engajarão, crendo ser possível a construção de uma nova sociedade - mais justa e fraterna, superando o atual contexto sócio-econômico-político-cultural do Brasil. Uma das formas de operacionalizar o desenvolvimento local endógeno é organizar a atividade econômica de pequenos produtores rurais através de sistemas produtivos locais de modo a torná-los sujeitos de suas próprias Histórias. Partindo deste princípio o presente trabalho contém um estudo de caso no município de Quixadá na região do sertão central do Ceará. Teve-se como intuito elaborar uma estratégia de desenvolvimento com base em políticas que contribuam para o desenvolvimento de regiões precárias e subdesenvolvidas, utilizando-se como estratégia o desenvolvimento os *sistemas produtivos locais solidários*, formados pelos atores locais a partir das suas potencialidades e dos recursos locais.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, Economia Solidária, Sistema Produtivo Local, Logística.

Abstract of the M.Sc. Thesis presented to GESLOG/UFC as part of the requirements to obtain the M.Sc. title in Logistics and Operations Research.

**SOLIDARITY LOCAL PRODUCTION SYSTEMS AS STRATEGY OF INSERTION  
OF THE RURAL ECONOMICALLY ACTIVE POPULATION INTO THE  
ECONOMY AS SUBJECT OF ITS HISTORY: A CASE STUDY OF THE  
MUNICIPAL DISTRICT OF QUIXADÁ/CE**

Natalia da Silva Duarte

**Supervisor:** Prof. Marta Maria de Mendonça Bastos, Post-Doc.

The development model adopted in Brazil, and especially in the State of Ceará, is still far from being the effective solution to the problems accumulated along centuries of social, economical, political and cultural colonization. Instead, it is the main cause of the bad income distribution occurring in our country. Therefore, it is necessary to make a new reflection on the real meaning of development, by starting with the understanding of the local potentialities and needs of a certain region. This is the concept of integrated and sustainable local development. To apply that concept, it is necessary to change the focus of the current economical approach from the capitalist traditional vision, whose essence is only the economic growth, to a new humanitarian vision concerning the economic activity. That is the solidarity economy, in which the focus is the human development. Being a concept still under construction, the solidarity economy reflects, through its principles, the need for combining efforts in a view opposite to the competition among human beings. Is it a utopia? Some will judge it like that. Others will believe and engage in it, believing that it is possible to construct a new society, a fairer and fraternal one, overcoming the current socio, economical, political and cultural context of Brazil. One the ways to operationalize the endogenous local development is to organize the economic activity of small rural producers through local production systems so as to make them subject of their own histories. Based on that principle, the present work consists of a case study in the municipal district of Quixadá, in the central countryside of Ceará State. The objective was to formulate a development strategy based on policies that contribute to the development of precarious and underdeveloped areas, using as strategy the development of local solidarity production systems formed of local actors based on their potentialities and the local resources.

**Keywords:** Integrated and sustainable local development, Solidarity Economy, Local Production System, Logistics.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.1</b>	Produto Interno Bruto do Brasil - Evolução entre 1997 e 2007	2
<b>Tabela 1.2</b>	Brasil - Porcentagem da Distribuição da Renda Apropriada pelo primeiro, segundo, nono e décimo, renda dos 50%, mais pobres, 5% e 1% mais ricos, renda média e milhões de pobres.	2
<b>Tabela 1.3</b>	Classificação de Alguns Estados Brasileiros - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	3
<b>Tabela 1.4</b>	Distribuição Percentual da Pobreza no Estado do Ceará	3
<b>Tabela 1.5</b>	Entrevistas Realizadas com Órgãos de Apoio	19
<b>Tabela 5.1</b>	População por Município da Região do Sertão Central do Ceará	92
<b>Tabela 5.2</b>	Indicadores de Caracterização dos Municípios do Sertão Central do Ceará	93
<b>Tabela 5.3</b>	População Total de Quixadá e por Distrito	93
<b>Tabela 5.4</b>	Instituições de Ensino em Quixadá	103
<b>Tabela 5.5</b>	Rebanhos Regionais do Município de Quixadá/CE	115
<b>Tabela 5.6</b>	Turismo Internacional Participação do Ceará e do Brasil em Comparação com o Mundo	116
<b>Tabela 5.7</b>	Regionais de Atendimento dos Técnicos Agrícolas da Prefeitura de Quixadá	120
<b>Tabela 5.8</b>	Famílias Cadastradas para Atendimento dos Técnicos Agrícolas da Prefeitura de Quixadá	120
<b>Tabela 5.9</b>	Famílias Cadastradas no Programa Hora do Trator de 2007 da Prefeitura de Quixadá	121
<b>Tabela 5.10</b>	Pagamento do Seguro Safra	128

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 3.1</b>	Transformações Recentes da Socioeconomia Mundial	51
<b>Quadro 5.1</b>	Plano de Desenvolvimento Territorial do Sertão Central	91
<b>Quadro 5.2</b>	Caracterização dos Tipos de Turismo em Quixadá	117
<b>Quadro 6.1</b>	Ovinocaprinocultura Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças	158
<b>Quadro 6.2</b>	Caprinocultura de Leite Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças	159
<b>Quadro 6.3</b>	Algodão Agroecológico de Leite Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças	160
<b>Quadro 6.4</b>	Agricultura Familiar Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças	161
<b>Quadro 6.5</b>	Apicultura Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças	163
<b>Quadro 6.6</b>	Turismo Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças	165

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.1</b>	Fluxograma para Construção de Instrumento	17
<b>Figura 1.2</b>	Etapas da Pesquisa	23
<b>Figura 2.1</b>	Capital Social e Território	31
<b>Figura 2.2</b>	Fatores do Capital Social	32
<b>Figura 3.1</b>	Princípios de Inclusão Social	53
<b>Figura 4.1</b>	Do Arranjo produtivo Local Solidário ao Sistema Produtivo local Solidário	71
<b>Figura 4.2</b>	Atores do Arranjo Produtivo e Delimitação de Território	74
<b>Figura 5.1</b>	Elementos Fundamentais para a Viabilização dos SPL's como Estratégia de DLIS	88
<b>Figura 5.2</b>	Processo Reflexivo	89
<b>Figura 5.3</b>	Proposições de Políticas Públicas para o SPLS	89
<b>Figura 5.4</b>	Formação Rochosa do Município de Quixadá/CE – Pedra da Galinha Choca	94
<b>Figura 5.5</b>	Mapa do Município de Quixadá/CE	95
<b>Figura 6.1</b>	Cadeia Produtiva Simplificada do Turismo	138
<b>Figura 6.2</b>	Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura de Corte	141
<b>Figura 6.3</b>	Cadeia Produtiva da Caprinocultura de Leite	144
<b>Figura 6.4</b>	Cadeia Produtiva do Algodão Agroecológico	147
<b>Figura 6.5</b>	Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar Consorciada	150
<b>Figura 6.6</b>	Processo Cíclico de Elaboração de Ações	156

## LISTA DE SIGLAS

ACOCECE	Associação dos Criadores de Caprinos do Estado do Ceará
ADEC	Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANCAR	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural.
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária
APL	Arranjos Produtivo Local
APLS	Arranjo Produtivo Local Solidário
BIRD	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CARVIL	Carneiro Avícola Ltda
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEDE	Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico do Ceará
CEDR	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENTEC	Centro de Educação Tecnológica do Ceará
CETRA	Centro de Estudos ao Trabalho e Associativismo do Trabalhador
CMDS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COCRESCE	Cooperativa de Crédito Rural do Estado do Ceará
COFECON	Conselho Federal de Contabilidade
COGER	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única de Trabalhadores
DATAR	<i>Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale</i>
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Quixadá
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Equipamentos de Proteção Individual

ESPLAR	Centro de Pesquisa e Assessoria
FASE	Federação de Órgãos para a assistência Social e Educacional
FCRS	Faculdade Católica Rainha do Sertão
FECLESC	Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central
FECOMERCIO	Federação do Comércio
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
GTP-APL	Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
IEL-CE	Instituto Euvaldo Lode do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Econômico do Ceará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPEM	Micro, Pequena e Média Empresa
NEAAPL-Ce	Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Ceará
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento
NUTEC	Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMT	Organização Mundial de Turismo
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PMDR	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual de Ação
PROCOMPI	Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
QUIAVE	Quixadá Alimentos Avículas Ltda
RAS	Reforma Agrária Solidária

REDESIST	Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos Locais
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SAT	Subprojeto de Aquisição de Terras
DAS	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SDLR	Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional
SEAGRI	Secretaria de Agricultura e Pecuária
SEAP	Secretaria Especial de Pesca
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SECITECE	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Ceará
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura do Ceará
SEINFRA	Secretaria de Infra-Estrutura
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SETUR	Secretaria de Turismo
SIC	Subprojeto de Investimento Comunitário
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIGEOR	Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados
SPL	Sistema Produtivo Local
SPLS	Sistema Produtivo Local Solidário
SRH	Secretaria dos Recursos Hídricos
STDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
STR	Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais
UE	União Européia
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará.
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNIDO	<i>United Nations Industrial Development Organization</i>
UTN	Unidade Técnica Nacional
WCED	<i>World Commission on Environment and Development</i>

## SUMÁRIO

<b>CAPITULO 1 - INTRODUÇÃO GERAL.....</b>	<b>1</b>
<b>1.1 Importância do Tema em Estudo.....</b>	<b>1</b>
<b>1.2 Problemática e Problema de Pesquisa .....</b>	<b>7</b>
1.2.1 Problemática.....	7
1.2.2 Problema de Pesquisa.....	9
<b>1.3 Questões Principais.....</b>	<b>10</b>
1.3.1 Outras Questões Pertinentes.....	10
<b>1.4 Objetivos da Pesquisa .....</b>	<b>11</b>
1.4.1 Objetivo Geral .....	11
1.4.2 Objetivos Específicos .....	12
<b>1.5 Hipótese de Pesquisa .....</b>	<b>13</b>
<b>1.6 Metodologia .....</b>	<b>14</b>
1.6.1 Referencial Teórico .....	15
1.6.2 Levantamento de Dados e Informações.....	16
1.6.3 Estratégia de Diagnóstico Utilizada na Pesquisa.....	20
1.6.4 Etapas de Pesquisa .....	21
<b>1.7 Estrutura do Trabalho.....</b>	<b>23</b>
 <b>PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	
<b>CAPITULO 2 - REFLEXÕES SOBRE O SIGNIFICADO DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>26</b>
<b>2.1 O Homem – De Objeto a Sujeito de sua História.....</b>	<b>26</b>

<b>2.2 Desenvolvimento como Liberdade.....</b>	<b>33</b>
<b>2.3 Desenvolvimento Sustentável.....</b>	<b>37</b>
<b>2.4 Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).....</b>	<b>39</b>
<b>2.5 Políticas Públicas de Desenvolvimento?.....</b>	<b>42</b>
<b>CAPITULO 3 - ECONOMIA SOLIDARIA E DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>45</b>
<b>3.1 Características da Economia Solidária.....</b>	<b>45</b>
<b>3.2 Origem da Economia Solidária.....</b>	<b>49</b>
<b>3.3 Economia Solidária no Brasil.....</b>	<b>50</b>
<b>3.4 Princípios da Economia Solidária.....</b>	<b>52</b>
<b>3.5 Construção do Modo de Produção Solidário Visando o Desenvolvimento Endógeno.....</b>	<b>55</b>
<b>3.6 Heterogestão Capitalista versus Autogestão.....</b>	<b>56</b>
<b>CAPITULO 4 - SISTEMA PRODUTIVO LOCAL SOLIDÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>59</b>
<b>4.1 Reflexões sobre a cooperação entre pequenos.....</b>	<b>59</b>
<b>4.2 Políticas e Projetos Voltados para Arranjos e Sistemas Produtivos Locais.....</b>	<b>63</b>
<b>4.3 Sistema Produtivo Local – Conceitos e Controvérsias.....</b>	<b>67</b>
<b>4.4 Território como Agente de Mudança.....</b>	<b>71</b>
<b>4.5 A Construção de Sistemas Produtivos Locais Solidários e a Cooperação.....</b>	<b>74</b>
4.5.1 Construção do Capital Social e da Boa Governança.....	76
4.5.2 Abordagem Cooperativa dos SPL's Solidários.....	77
<b>4.6 Desenvolvimento e SPL Solidário.....</b>	<b>79</b>
<b>4.7 SPL's Solidários, Logística Integrada e <i>Supply Chain</i>.....</b>	<b>84</b>

## **PARTE II – ESTUDO DE CASO**

### **CAPITULO 5 - CARACTERISTICAS E POTENCIALIDADES**

<b>DO MUNICIPIO DE QUIXADÁ/CE.....</b>	<b>87</b>
<b>5.1 Detalhamento da Metodologia Utilizada.....</b>	<b>87</b>
5.1.1 Primeira Etapa – Descrição dos Atores Internos e Externos.....	87
5.1.2 Segunda Etapa – Diagnóstico das necessidades dos Atores do SPLS.....	88
5.1.3 Terceira Etapa - Proposições de ações e políticas para o SPLS.....	88
<b>5.2 Caracterização do Município Foco do Estudo.....</b>	<b>90</b>
5.2.1 Caracterização da Região do Sertão Central do Estado do Ceará.....	91
5.2.2 Caracterização do Município de Quixadá.....	95
5.2.3 Caracterização Geográfica e Socioeconômica da Quixadá.....	101
5.2.3.1 Características Geofísicas .....	101
5.2.3.2 Aspectos Demográficos e Socioeconômicos.....	102
<b>5.3 Potencialidades Econômicas Para o Município Identificadas nesta</b>	
<b>    Pesquisa.....</b>	<b>105</b>
<b>5.4 Potencialidades Identificadas Para Pequenos Produtores Rurais.....</b>	<b>107</b>
5.4.1 Atividades do Setor Primário.....	107
5.4.1.1 Agricultura familiar.....	107
5.4.1.2 Apicultura.....	109
5.4.1.3 Algodão Agroecológico.....	111
5.4.1.4 Ovinocaprinocultura.....	112
5.4.2 Atividades do Setor Terciário.....	115
5.4.2.1 Turismo.....	115
<b>5.5 Instituições e Ações Locais de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais em</b>	
<b>    Quixadá.....</b>	<b>119</b>
5.5.1 Ações desenvolvidas pela Prefeitura.....	119

5.5.2 Ações desenvolvidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE).....	124
5.5.3 Ações Desenvolvidas por Outras Instituições.....	134

## **CAPÍTULO 6 - INDICAÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO DE SPLS's COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO DE QUIXADÁ/CE..... 136**

### **6.1 Potencialidades e Dificuldades..... 136**

### **6.2 Cadeias Produtivas e Mapeamento dos Atores..... 137**

#### 6.2.1 SPLS de Turismo..... 137

#### 6.2.2 Ovinocaprinocultura de Corte e Caprinocultura de Leite..... 140

##### 6.2.2.1 Ovinocaprinocultura de Corte..... 140

##### 6.2.2.2 Caprinocultura de Leite..... 143

#### 6.2.3 Cadeia Produtiva do Algodão Agroecológico..... 146

#### 6.2.4 Cadeia Produtiva de Agricultura Familiar Consorciada..... 149

### **6.3 Indicações para o SPL solidário..... 153**

#### 6.3.1 Ações voltadas para o SPLS de Ovinocaprinocultura de corte..... 156

#### 6.3.2 Ações voltadas para o SPLS de Caprinocultura de leite..... 158

#### 6.3.3 Ações voltadas para o SPLS do Algodão Agroecológico..... 159

#### 6.3.4 Ações voltadas para o SPLS de Agricultura familiar ..... 160

#### 6.3.5 Ações voltadas para o SPLS de Apicultura..... 162

#### 6.3.6 Ações voltadas para o SPLS de Turismo ..... 163

#### 6.3.7 Ações comuns a todos os SPLS's do município de Quixadá..... 165

## **CAPÍTULO 7 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES..... 168**

### **7.1 Aspectos Relevantes do Trabalho..... 168**

<b>7.2 Principais Conclusões do Trabalho.....</b>	<b>169</b>
<b>7.3 Proposições para o Aprofundamento da Pesquisa.....</b>	<b>171</b>
<b>7.4 Limitações do Trabalho.....</b>	<b>173</b>
<b>7.5 Considerações Finais.....</b>	<b>173</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>174</b>

## **APÊNDICES**

**A - Índice de Desenvolvimento Humano – Municípios do Estado do Ceará**

**B - Indicadores de Pobreza 2000 - Municípios do Estado do Ceará**

**C – QUESTIONÁRIO**

## **ANEXOS**

**A – RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO A APL NO CEARÁ**

**B – ROTULO DOS APICULTORES DE QUIXADÁ**

**C – INSTITUIÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA  
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (GTP-APL)**

# CAPÍTULO UM

## INTRODUÇÃO GERAL

Neste capítulo tem-se como objetivo apresentar uma introdução geral desta Dissertação de Mestrado. Para isso ele está estruturado em sete seções, explicitadas a seguir. Na primeira seção, são expostas as justificativas a respeito da importância dos temas em estudo. Na segunda seção, é descrito o exato problema de pesquisa. Na terceira, são expostas a questão principal foco da pesquisa e as questões pertinentes a ela relacionadas e que motivaram a realização do trabalho. Elas são divididas em questões teóricas e questões práticas. Na quarta seção, são apresentados os objetivos da investigação, originadas das questões suscitadas pelos temas de pesquisa. A hipótese é apresentada na quinta seção. A metodologia da pesquisa e do estudo de caso são apresentadas na sexta seção, onde também são descritos os referenciais teóricos e as etapas da pesquisa. Por fim, na sétima seção, é apresentada a estrutura da dissertação indicando sucintamente os temas e conteúdos tratados em cada capítulo.

### 1.1 IMPORTÂNCIA DO TEMA EM ESTUDO

De país de terceiro mundo, o Brasil passou a ser chamado de país em desenvolvimento. País de economia emergente, nele pode-se constatar a diminuição das taxas de mortalidade, de analfabetismo e de desemprego aberto. No entanto as condições sociais do brasileiro ainda estão bem aquém do ideal. Embora o PIB do Brasil tenha crescido ao longo dos últimos anos, conforme Tabela 1.1, este crescimento não evitou que ele ocupasse a posição 70ª em renda per capita em 2005, segundo o PNUD (2008), além de ter uma das piores defasagens de renda do planeta. A renda per capita dos 10% mais ricos é 32 vezes maior que dos 40% mais pobres. Os 10% mais ricos ficam com 49,6% da renda, segundo PNUD (2005).

A desigualdade social no Brasil é absurda; para efeito de comparação, na Suécia, a diferença de renda entre ricos e pobres é de no máximo seis vezes; nos Estados Unidos e no Uruguai é dez vezes.

TABELA 1.1 - Produto Interno Bruto do Brasil – Evolução entre 1997 e 2007

Período	Em milhões de R\$ de 2007	Variação Percentual Real	População em mil	Per Capita			
				Preços Correntes R\$	Em R\$ de 2007	Variação Percentual Real	Preços Correntes em US\$
1997	1.949.465	3,4	163.780	5.734	11.903	1,8	5.320
1998	1.950.154	0,0	166.252	5.890	11.730	-1,5	5.077
1999	1.955.109	0,3	168.754	6.311	11.586	-1,2	3.477
2000	2.039.299	4,3	171.280	6.886	11.906	2,8	3.766
2001	2.066.022	1,3	173.822	7.491	11.886	-0,2	3.186
2002	2.120.943	2,7	176.391	8.378	12.024	1,2	2.859
2003	2.145.266	1,1	178.985	9.498	11.986	-0,3	3.093
2004	2.267.893	5,7	181.586	10.692	12.489	4,2	3.655
2005	2.339.522	3,2	184.184	11.658	12.702	1,7	4.791
2006	2.427.371	3,8	186.771	12.491	12.997	2,3	5.740
2007	2.558.821	5,4	189.300	13.517	13.517	4,0	6.844

Fonte: Adaptado do Banco Central do Brasil (2008)

A distribuição de renda no Brasil continua sendo uma das piores do mundo, conforme mostra a Tabela 1.2, apresentada a seguir, na qual se pode notar o aumento da desigualdade de renda no país.

TABELA 1.2 - Brasil - Porcentagem da Distribuição da renda apropriada pelo primeiro, segundo, nono e décimo, renda dos 50%, mais pobres, 5% e 1% mais ricos, renda média e milhões de pobres

Décimos	Anos					
	1981	1985	1990	1995	2001	2004
Primeiro	0,9	0,9	0,7	0,7	0,7	0,8
Segundo	1,8	1,7	1,5	1,6	1,6	1,9
Nono	16,4	16,2	16,5	16,3	16,2	16,2
Décimo	46,5	48,1	49,0	47,9	47,5	45,4
50% mais pobres	13,1	12,5	11,4	12,3	12,5	13,7
5% mais ricos	32,9	34,5	35,1	34,2	34,1	32,2
1% mais rico	12,7	14,3	14,3	13,9	13,9	13,0
Renda anual média	305	322	340	383	382	462
Número de pobres	46,9	52,8	58,7	49,9	55,3	55,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNUD (2005).

A concentração de renda transforma o Brasil em vários “Brasis”, sendo mais acirrada no Nordeste e, particularmente, no Estado do Ceará. De fato, o Ceará ocupa o 3º lugar dentre os estados brasileiros que mais concentram renda. Assim, não surpreende o fato de que ele ocupe, também, algumas das piores posições dentre os 27 estados brasileiros, no que diz respeito a importantes indicadores sócio-econômicos, como os que estão apresentados na Tabela 1.3, a seguir.

TABELA 1.3 - Classificação de Alguns Estados Brasileiros - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

<i>Estados da Federação</i>	<i>IDH: valor</i>	<i>IDH: Posição Relativa</i>	<i>Índice de Gini</i>	<i>Esperança de Vida ao Nascer</i>	<i>Escolaridade</i>
Ceará	0.616	23°	25°	13°	20°
Piauí	0,584	26°	21°	23°	26°
Maranhão	0,558	27°	20°	27°	24°
Distrito Federal	0.842	1°	14°	5°	1°
São Paulo	0.79	2°	3°	2°	5°

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD (2000)

Em particular, na realidade do Ceará destacam-se o grande percentual de pobres existentes em seus municípios, incluindo o Município de Quixadá, foco do estudo de caso, onde 63,48% de sua população são pobres e 33,64% são indigentes, conforme Tabela 1.4, a seguir.

TABELA 1.4 - Distribuição Percentual da Pobreza no Ceará em 2000

<b>N° de Municípios</b>	<b>Varição Percentual da pobreza entre os municípios do estado do Ceará</b>
19	Entre 43% e 49%
85	Entre 50% e 59%
75	Entre 60% e 69%
5	Maior que 70
Quixadá/CE	63,48%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD (2000)

Conforme Sen (2000):

Existem problemas novos convivendo com antigos – a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas, violação das liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social. Muitas dessas privações podem ser controladas, sob uma ou outra forma, tanto em países ricos como em países pobres. (...) a condição de agente dos indivíduos é, em última análise, central para lidar com essas provações. (SEN, 2000)

A pobreza é generalizada na Região Nordeste; em sua totalidade, abriga cerca de 50% dos pobres brasileiros (PNUD, 2000). É preciso dizer que um país tem pobreza quando existe escassez de recursos ou quando, apesar de haver um volume aceitável de riquezas, elas são mal distribuídas. O Brasil é um país rico, mas *desigual*, com um Produto Interno Bruto elevado, mas concentrado, injusto e excludente.

Paradoxalmente, não existem, de fato em execução no Estado do Ceará políticas públicas de desenvolvimento sócio-econômico regional integrado. E mais paradoxal, ainda, é o fato da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDLR) existente ter sido extinta e criada, em seu lugar, uma Secretaria das Cidades, mesmo após se ter confirmado, através da atual situação do Brasil, do Nordeste e do Ceará, que a concentração do planejamento voltado prioritariamente para cidades ou pólos é uma estratégia que não viabiliza o desenvolvimento nos aspectos: sociais, culturais, políticos e econômicos relacionados à inserção de forma efetiva da PEA, ou seja, como sujeitos da sua história.

Entre as décadas sessenta a oitenta, os investimentos públicos e privados se concentraram na capital e nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, gerando crescimento extremamente desequilibrado entre as regiões do Estado. Posteriormente, na década de 90, iniciou-se intenso processo de atração de novos investimentos, particularmente industriais e de turismo, localizados nas diversas regiões de desenvolvimento do Estado, numa tentativa de difusão do processo de crescimento econômico.

Através da Secretaria de Planejamento, foi criado, em novembro de 2003, entrando em efetiva operação em 2004, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) que surgiu com o objetivo de combater a pobreza, reduzir as desigualdades de renda e promover o crescimento com inclusão social.

Este fundo distribuiu, em média, R\$ 160,00 milhões de reais no período de 2004 a 2007. Atua através de projetos que são elaborados pelas prefeituras e/ou ONG's, enviados as Secretarias do Estado relacionadas ao projeto. As secretarias fazem uma pré-seleção destes projetos que, em seguida, são enviados para o FECOP para análise final dos mesmos. A meta é utilizar 70% dos recursos disponíveis para transferência de renda e 30% para melhoria de infra-estruturas.

No entanto, este objetivo ainda não está sendo atingindo, visto que os projetos são elaborados pelas prefeituras e/ou ONG's, e estas solicitam, na sua maioria, verbas para infra-estrutura. Entre as dificuldades existentes para a melhor utilização destes recursos está a falta de capital humano capacitado para elaborar e gerenciar os projetos nos municípios.

No que diz respeito às áreas rurais, os esforços governamentais se concentram mais nos agropólos, que influenciam cerca de um terço (64 municípios) do total de municípios do Estado (184). Neles, predominam projetos empresariais cujo foco é, predominantemente, comercial e se voltam, principalmente, para a exportação e não para o desenvolvimento espacial e demograficamente equilibrado no Estado, com inclusão da sua população economicamente ativa (PEA).

Pela desigualdade social, o Estado deveria voltar suas políticas, de forma prioritária, para absorção do maior contingente possível da PEA do Estado e não para grandes empreendimentos concentradores de renda, focados em grandes empresas (algumas multinacionais) como parece ser a tônica, até o presente momento.

Se seguidas as tendências atuais, serão acentuadas as conseqüências de concentração/polarização que acompanham o Brasil desde o início da colonização. Assim, o desenvolvimento não ocorrerá e não se atenuará a questão da geração de emprego e renda rurais. Daí a necessidade de se mudar o foco das atuais políticas de crescimento regional polarizado e excludente, refletido nas tabelas nos apêndices A e B, para políticas de desenvolvimento local integrado e sustentável, considerando que a miséria persiste, desde o império, na maioria dos municípios do Ceará. Esta miséria tem como principal causa não a seca, como muitos dizem, mas a contínua incidência de políticas assistencialistas e inócuas como paradigmas de transformação da miséria, e de políticas de crescimento polarizado e excludente, como os agropólos, por exemplo.

O Ceará é, atualmente, um dos estados brasileiros com os piores indicadores sociais. As informações divulgadas pelo PNUD Brasil, em 2005, mostram que o IDH ainda ocupa a posição de 23°. Boa parte da população dos municípios recebe renda inferior a R\$ 75,50, ou seja, ela se encontra na miséria. Essa situação é ainda mais preocupante quando se sabe que o Ceará apresenta uma das maiores desigualdades de renda do país.

Segundo Celso Furtado (1992), no vasto território que veio a constituir o Brasil, foi a emergência precoce de um sistema político imperial que criou condições para que se realizassem transferências inter-regionais de população e renda de alcance histórico na formação nacional. Essa é uma das raízes históricas estruturais que contribuiu para o nível de

desigualdade encontrado atualmente, tanto no Brasil quanto na Região Nordeste e no Estado do Ceará.

Um dos traços característicos do desenvolvimento atual do Estado é a lenta absorção de mão de obra, que se traduz em desemprego crônico e pressão para a baixa de salários da mão de obra não especializada. Uma segunda característica marcante é a total exclusão do sistema econômico dos indivíduos localizados longe dos centros ‘polarizadores’ da economia, como as cidades médias e pequenas. *“Uma sociedade mais inclusiva seria caracterizada pela consistente redução das desigualdades, pelo equilíbrio entre os direitos e deveres individuais e por uma crescente coesão social”* (IPECE, 2006a).

A situação descrita por Furtado, em 1992, se agravou após 16 anos, comprovando a incompetência das políticas públicas utilizadas para a diminuição da pobreza (e miséria) e distribuição mais equitativa de renda.

Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional. (FURTADO, 1992)

Atualmente, um paradigma muito discutido no âmbito da questão do desenvolvimento é a homogeneização social. Ela não se refere à uniformização de padrões de vida, mas à satisfação, de forma apropriada, por parte dos membros de uma sociedade, das suas necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso a educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais, de acordo com sua realidade. Ressalta-se que foi a partir deste paradigma que se originou a concessão do Prêmio Nobel de economia a Amartya Sen em 1998 (COFECON, 2008).

Nota-se que as teorias de crescimento econômico são confundidas com as de desenvolvimento, porque, dentre outras coisas, são esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduziram à melhoria do bem-estar de uma população pela crescente homogeneização social. Teoricamente perfeito, este esquema de crescimento econômico está longe de ser condição suficiente para que se produza o verdadeiro desenvolvimento, o qual conduz ao

equilíbrio da distribuição de renda e à inclusão social na atividade econômica. Assim, uma estratégia de desenvolvimento verdadeira deve ser capaz de modificar a distribuição da renda primária.

Neste contexto, para participar da distribuição da renda é necessário estar inserido de forma qualificada no sistema produtivo. Nele, cabe indagar: *como se qualificar a PEA de regiões como a do sertão central do Ceará, onde sequer suas necessidades básicas de sobrevivência relativas à alimentação e saúde são atendidas?*

Faz falta um verdadeiro conhecimento das potencialidades e debilidades existentes. Somente um projeto apoiado num conhecimento consistente da realidade espacial e social poderá romper com a lógica perversa da exclusão social. E um projeto para essa realidade deve ser fundamentado na cooperação dos atores locais, bem como no desenvolvimento territorial local integrado e sustentável.

A primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto-intitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade. Neste novo quadro que se configura, o destino dos povos dependerá menos das articulações dos centros de poder político e mais da dinâmica das sociedades civis. (FURTADO, 1992)

É neste contexto que se apresenta esta pesquisa cuja problemática e problema de pesquisa são apresentados a seguir.

## **1.2 PROBLEMATICA E PROBLEMA DE PESQUISA**

### **1.2.1 Problemática**

A miséria absoluta e a indigência presentes no Ceará não se apresentam necessariamente nos países de mais baixos níveis de renda per capita. E sim, *naqueles em que sejam mais acentuadas as disparidades sociais e regionais*, como é o caso do nosso Estado.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento são dimensões de um *mesmo* processo histórico e originam-se na idéia de dependência como ingrediente deste processo. Concentra riquezas em benefício de uma minoria cujo estilo de vida requer um dispêndio crescente de

recursos não-renováveis e que somente se mantém porque a grande maioria da humanidade se submete a diversas formas de penúria, principalmente a fome.

Estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico, deve ser a meta estabelecida pelos poderes políticos, que, entretanto, se encontram majoritariamente engajados em metas de satisfação de seus próprios interesses. Assim, o poder não está a serviço da sociedade, mas sim, da minoria que o detém e o utiliza em benefício próprio.

O objetivo deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população. A educação deveria ser concebida como *desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária*. E, a criatividade humana, hoje orientada de forma obsessiva para a inovação técnica a serviço da acumulação de capital e de poder militar, deveria ser dirigida para a busca da felicidade, esta entendida como a realização das potencialidades e aspirações dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente.

Dentre as alternativas de inclusão humana e socioeconômica, se destaca a fomentação de Sistemas Produtivos Locais Solidários (SPLS's) baseados na potencialidade local. Isto por que estes sistemas são capazes de dar suporte ao desenvolvimento humano, social, político, cultural, ambiental e econômico, da PEA de baixa renda que habita as áreas rurais do estado, através da integração desta PEA e demais atores locais, além do que representa *investimentos públicos de pouco valor, facilmente financiáveis*. Assim, os SPLS's contribuem para o desenvolvimento local integrado e sustentável, no qual está implícito o desenvolvimento humano.

A questão do desenvolvimento deve ser tratada de forma total, pois não pode existir desenvolvimento que não seja econômico, social, cultural, educacional e ambiental. Portanto, não se trata de mero crescimento econômico, indispensável, mas insuficiente, por si só, para promover o desenvolvimento – cujo significado é bem mais amplo.

Durante muito tempo o conceito de crescimento econômico foi confundido com o de desenvolvimento econômico, o que causou grandes catástrofes a níveis mundiais, inclusive

no Brasil. O que explica a cidade de São Paulo, por exemplo, tida como a cidade mais *desenvolvida* do Brasil, ter o maior índice de criminalidade? É este o significado de desenvolvimento? Não, a cidade cresceu mais do que se desenvolveu. Utilizando este mesmo conceito pode-se expandir, a nível de Brasil, este olhar. O Brasil precisa não apenas crescer mas *começar* a se desenvolver.

No Estado do Ceará a questão torna-se ainda mais crítica, pois, além da falta de desenvolvimento, o próprio crescimento econômico ocorre a nível precário, bem aquém das possibilidades e das potencialidades desta rica Região.

Apesar dos grandes problemas a serem resolvidos, a pesquisa pretendeu se ater a uma das formas de inclusão social - os Sistemas Produtivos Locais Solidários (SPLS's). Isto porque eles são uma forma de inclusão de habitantes de zonas rurais visando o pleno exercício da cidadania, pela integração humana e sócio-econômica desta PEA rural de baixa renda.

Muitas potencialidades locais restam ser exploradas de forma produtiva e sustentável. A problemática deste trabalho gira em torno destas questões.

Neste contexto, o problema de pesquisa, questão central norteadora e espinha dorsal da pesquisa gira em torno de:

### **1.2.2 Problema de Pesquisa**

*“Como oferecer alternativas de inclusão humana e sócio-econômica, ao cearense de baixa renda, habitante de áreas rurais de modo que ele passe, de objeto de políticas inescrupulosos e políticas assistencialistas, à sujeito de sua própria história?”*

Com base nesta problemática, têm-se o seguinte problema de pesquisa e as questões que motivaram o seu desenvolvimento, apresentada na seção seguinte.

### 1.3 QUESTÕES PRINCIPAIS

As questões principais tidas como questões “*cruciais, centrais e essenciais no tocante ao tema escolhido*” (BEAUD, 1996), foram formuladas como segue:

*“São viáveis a inclusão da PEA rural de baixa renda e o desenvolvimento local integrado e sustentável através de Sistemas Produtivos Locais Solidários – SPLS’s como estratégia de organização da produção socioeconômica destes territórios?”*

*“Como fomentar e sustentar estes sistemas?”*

*“Que tipo de suporte deve ser oferecido a esta forma de produção, de modo a torná-la parte integrante e sustentável da economia local?”*

Para responder a estas questões, faz-se necessário responder às questões abaixo enunciadas, tidas como outras questões pertinentes.

#### 1.3.1 Outras Questões Pertinentes

Essas questões foram divididas em teóricas e práticas.

- a) Do ponto de vista teórico, têm-se:
  - i. Como deve ser entendido o Desenvolvimento que pode fazer diferença na ação efetiva em regiões pouco desenvolvidas ou precárias?
  - ii. O que realmente significa desenvolvimento?
  - iii. O que é Economia Solidária?
  - iv. Qual o papel da Economia Solidária nessa nova visão de desenvolvimento?
  - v. O que são Sistemas Produtivos Locais Solidários - SPLS?

- vi. Como desenvolver e manter um SPLS?
  - vii. Qual o papel dos SPLS como forma ou estratégia de desenvolvimento?
  - viii. Como se potencializar um SPLS?
  - ix. Quais devem ser os atores destes SPLS, quais devem ser seus papéis e como eles devem interagir entre si, para fomentar o desenvolvimento de uma região?
- b) Sob a perspectiva prática:
- x. Como se caracteriza em geral o Município de Quixadá?
  - xi. Quais as potencialidades do Município de Quixadá?
  - xii. Como fomentar e desenvolver SPLS's, com base nas potencialidades do Município de Quixadá?
  - xiii. Como garantir a sustentabilidade do Sistema Produtivo Local Solidário?

Essas são as questões que incitaram o desenvolvimento desta pesquisa e que serão analisadas durante o seu desenvolvimento.

## **1.4 OBJETIVOS DE PESQUISA**

Partindo das questões explicitadas acima, foram especificados os objetivos geral e específicos que a pesquisa pretendeu atingir, conforme enunciado a seguir.

### **1.4.1 Objetivo Geral**

*“Propor uma estratégia de desenvolvimento, com base em políticas sustentáveis, visando o desenvolvimento de regiões precárias, utilizando como base Sistemas Produtivos Locais Solidários e tendo como estudo de caso o Município de Quixadá/Ce”.*

#### **1.4.2 Objetivos Específicos**

Da mesma forma que as questões pertinentes, estes foram divididos em objetivos teóricos e práticos.

a) Como teóricos têm-se:

- i. Proceder a uma discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável e de organização do espaço regional, através dos Sistemas Produtivos Locais Solidários;*
- ii. Proceder a uma discussão sobre Economia Solidária como fator importante para o processo de desenvolvimento de regiões precárias;*
- iii. Analisar as potencialidades econômicas do Município de Quixadá;*
- iv. Propor uma estratégia de desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS), com base em políticas sustentáveis, utilizando os Sistemas Produtivos Locais Solidários (SPLS's).*

b) Como objetivos práticos, têm-se:

- v. Analisar a aplicabilidade da utilização de Sistemas Produtivos Locais Solidários em Quixadá;*
- vi. Analisar os papéis dos diferentes atores de Sistemas Produtivos Locais Solidários no Município de Quixadá;*

- vii. *Indicar políticas sustentáveis em busca do desenvolvimento de regiões precárias utilizando como base Sistemas Produtivos Locais Solidários.*

## 1.5 HIPÓTESE DE PESQUISA

De forma geral, a hipótese, segundo Cervo, Bervian e Silva (2007) “*consiste em supor conhecida a verdade ou explicação que se busca. [...], a hipótese equivale [...] à suposição verossímil, depois comprovável ou denegável dos fatos, os quais não de decidir, em última instância, sobre a verdade ou falsidade dos fatos que se pretende explicar*”.

Neste contexto, a hipótese a ser formulada, além de partir da problemática e questões de pesquisa já colocadas, apoia-se nas seguintes constatações, obtidas em estudos e pesquisas anteriormente realizados no Estado do Ceará (BASTOS, 1994; IPECE, 2003, 2004, 2006; DUARTE, 2004; AMORIM, 1998, 2004; BAR-EL, 2002):

1. *O significado de desenvolvimento carece de entendimento amplo, por parte do Governo do Estado do Ceará, que, se não desconhece, por certo não aplica o princípio de forma ampla;*
2. *A Economia Solidária e a estratégia de Sistema Produtivo Local Solidário ainda não são aplicadas, de forma significativa pelo, Governo do Estado, muito menos conhecida e gerenciada, de forma adequada, pelos pequenos produtores, particularmente aos localizados no Estado do Ceará;*
3. *A prática dos pequenos produtores e, particularmente, aqueles que se localizam no meio rural, está muito aquém de suas reais potencialidades;*
4. *Os pequenos produtores e, particularmente, os produtores rurais, não têm conhecimentos das políticas públicas, inclusive das políticas de fomento e de financiamento oferecidas, por exemplo, pelo Banco do Nordeste, para a instalação e manutenção de seus negócios;*
5. *Não há integração entre os atores públicos e privados, de forma real e sustentável, no que diz respeito aos pequenos produtores, inclusive rurais.*

Neste contexto, tem-se a hipótese da pesquisa:

*“Embora os princípios de territorialidade, participação, ação local, parceria e cooperação – base para desenvolvimento local integrado e sustentável, ainda não estejam sendo devidamente considerados pelos distintos atores envolvidos no processo de desenvolvimento no Estado do Ceará, considera-se que estes poderão ser gradativamente absorvidos. Desta forma, poderão contribuir para que o Estado do Ceará possa desenvolver-se de forma harmônica, integrada e sustentável, com base em ações locais endógenas focadas nas potencialidades de cada região do Estado, na contribuição dos pequenos produtores locais, através de sistemas produtivos locais solidários.”*

## **1.6 METODOLOGIA**

De acordo com os objetivos abordados, a pesquisa que consubstancia esta dissertação classifica-se inicialmente como exploratória e descritiva e, num segundo momento, como estudo de caso. Exploratória, por proporcionar uma visão geral do problema e por existir pouco conhecimento aplicado envolvendo o conjunto da temática abordada. Descritiva porque pretende descrever as características de um dado fenômeno, ou seja, deseja-se conhecer as potencialidades locais do Município de Quixadá, escolhido como estudo de caso, incluídas as atividades exercidas pelos atores que compõem a sua sócio-economia.

No que diz respeito aos procedimentos, o trabalho apresenta-se como do tipo bibliográfico e de estudo de caso, uma vez que apóia-se em fundamentação teórica sobre os aspectos presentes na temática focalizada: Desenvolvimento, Economia Solidária e Sistema Produtivo Local Solidário. O estudo de caso é justificado pela concentração e pelo conseqüente aprofundamento do estudo em um único caso: o Município de Quixadá - região do sertão central do Estado do Ceará.

É estudo de caso porque, segundo Spata (2005) *“representa um método de pesquisa que envolve a investigação em profundidade de um individuo, uma família ou uma instituição. (...) é estudado ao longo de um período de tempo, durante o que ocorrem diversas observações e são tiradas medidas”*.

A visita a campo (Quixadá) ocorreu no período entre 20 e 26 de julho de 2008. Ela foi precedida por intensa e profunda investigação sobre estudos já realizados nesta região, bem como a visitas à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Secretaria das Cidades, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Econômico do Ceará (IPECE), Fundo de Combate a Pobreza (FECOP), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE/CE) e Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), além de conversas informais com pesquisadores da Universidade Federal do Ceará.

Em Quixadá, a visita aos produtores rurais, dispersos geograficamente nos 11 distritos que compõem o Município, foi precedida por intensa investigação local junto às entidades existentes para aprofundar as descobertas realizadas em Fortaleza.

Os órgãos visitados e entrevistados foram, entre outros: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Quixadá (EMATERCE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), Secretaria de Infra-estrutura de Quixadá, Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural de Quixadá, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Associação dos Apicultores do Ceará, Cooperativa de Crédito Rural do Estado do Ceará (COCRESCE), Associação dos Artesãos de Quixadá, Associação dos Criadores de Caprinos do Estado do Ceará (ACOCECE)

Nesse contexto, foram definidos os seguintes aspectos:

### **1.6.1 Referencial Teórico**

O referencial da pesquisa fundamenta-se nas áreas da Economia e Administração, com o apoio da Logística.

Na *Economia*, destaca-se o estudo teórico abrangente e profundo do significado de Desenvolvimento em suas várias nuances: endógeno, sustentável, local e integrado, bem

como das formas de organização coletiva que trata do Sistema Produtivo Local Solidário e da Economia Solidária.

Na *Administração*, a ênfase foi dada à administração da produção e gestão, de fundamental importância para a organização e efetiva articulação dos atores do desenvolvimento organizados sob a forma de Sistemas Produtivos Locais Solidários.

Na *Logística*, destaca-se a logística integrada e o *supply chain management* como imprescindíveis para a gestão intra e extra produção individuais fundamentais para a gestão sustentável dos Sistemas Produtivos Locais Solidários. Destaca-se, assim, a abordagem de alguns gargalos que poderiam inviabilizar esta organização se ela não fosse planejada. Este aspecto foi trabalhado a partir do estudo de caso e depende das atividades econômicas efetivamente encontradas no município.

## **1.6.2 Levantamento de Dados e Informações**

Foram realizadas entrevistas e levantados dados e informações primários e secundários necessários à pesquisa, utilizando-se como critérios a confiabilidade, a relevância e a disponibilidade dos mesmos. O questionário aplicado às entidades consta no apêndice C deste trabalho. As fontes foram as seguintes:

### **A) Pesquisa Bibliográfica**

Foram realizadas pesquisas em livros, artigos, teses, revistas, documentos oficiais, anais de congressos, notas técnicas, relatos de casos, textos para estudos, conforme mostrado nas referências bibliográficas.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em dois momentos. Num primeiro momento, foram pesquisados os aspectos teóricos relacionados à análise anterior ao estudo de caso, os temas pesquisados foram: Desenvolvimento, Economia Solidária e Sistemas Produtivos Locais. Num segundo momento, foram aplicados os aspectos teóricos ao estudo de caso.

### **B) Internet**

Foram consultadas páginas da Internet de diferentes instituições e órgãos públicos, além de organismos privados e entidades sindicais que pudessem, de alguma maneira, fornecer dados e informações relevantes para a pesquisa.

### C) Entrevistas

O questionário utilizado nesta pesquisa foi construído partindo-se das perguntas mais elaboradas de forma progressiva, coletando inicialmente os dados gerais para levantamento do perfil dos atores respondentes. A metodologia de construção da ferramenta de coleta dos dados seguiu os procedimentos conforme Cooper e Schindler (2003).

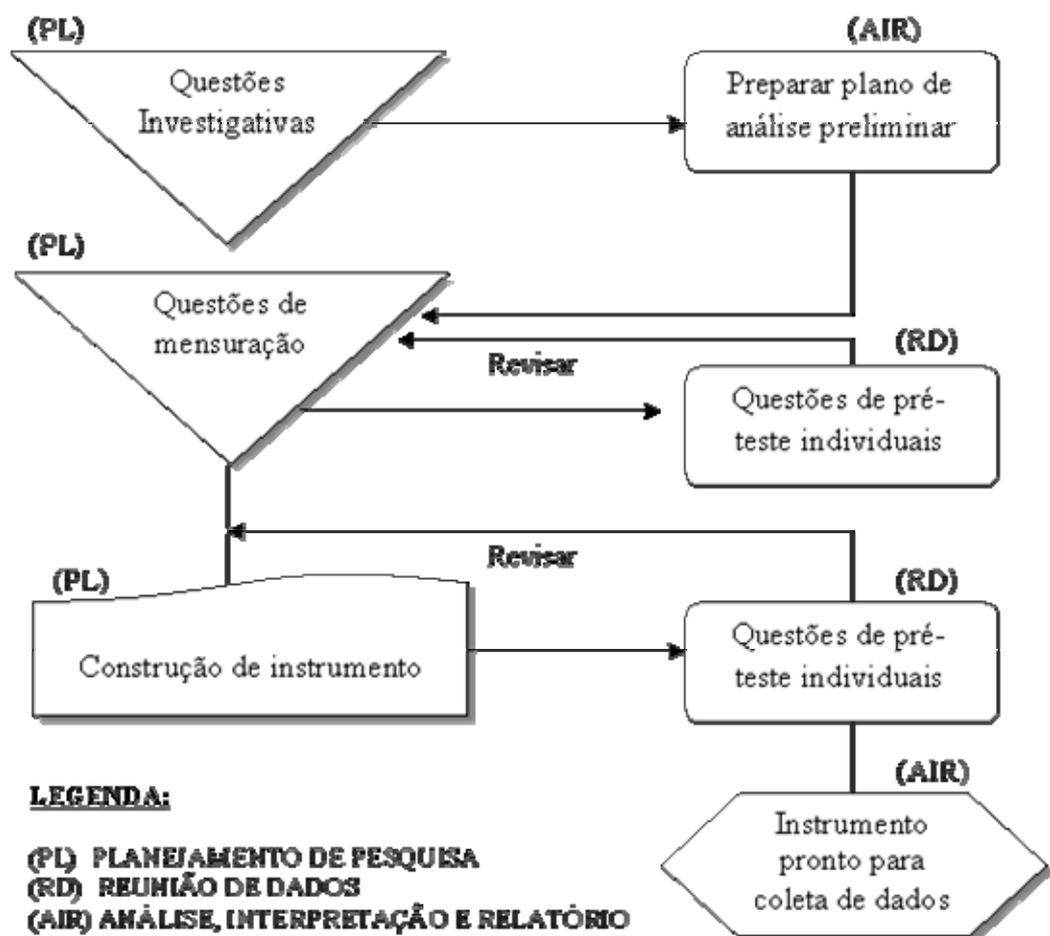


Figura 1.1 – Fluxograma para Construção de Instrumento  
 Fonte: Adaptado de Cooper e Schindler (2003)

A partir dessas orientações elaborou-se o questionário para entrevista aplicado, apresentado no Apêndice C.

De maneira a se adquirir subsídios necessários ao trabalho, foram realizados contatos telefônicos e entrevistas com diversos atores envolvidos com o tema. Dentre os contatados encontram-se pequenos produtores da região de Quixadá, membros do Banco do Nordeste, Embrapa, Secretaria das Cidades, Sebrae, FIEC/IEL, Secretaria de Desenvolvimento Rural, representantes das associações, gestores de pequenos e médios empreendimentos do município, além de representantes de algumas instituições e órgãos públicos, representantes de órgãos de fomento tecnológico e de capacitação, instituições incumbidas das políticas de desenvolvimento sócio-econômico, instituições de apoio à agricultura e ao desenvolvimento, de acordo com a Tabela 1.5, a seguir.

TABELA 1.5 - Entrevistas Realizadas com Órgãos de Apoio

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>DATA</b>
Associação dos Apicultores do	Francisco Erasmo Cavalcante	Presidente	22/07/2008

Ceará	Barro		
ACOCECE	Maria Cleonora	Assistente	25/07/2008
COCRESCE	Francisca Eleni	Aux. Caixa	21/07/2008
EMATERCE/Quixadá	José Moacir da Silva	Gerente	23/07/2008
EMBRAPA/CE	Enio Giuliano Girão	Analista	20/07/2008
ESPLAR	Pedro Jorge Lima	Pesquisador	25/07/2008
FECOP	Francisco José M. Gifoni	Gerente Executivo	22/07/2008
FIEC/IEL	Margaret Teixeira	Pesquisadoras	11/07/2008
IBGE/Quixadá	José Aroldo Nobre	Chefe da Agência	21/07/2008
SEBRAE/CE	Maria Lídio	Coordenadora	16/07/2008
SEBRAE /Quixadá	Fabiana Giseli	Gestora Local	21/07/2008
Secretaria das Cidades	Sérgio Rego / Isaura Garcia	Secretário / Assessora Técnica	26/06/2008
Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural de Quixadá	Paulo Pinto	Secretário	21/07/2008
Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural de Quixadá	Francisco Antonio Pinheiro dos Santos	Técnico	22/07/2008
Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural de Quixadá	Charles Cruz Macedo	Técnico	22/07/2008
SDA	Ana Cristina N. Barros	Técnica	22/07/2008
Secretaria de Economia e Turismo de Quixadá	Henrique Jorge Lelis Rabelo	Secretário	21/07/2008
SEPLAG	Aparecida	Secretária	26/06/2008
SENAI	Francisco das Chagas Magalhães	Diretor Regional	21/07/2007
Agência Sertões e Pedras	Adão Donato Masera	Gerente Geral	22/07/2008
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá	Maria Lucilene / Francisca Fabiana	Secretárias	21/07/2008

Fonte: Elaboração da autora

### 1.6.3 Estratégia de Diagnóstico Utilizada na Pesquisa

Esta seção está composta da metodologia utilizada para o estudo de caso bem como das fontes de dados e informações que constituem a base de apoio para a fundamentação teórica e empírica da pesquisa. Está estruturada em quatro vertentes:

- i. Coleta e organização sistemática dos dados e informações com o intuito de estudar os sistemas produtivos locais que se apresentarem nas regiões estudadas, objeto do estudo de caso;
- ii. Manipulação da base de dados disponíveis e necessários para a produção das informações qualitativas e quantitativas;
- iii. Realização da pesquisa de campo no Município de Quixadá (visitas e entrevistas) para a identificação dos principais atores envolvidos nos sistemas produtivos locais e coleta de informações sobre os mesmos para verificar a existência dos vínculos entre os agentes e a intensidade dos mesmos entre eles;
- iv. Realização de entrevistas com os diversos órgãos públicos nas localidades escolhidas para averiguar se existe, a nível local, ações para motivar e apoiar o desenvolvimento das potencialidades locais.

Em primeiro lugar, foi preciso realizar esforços adicionais para elencar as potencialidades locais a partir de pesquisas realizadas anteriormente por órgãos do governo que identificaram algumas atividades ou potencialidades na região estudada.

Conforme exposto ao longo do presente trabalho não há, no Estado do Ceará, pesquisas conclusivas realizadas na região do semi-árido, devido à realidade difícil da vida precária da população. Por isso, apesar do levantamento inicial na tentativa de identificar, anteriormente às visitas de campo, as potencialidades locais das regiões, sabe-se que os dados existentes são insuficientes. Assim, a visita *in loco* visou inicialmente identificar as potencialidades locais.

Após a identificação destas potencialidades e da averiguação das cadeias produtivas envolvidas, bem como da estruturação básica do seu funcionamento de forma adequada à produção, buscou-se identificar a existência e a importância de algumas

características típicas para um sistema produtivo local, embora de difícil mensuração, conforme apontado por Suzigan (2001): i) composição e grau de interação da cadeia produtiva; ii) grau de especialização produtiva geral e dos vários segmentos; iii) interação dos pequenos produtores rurais com agentes de transportes, distribuição, exportação e serviços especializados; iv) interação com instituições especializadas de pesquisa tecnológica; interação com outras instituições locais (associações empresariais, sindicatos, cooperativas de trabalho, órgãos públicos, agências de desenvolvimento local); v) formas de cooperação entre os produtores locais (pesquisa e desenvolvimento, marketing, informações sobre os mercados, fixação da marca local); vi) existência de lideranças (políticas, empresariais) locais capazes de induzir ou fortalecer as formas de ações conjuntas dos produtores e instituições locais e o apoio do setor público; vii) existência de algum tipo de identidade sócio-político-cultural que fortaleça a confiança entre as empresas locais; viii) capacitação tecnológica dos pequenos produtores nos processos produtivos dos vários segmentos; ix) qualidade no processo de produção ao longo da cadeia produtiva e nos produtos; x) qualificação da mão-de-obra local e programas de treinamento orientados para as necessidades locais.

A partir destas informações, foram apresentadas algumas das indicações para estruturação do SPLS presentes no capítulo seis do presente trabalho.

Para o levantamento destes dados foram realizadas entrevistas não-estruturadas e aplicados questionários, contido no apêndice C do presente trabalho. Sendo esta pesquisa eminentemente qualitativa, os dados quantitativos discutidos foram secundários e disponibilizados por órgãos de pesquisa como IBGE e IPECE, além de informações disponibilizadas por órgãos públicos como a Secretaria das Cidades e a Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.

#### **1.6.4. Etapas de Pesquisa**

Partindo do anteriormente exposto, a pesquisa foi estruturada através das seguintes etapas:

Etapa I: Revisão Bibliográfica sobre Desenvolvimento, Economia Solidária e Sistemas Produtivos Locais além de levantamento de dados sobre a situação geral do município de Quixadá

Tendo como objetivo a compreensão destes assuntos

Nesta etapa, buscou-se compreensão mais aprofundada dos elementos que compõem esta pesquisa, que forneceram a motivação socioeconômica para a realização da mesma.

#### Etapa II: Levantamento de Dados e Entrevistas

Nesta etapa foram levantados dados e informações referentes à situação da região de Quixadá, através do levantamento das suas potencialidades, bem como dos atores participantes dos Sistemas Produtivos Locais. Com relação às entrevistas realizadas, elas se deram conforme exposto na tabela 1.5. Além das entrevistas realizadas com os órgãos de apoio, foram realizadas entrevistas de campo com os pequenos produtores localizados no Município de Quixadá.

#### Etapa III: Estudo de Caso do Município de Quixadá

Nesta etapa foi realizado um estudo exploratório das potencialidades econômicas da região de Quixadá para a identificação das cadeias produtivas presentes. Foram utilizadas informações e dados obtidos de forma direta e indireta.

#### Etapa IV: Proposição da Estratégia de desenvolvimento para o Município em estudo

Após a identificação das potencialidades locais e da estruturação das cadeias produtivas das atividades escolhidas, procurou-se concentrar, nesta etapa, na proposição das ações voltadas para a estruturação dos Sistemas Produtivos Locais. O foco nesta etapa são ações a partir da análise do Município de Quixadá, que, se aplicadas, podem fomentar o desenvolvimento local integrado e sustentável.

#### Etapa V: Principais Conclusões, Recomendações e Considerações Finais

Nesta etapa os esforços se voltaram para a apresentação das considerações finais e para o desenvolvimento das principais conclusões, recomendações e sugestões, de forma a multiplicar as boas práticas para outros territórios. Lembrando que não existem receitas preparadas, mas sim conceitos que podem ser aplicados de acordo com as características de cada localidade.

A Figura 1.2 sintetiza as etapas de realização da pesquisa.

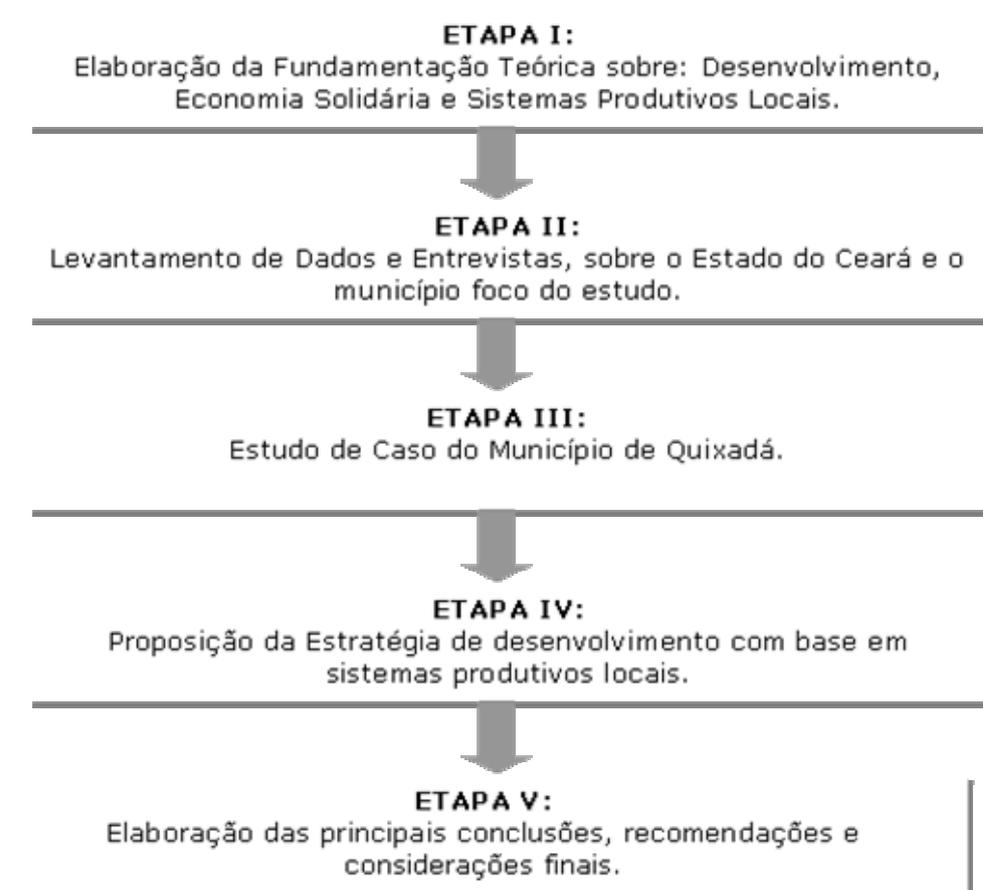


Figura 1.2 - Etapas da Pesquisa  
Fonte: Elaboração da Autora

## 1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

Levando-se em consideração a metodologia proposta para a pesquisa, o produto final apresenta-se com o conteúdo abaixo descrito, que corresponde aos capítulos através dos quais se organizou esta dissertação.

Além da introdução e conclusão, ela se divide em duas partes principais: Referencial Teórico e Estudo de Caso.

No Capítulo Um, da Introdução Geral, apresentam-se as principais diretrizes do estudo como um todo, tais como a importância do tema, as questões: principal e pertinentes; os objetivos: geral e específicos; a hipótese e a metodologia, bem como a estrutura do texto, aqui apresentada.

A Fundamentação Teórica, contida na parte I, está estruturada em três capítulos, descritos a seguir.

O Capítulo Dois contém o referencial teórico relativo à Economia, tratando, para isso, das reflexões sobre os novos olhares do conceito de Desenvolvimento, principalmente desenvolvimento local, integrado e sustentável e o desenvolvimento como liberdade e transformação do homem em sujeito de sua história.

O Capítulo Três explana sobre a Economia Solidária abordando uma breve revisão histórica sobre este conceito e sua relação com o desenvolvimento.

O Capítulo Quatro descreve o conteúdo e a importância da cooperação entre pequenos produtores (formais ou não), fator imprescindível para o fomento e fortalecimento de sua inserção na atividade econômica e política, bem como pela busca do desenvolvimento diante da realidade econômica, política, social e cultural exposta.

O estudo de caso, contido na parte II, está estruturado em dois capítulos. No primeiro, Capítulo Cinco, descreve-se o detalhamento da metodologia proposta para realização do estudo de caso, bem como o Município de Quixadá, em termos de suas características socioeconômicas. No segundo, Capítulo Seis, indica-se com estratégia de desenvolvimento com base em um sistema produtivo local solidário do caso em estudo.

Por fim, o Capítulo Sete refere-se as principais conclusões, recomendações e sugestões para pesquisas futuras.

## **PARTE I**

---

### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

## **CAPÍTULO DOIS**

### **REFLEXÕES SOBRE O SIGNIFICADO DE DESENVOLVIMENTO**

As discussões sobre a aparente dicotomia entre Crescimento Econômico *versus* Desenvolvimento persistiu ao longo das últimas décadas. Alguns autores defendem que os dois conceitos tratam da mesma questão. De fato é assim, mas já está claro que, enquanto o conceito de crescimento econômico trata simplesmente da criação e acumulação de capital, não havendo preocupação com a distribuição de renda gerada, o conceito de desenvolvimento vai muito além da questão econômica. Ele envolve questões sociais, ambientais, políticas e culturais.

Este capítulo não pretende apresentar uma revisão bibliográfica exaustiva sobre o conceito de desenvolvimento, mas oferecer uma reflexão acerca do que realmente ele significa. Para isso, faz-se primeiramente uma discussão sobre a necessidade de o homem tornar-se sujeito da sua história, agente ativo e efetivo frente às mudanças necessárias para o seu desenvolvimento integral. Em seguida, é apresentado um *novo* olhar sobre o desenvolvimento, o desenvolvimento como liberdade. Depois, trata-se do desenvolvimento sustentável, onde se defende que o desenvolvimento no Brasil com bases sustentáveis implica em distribuição de renda, adequação ambiental e inclusão social de todas as PEA's e todos. E por último, são discutidas se as políticas públicas, ditas como voltadas ao desenvolvimento, realmente o são.

#### **2.1 O HOMEM – DE OBJETO A SUJEITO DE SUA HISTÓRIA**

*O que torna o homem sujeito da sua história? Olhando por outro ângulo: o que torna o homem simples objeto em sua história?*

Ora, o homem é inerentemente um ser ativo e reflexivo; não sendo assim, como se explicariam anos de evolução e revoluções? Como se explicaria a atual situação da evolução científica e tecnológica? Qualquer lugar do planeta a um *bit* (menor unidade de informação do

computador) de distância, encontram-se alimentos transgênicos, roupas de material reciclado, sistemas complexos de reaproveitamento da água, captura e armazenamento da energia solar e eólica, veículos não-poluentes, veículos automotores com preço menor que US\$ 1.000 (mil dólares), casas construídas com tijolos e telhados ecologicamente corretos, robôs com expressões faciais de sentimentos humanos e tantas outras invenções criadas e desenvolvidas pelo homem. Invenções estas que ainda não puderam ser construídas porque a imaginação humana *supera* a capacidade tecnológica atual de colocá-las em prática.

Ora, como, mesmo com toda essa inteligência, o *homem pode e por tanto tempo deixar de ser sujeito de sua história* para se transformar em servo ou em foco de políticas assistencialistas? Em ferramenta de eleição de políticos corruptos que visam apenas seu enriquecimento ilícito? Políticos e seus agregados que se utilizam de anos da indústria da seca, da subnutrição, da mortalidade infantil, da falta de escolas e hospitais para se eleger e (re)eleger?

Uma coisa é certa: em meio a tantas decepções e enganos, o povo jamais perdeu o seu potencial e poder. Poder este hoje ainda não exercido, mas o potencial com ele está.

Neste contexto, pode-se indagar: *Como levar o desenvolvimento ao Estado do Ceará? Como conceber oportunidades para regiões desfavorecidas como o sertão central?*

É fato notório que as potencialidades de todas as localidades, inclusive dos sertões, existem sim, estão lá. O povo também está lá. Falta o compromisso *real*, a visão de *desenvolvimento*, pois aquela vigente de que desenvolvimento só ocorre nas cidades já não serve mais. Por quê? Porque as capitais e cidades menores não podem receber todo o contingente populacional de seus Estados, por razões culturais, físicas, ambientais, econômicas e financeiras.

O desenvolvimento precisa e deve ocorrer a partir da fomentação das potencialidades locais, de cada região. Ele deve ser endógeno, feito *de dentro para fora*, construído através da ação dos atores locais da própria comunidade. É ele a resposta para o atendimento das necessidades das regiões afastadas dos centros urbanos, que convivem com uma grande diversidade de atores externos. *“O desenvolvimento endógeno é, antes de mais*

*nada, uma estratégia para ação*” (BARQUERO, 2002), um dos pontos importantes para retransformar o homem de objeto para sujeito da sua história.

O desenvolvimento endógeno é importante porque ele implica na ação direta do homem sobre o que ele pode ou poderia oferecer tendo à sua disposição os meios produtivos, além dos cinco fatores de produção e o ambiente externo: crédito, infra-estrutura física, etc. Este desenvolvimento ocorre através da participação ativa da comunidade envolvida e o objetivo é buscar o seu bem-estar econômico, social e cultural em seu conjunto (BARQUERO, 2002).

O desenvolvimento endógeno está baseado na produção das empresas e das instituições que operam no âmbito local por meio da progressiva construção das seguintes características:

- a) Utilização dos recursos locais como: o trabalho, o capital historicamente acumulado em nível local, o empreendedorismo, os conhecimentos específicos sobre processos de produção, as profissões específicas e os recursos materiais;
- b) Capacidade de controle, em nível local, do processo de acumulação;
- c) Controle local da capacidade de inovação;
- d) Existência de interdependências produtivas em nível local e capacidade de desenvolvê-las, sejam intra-setoriais ou intersetoriais.

Neste contexto, entende-se por empresas não organizações de grande porte, mas todo e qualquer pequeno produtor localizado na região que está buscando se desenvolver.

É importante salientar, também, que o processo de desenvolvimento endógeno *brotava do inconformismo implícito ou explícito dos habitantes de um município ou região* onde uma dinâmica de organização social e política não se faz presente. Somente há desenvolvimento onde existe inconformismo com relação ao mau desempenho de indicadores econômicos, sociais e de sustentabilidade ambiental (HADDAD, 2000). Visto, em outros

termos, desenvolvimento endógeno diz respeito, também, à capacidade de inovação e invenção em nível local, que fortalece as potencialidades locais e a interação dinâmica entre os atores envolvidos.

Não se pode falar de desenvolvimento real sem discutir o desenvolvimento local. Conforme exposto acima, é imprescindível o protagonismo local para se realizar o desenvolvimento, pois é ele que permite a inclusão da PEA local. De forma simples, desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local.

Ele se constitui numa estratégia territorial que se contrapõe às visões de crescimento econômico mais tradicionais. Visão esta centrada, principalmente, em setores econômicos de alta tecnologia e em lugares definidos como capazes de integração competitiva nos mercados globais (metrópoles, grandes cidades e capitais). Este conceito se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais que constituem seu maior potencial de desenvolvimento (ZAPATA, 2001 apud SILVEIRA e REIS, 2001).

Desenvolvimento local é reocupar os espaços esquecidos pelo grande capital e é, sobretudo, recriar novas bases de vida. O seu ponto de partida não é economicista, mas sim o da necessidade que as pessoas, os grupos tem de sobreviver. E é só localmente que se ganha o espaço e possibilita a reconstrução econômica e de criação de novas dinâmicas. (LEROY apud SANTIAGO, 2002)

Para Brose (1999), a compreensão do que seja desenvolvimento local surge do entendimento de que o meio rural, exatamente por não ser apenas agrícola, engloba também as pequenas cidades que, apesar de constituírem o espaço urbano, estão, via de regra, essencialmente ligadas ao meio rural, dependendo dele para sobreviver e para ele prestando todo tipo de serviços, tendo como indicadores do desenvolvimento local:

- a) A manutenção e a criação de postos de trabalho;
- b) O início de novas atividades econômicas;

- c) A estabilidade na renda família;
- d) A manutenção de uma paisagem rural equilibrada;
- e) A ativa participação da população nas decisões quanto aos seus espaços econômicos;
- f) As novas formas de gestão pública.

Ainda de acordo com Brose (1999), pode-se entender desenvolvimento local como a melhoria das condições locais de vida de uma população, sob todas as dimensões.

As relações sociais associativas são fundamentais pois está se preconizando no desenvolvimento local uma estrutura baseada na integração entre os diversos atores para se fomentar o desenvolvimento.

Tendo em vista o caráter eminentemente egoísta e individualista do ser humano primário, como fomentar as relações associativas tão fundamentais ao desenvolvimento? Seria a cooperação fundamental para a estratégia de Sistema Produtivo Local? Esta é uma discussão a ser posteriormente travada no capítulo quatro.

Dentro do contexto de repensar o significado de desenvolvimento precisam ser considerados o território e o capital social. O território porque não se pode ter desenvolvimento real no espaço abstrato, sem conhecer e agir a partir do conhecimento das potencialidades reais de uma determinada região. E capital social porque não se desenvolve uma região sem a cooperação de seus atores.

Segundo Barquero (2002), *“o território surge como um agente transformador e não mero suporte de recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre as empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade”*. É dentro deste território que são descobertas e desenvolvidas as potencialidades do conjunto de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, através dos quais se buscará o desenvolvimento.

A cooperação entre os atores é, também, imprescindível ao desenvolvimento e tem como pilares a confiança e a coordenação dos atores locais dentro de um território. Este, por sua vez, necessita de organização produtiva das suas potencialidades e de articulação institucional para promover a sustentabilidade do sistema produtivo. A Figura 2.1 que segue é elucidativa a este respeito.

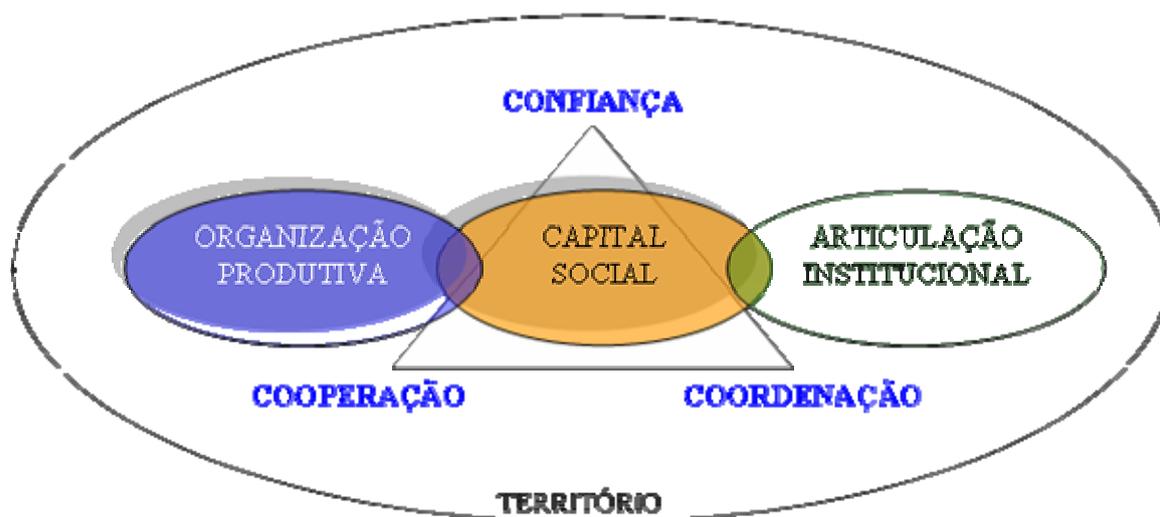


Figura 2.1 – Capital Social e Território  
Fonte: Elaboração da autora

Também imprescindível é, segundo Putnam (1999), o Capital Social, processo de desenvolvimento da confiança recíproca entre os cidadãos com o objetivo de resolver problemas que exigem a ação coletiva ou o desejo dos cidadãos para confiar nos outros. Este autor caracteriza este capital social em uma comunidade como um *bem público*, que facilita a cooperação espontânea, multiplicando-se em diferentes formas e manifestações como regras de reciprocidade, redes de relações sociais, sistemas participativos e confiança. Entre as várias fontes de capital social as mais importantes são a família, a comunidade, as empresas, a sociedade civil e os poderes públicos, visto que estas entidades têm o poder de criar fortes vínculos entre distintos atores.

De acordo com Franco (2001c), o capital social está relacionado a três fatores, intimamente relacionados entre si: a cooperação, a rede e a democracia, conforme mostra a Figura 2.2 mostrada a seguir.

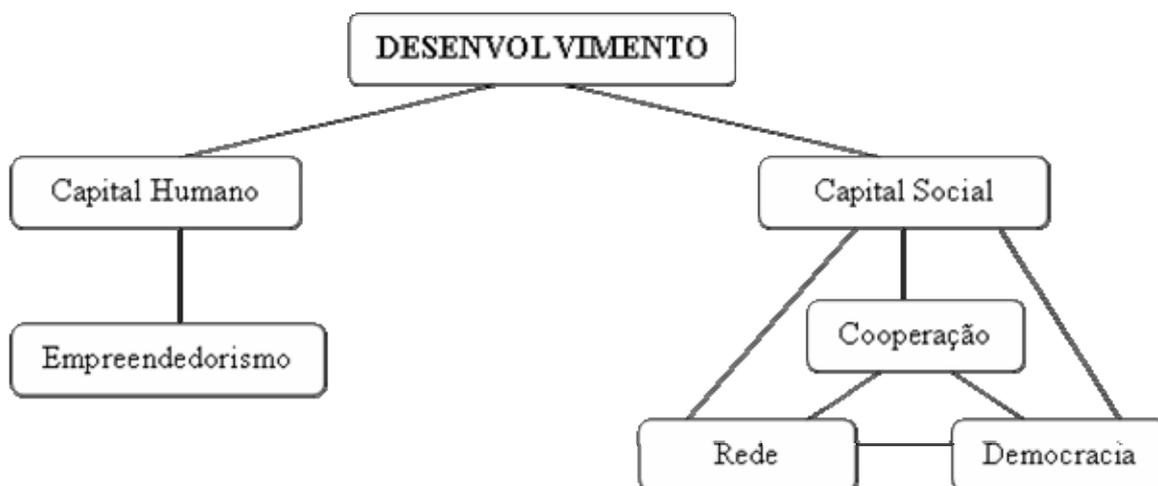


Figura 2.2 - Fatores do Capital Social  
 Fonte: Augusto de Franco (2001c)

A **cooperação** - primeiro fator para tornar o ambiente favorável ao desenvolvimento, faz com que as pessoas permaneçam juntas. A **rede** que surge das relações horizontais que favorece a circulação de informação, a dissolução de núcleos burocráticos, formados dentro das organizações ou nas comunidades, favorecendo assim a desconcentração do saber e a multiplicação do mesmo.

Do ponto de vista do capital social, a cooperação e a rede estão intrinsecamente relacionados, pois redes só se formam com base na cooperação e o exercício da cooperação leva as pessoas a se relacionarem em redes.

O terceiro fator é a **democracia**, definida como o modo pelo qual as pessoas regulam seus conflitos e se conduzem coletivamente.

Ao lado do capital social - como fator decisivo para o desenvolvimento - há também o capital humano, e um dos principais elementos do capital humano é a capacidade das pessoas de fazerem coisas novas. Exercitando a sua imaginação criadora e se mobilizando para adquirir conhecimentos necessários, elas se tornam capazes de permitir a materialização do desejo, a realização do sonho e a viabilização da visão. É a esse processo que se denomina empreendedorismo (FRANCO, 2001a).

Conclui-se que, investindo em capital social e humano, são favorecidas as condições para que o desenvolvimento ocorra com uma eficácia e eficiência muito maior do

que se investindo em fatores que visem apenas impulsionar o crescimento econômico e promover o aparecimento de empresas ou distribuir renda por meio de programas compensatórios estatais, que já se mostram como fórmulas falidas, pois não garantem nem impulsionam o desenvolvimento nos seus aspectos humano, social e ambiental (FRANCO, 2001c).

Face ao acima exposto cabe indagar: *porque o homem precisa tornar-se sujeito da sua história?* A resposta parece ser porque, para que exista desenvolvimento, o homem precisa conhecer as suas reais potencialidades, identificar seus obstáculos e agir individual e cooperativamente para suplantá-los, fomentando o desenvolvimento individual e coletivo da região na qual está inserido. Com isso, ou através disso, ele torna-se apto a trilhar o caminho da liberdade. Liberdade essa que lhe dá satisfação além do suprimento de suas necessidades essenciais: alimentação digna, habitação, educação, saúde, segurança, etc., enfim, tudo que ele necessita para ter uma vida feliz e com qualidade.

## **2.2 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE**

Afinal, no que consiste o desenvolvimento? No presente trabalho, desenvolvimento “*consiste na eliminação de privações de liberdade às escolhas e às oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente de sua própria história. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento*” (SEN, 2000).

Esse enfoque de liberdade contrasta com as visões mais restritas e *míopes* de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento apenas com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) ou do Produto Interno Bruto (PIB), aumento das rendas populacionais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social.

O crescimento econômico medido pelo PNB ou pelo PIB é importante como meio de expandir as liberdades desfrutadas pelas pessoas de uma sociedade, desde que a maioria delas seja beneficiada. No entanto, esta liberdade depende de outros determinantes igualmente importantes como acesso aos serviços de educação, saúde, liberdade para participar de discussões políticas, liberdade inclusive de ter uma habitação confortável e segura, além de acesso à alimentação adequada. Inclui também o poder de conquistar o seu sustento através de

atividades econômicas dignas e equitativas. Essas são algumas das liberdades essenciais do ser humano.

Desenvolvimento, entre outras coisas, *“requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados Repressivos”* (SEN, 2000).

Essa é a realidade do Brasil, da Região Nordeste, do Ceará? Não, porque pobreza e miséria estão estampadas na cara do nosso povo, tanto nas grandes metrópoles, capitais e cidades, quanto nas comunidades rurais, onde a grande maioria da população vive *largada* à própria sorte.

O mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas. (...). As vezes, a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza da economia, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter a nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. (SEN, 2000)

Voltando o olhar para a realidade local, o Estado do Ceará, a privação da liberdade está vinculada à carência de serviços públicos básicos de qualidade, como saúde e educação. Falta apoio às comunidades carentes no sentido de oferecer políticas para o seu desenvolvimento e sustentabilidade econômica, política, social e cultural, para que elas possam ser agentes de suas próprias histórias, livres para construir o seu futuro individual e coletivo. *“A condição de agente não só é, em si, uma parte “constitutiva” do desenvolvimento, mas também contribui para fortalecer outros tipos de condições de agentes livres”* (SEN, 2000).

Este autor, Prêmio Nobel de economia em 1998, destaca a importância de se observar o que as pessoas conseguem positivamente realizar e a sua relação com oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições habilitadoras como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. Itens sem os quais não se pode falar de desenvolvimento no sentido aqui proposto. O fato é que essas liberdades e direitos também contribuem, muito eficazmente, para o progresso econômico, embora o inverso nem sempre seja verdadeiro.

É preciso libertar os trabalhadores de um cativeiro explícito ou implícito que nega o acesso ao mercado de trabalho aberto. Não cabe mais, hoje, nos processos de desenvolvimento, a busca de instalação de grandes empresas em regiões afastadas com o intuito de criar empregos assalariados para uma massa de população sem ocupação formal. É preciso olhar para o Brasil buscando *entender a sua realidade* e não tentando aplicar receitas prontas que, aplicadas em outros países, há décadas, deram certo. É preciso conceber e aplicar um modelo de desenvolvimento próprio.

O Brasil tem uma extensão territorial continental, implicando em um número imenso de diversidades - ambientais, culturais, climáticas, econômicas, de organização social e política. Então, é necessário fomentar um desenvolvimento que atue a partir dessas características, obtendo, de cada uma, o que têm de melhor.

É preciso inclusão voltando-se o olhar para os trabalhadores informais, os pequenos produtores, as organizações em redes, arranjos e sistemas produtivos locais, etc. E, a partir dessas potencialidades, oferecer recursos para o desenvolvimento local, através de ações integradas, interrelacionadas e sustentáveis. “*A liberdade de entrar em mercados pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independentemente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização*” (SEN, 2000).

Assim pode-se, e deve-se, utilizar o conceito de economia solidária para fomentar o desenvolvimento de uma região, com as características da região pesquisada no presente trabalho, conforme será discutido nos próximos capítulos. Pois a própria liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social, visto que o desemprego, ou ausência de atividade econômica, contribui para a *exclusão social* acarretando perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica.

Ainda segundo Sen (2000), cinco tipos de liberdades, vistos de uma perspectiva instrumental, devem ser incentivados:

- i. **Liberdades Políticas** – referem-se às oportunidades que as pessoas tem para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades. Oportunidade

de diálogo político, dissensão e crítica, bem como direito a voto e seleção participativa dos legisladores e executores;

- ii. **Facilidades Econômicas** – oportunidades de utilizar recursos econômicos com o propósito de consumo, produção ou troca. Disponibilidade de financiamento e o acesso a ele;
- iii. **Oportunidades Sociais** – disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., que influenciam na liberdade do indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes para a vida privada bem como para uma participação mais efetiva nas atividades econômicas e políticas;
- iv. **Garantias de Transparência** – refere-se à necessidade de sinceridade nas interações sociais, liberdade de lidar com os outros sob garantias de dessegredo (acesso a toda informação) e clareza. Impacta diretamente no estabelecimento da confiança;
- v. **Segurança Protetora** – necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada por bruscas mudanças materiais seja reduzida à miséria, até mesmo à fome e à morte.

Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo, como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável – e, até mesmo, o papel positivo da impaciência construtiva. (SEN, 2000)

O termo agente, na expressão acima, significa alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de ser avaliado ou não segundo algum critério externo. Este agente buscará modificar a sua realidade e a realidade da comunidade onde está inserido de forma a atingir sua sustentabilidade.

## 2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O termo desenvolvimento sustentável é atual. As discussões sobre o meio ambiente pelos ambientalistas tiveram início na década de 1970, atingindo seu ápice em 1992 com o encontro chamado Eco-92 (nome pelo qual é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD), ocorrido no Rio de Janeiro. Atualmente, não faz sentido discutir desenvolvimento sem relacioná-lo com a sustentabilidade. Isto porque, além da escassez inerente de grande parte dos insumos naturais, a sustentabilidade do próprio homem social está ameaçada após centenas de anos de decisões erradas e impensadas, em prol apenas da acumulação de capital ou riquezas.

Neste contexto de desenvolvimento, a riqueza, por si só não é, evidentemente, o bem que está sendo procurado, mas é considerado útil (como em proveito de alguma outra coisa). A utilidade da riqueza está nas coisas que ela permite realizar. Mas essa relação não é exclusiva (porque existem outras influências significativas além da riqueza) nem uniforme (pois o impacto da riqueza na vida varia conforme outras influências). Faz-se necessário enxergar além do crescimento econômico, a sua distribuição, pois uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riquezas, do crescimento do PIB e PNB e de outras variáveis relacionadas à geração de renda.

Outra discussão relevante trata da dicotomia entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Esta dicotomia, segundo Silva e Mendes (2005), não se afirma, visto que a relação entre os dois ocorre como um processo, onde a sustentabilidade se relaciona com o fim, ou objetivo maior, o desenvolvimento sustentável, e este com o meio no qual o processo ocorre.

Para o desenvolvimento alcançar a sustentabilidade, é imprescindível a busca de condições objetivas de equilíbrio entre o econômico e social, entre o político e as instituições, entre a produção e o meio ambiente, entre as necessidades de uma geração e a sobrevivência da humanidade, entre o consumo presente e o futuro, e entre a responsabilidade social e a sustentabilidade social.

Além disso, a sustentabilidade exige características como: flexibilidade, interdependência, parceria, diversidade e a reciclagem nos fluxos de matéria e energia. É um

processo que requer esforços contínuos e que afeta todas as decisões a serem tomadas na política local, conforme Kranz (s.d. *apud* SILVEIRA e REIS, 2001).

O desenvolvimento sustentável “*não se limita à preocupação sobre o que e para quem produzir, mas a questão de como produzir torna-se fundamental para garantia da continuidade do bem ou serviço em questão*” (SILVA in SILVA e MENDES, 2005).

Segundo a *World Commission on Environment and Development - WCED* (1987), desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades. Neste sentido, seus elementos comuns são igualdade, administração responsável, limites, comunidade global e natureza sistêmica.

- a) **Igualdade** - significa que todos os povos da terra tenham acesso às mesmas oportunidades de melhorar seu bem-estar econômico;
- b) **Administração responsável** - implica que os processos de desenvolvimento industriais, financeiros, agrícolas e de construção civil sejam desenvolvidos de tal forma que demonstrem uma administração responsável por tudo que é usado e produzido;
- c) **Limitar desenvolvimento** – porque deve-se enquadrar nos limites conhecidos ou prováveis dos recursos não-renováveis do planeta e dentro dos limites da intervenção humana toleráveis ao ecossistema;
- d) **Comunidade global** - significa entender que o prejuízo causado ao ecossistema e ao meio ambiente não está delimitado por fronteiras geográficas; somente perspectivas globais e uma ampla cooperação podem mitigar o prejuízo já causado e assegurar um desenvolvimento seguro no futuro;
- e) **Natureza sistêmica** - implica que o desenvolvimento deve ocorrer com plena consciência das inter-relações entre todos os ecossistemas atuais e toda atividade humana.

Um último aspecto sobre desenvolvimento, a ser discutido, é a visão de desenvolvimento local integrado e sustentável, aspecto este fundamental para o entendimento de como os Sistemas Produtivos Locais podem colocar em ação os elementos ou ingredientes do desenvolvimento anteriormente colocados.

## **2.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL (DLIS)**

Através da discussão sobre desenvolvimento, à luz dos novos conceitos aqui expostos - desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento como liberdade, desenvolvimento e capital social, e desenvolvimento sustentável – pretendeu-se chegar a um conceito que perpassasse todos os outros. Com isso, objetiva-se a construção de uma estratégia de desenvolvimento que transforme a realidade dos pequenos produtores de objeto em sujeito de sua história.

O conceito de desenvolvimento local integrado e sustentável vem atender a este objetivo, visto que este desenvolvimento tem como elementos: a criação e o fortalecimento de pequenos empreendimentos econômicos (formais ou não), através da concessão de crédito; a capacitação empreendedora e articulação das cadeias produtivas; a integração das diversas políticas públicas; e o efetivo protagonismo dos atores locais no seu processo de implementação (SANTIAGO, 2002).

O fortalecimento dos pequenos empreendimentos locais é importante porque *“diz-se que uma comunidade se desenvolve quando torna dinâmicas suas potencialidades”* (FRANCO, 2000). Ou seja, quando consegue obter êxito a partir da sua ação efetiva. O fator econômico-financeiro é denominado de crédito, em geral de pequeno valor, porque esses empreendimentos, em geral, precisam de pequenas quantias em dinheiro para dar início ou seguimento aos seus negócios, relativamente ao enorme capital necessário à instalação de grandes empresas.

A capacitação empreendedora é fundamental, visto que é imprescindível para o desenvolvimento a existência de pessoas com condições de tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender novos negócios, além de participar com voz ativa das decisões do poder local e das discussões políticas bem como de articular as cadeias produtivas.

Outro aspecto importante para o desenvolvimento, segundo Franco (2000), é o entendimento de que, além do capital econômico ou empresarial (que é a propriedade produtiva da riqueza), existem outros tipos fundamentais de *capitais*, a saber:

- a) **Capital Humano** – que se refere à capacidade de criar e recriar o conhecimento, envolvendo educação, alimentação, nutrição, cultura e pesquisa;
- b) **Capital Social** – que diz respeito aos níveis de organização de uma sociedade, relacionado ao associativismo, confiança e cooperação em busca de uma sociedade mais democrática;
- c) **Capital Natural** – que compreende as condições ambientais e físico-territoriais herdados.

Onde existem baixos níveis de capital humano e de capital social, existem, respectivamente, baixos níveis de desenvolvimento humano e de desenvolvimento social. Ainda segundo Franco (2000), a equação do desenvolvimento relaciona todas essas variáveis de uma maneira ainda pouco conhecida. Mas, para promover o desenvolvimento, é necessário investir nestes vários tipos de capitais.

Desenvolvimento mesmo só ocorrerá quando surgirem novos e múltiplos laços de realimentação de reforço (...) que quanto mais capital humano mais capital social, que irá gerar mais capital empresarial, que irá gerar mais renda, que irá gerar mais capital humano, etc. Quando isto ocorrer, o sistema adquirirá vida própria e “rodará” (...) sozinho, percorrendo círculos virtuosos daquilo que chamamos de desenvolvimento humano e social sustentável. (FRANCO, 2000)

O conceito de desenvolvimento local integrado e sustentável pode ser entendido como um novo modo de promover o desenvolvimento. Ele possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais. (SANTIAGO, 2002)

Assim, o desenvolvimento local integrado e sustentável é um conceito operativo, capaz de desencadear o processo de desenvolvimento. Este deve contemplar, de acordo com

Franco (2000), a capacitação para a gestão local, a criação de uma nova institucionalidade participativa, conselho, fórum, agência ou órgão similar encarregado de coordenar o processo de desenvolvimento na localidade. Inclui, também, diagnóstico e planejamento participativo, além da construção de uma agenda pública da localidade, articulação de programas e ações estatais e não-estatais. Inclui, ainda, a celebração de um pacto de desenvolvimento na localidade, fortalecimento da sociedade civil, fomento do empreendedorismo, por meio da capacitação e do crédito para apoiar a criação e o desenvolvimento de novos negócios sustentáveis, bem como a instalação de sistemas de monitoramento e avaliação.

Neste contexto, “*o desenvolvimento não mais é o resultado alcançado mediante a busca de equilíbrios macroeconômicos, mas a soma dos diferentes esforços e compromissos dos atores sociais em seus territórios e meio ambiente concretos.*” (LORENZ, 2002)

Para finalizar é importante resumir as razões pelas quais o desenvolvimento local integrado e sustentável se torna imprescindível.

- a) O desenvolvimento local é uma questão de sobrevivência para os pequenos produtores, criando emprego e renda e melhorando a qualidade de vida das comunidades ali estabelecidas. Em última análise, ele é inclusivo de toda a sociedade;
- b) Nele considera-se as dimensões econômicas, sociais, culturais, políticas, ambientais e territoriais, fazendo a diferença para o local onde se processa e fomentando assim o desenvolvimento humano e social;
- c) Ele significa melhoria de vida de todas as pessoas; e
- d) Quanto à sustentabilidade, ela caracteriza-se como a capacidade de auto-organização, de reprodução, enfim, de autocriação das condições para a continuidade de determinado processo, sendo esta capacidade o resultado de uma padrão de organização cooperativa com interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade.

Enfim, o desenvolvimento local integrado e sustentável desinstala progressivamente um velho conjunto de práticas, substituindo-as por outras mais democráticas, mais cidadãs e mais sustentáveis, afetando as relações políticas e sociais estabelecidas na localidade (FRANCO, 2000)

Promover o desenvolvimento significa investir simultaneamente em todos os fatores mencionados anteriormente, onde o objetivo é criar condições para o surgimento de novos e múltiplos laços de retroalimentação do esforço que faz com que mais capital humano (conhecimento), gere mais capital social (empoderamento), gerando mais capital empresarial (recursos financeiros), gerando mais renda, que gera mais capital humano e assim sucessivamente, desencadeando o círculo virtuoso.

## **2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO?**

Considerando as colocações acima expostas, cabe indagar: Qual o papel do setor público no desenvolvimento?

As políticas públicas definidas como fomentadoras do desenvolvimento realmente o são? Como o governo toma a decisão sobre quais ações realizará, em quais regiões e como acompanha o resultado dessas ações?

Alguns desses pontos serão discutidos a seguir, mas também durante o desenvolvimento do estudo de caso.

Por ora, serão colocadas algumas reflexões.

Que os poderes públicos têm papel fundamental no processo de desenvolvimento está claro, visto que as funções da saúde, educação, saneamento básico, habitação, facilitação de crédito, entre outras funções básicas, devem ser realizadas pelo poder público uma vez que ele é o agente que possui a capacidade técnica e financeira para a sua consecução, além de ser o responsável legal por elas.

O propósito desta seção *era* aprofundar a análise das políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural, para avaliar se elas estariam respondendo às emergentes questões sociais, econômicas e ambientais das últimas duas décadas.

Concluiu-se, no entanto, que, ao longo dos anos, falta sensibilidade, percepção e ação com vistas às reais necessidades da população, principalmente das populações carentes como as rurais, distantes dos grandes centros polarizadores de recursos. Os diversos programas liderados pelo governo, tidos como de desenvolvimento, na maioria das vezes são um verdadeiro fracasso, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento de resultados, visto que estes não são encontrados.

Agora, em relação às políticas assistencialistas de combate a fome iminente, como o bolsa família, o bolsa escola e o fome zero, de interesse político, muitas vezes tidas como eleitoreiras, seus resultados tem sido bem apresentados e indicam sucesso das metas propostas.

O PRONAF, existente desde 1995, seria importante para a mudança das políticas de desenvolvimento rural no Brasil, pois é uma alternativa para solucionar o problema de crédito dos pequenos produtores; no entanto, o que se verifica é que esse programa chega muito timidamente aos pequenos agricultores do Nordeste, e, em especial, do interior do Ceará.

Os programas do tipo assistencialista são paliativos de curto prazo que, a longo prazo, além de não trazer soluções para as causas da miséria, engendram um círculo vicioso onde a perspectiva final é de fracasso. Pois, mesmo se obtivesse expressivo crescimento econômico, não daria para sustentar, a longo prazo, o grande contingente de pobres e miseráveis que tendem a aumentar, caso ações *efetivas* estruturais não forem colocadas em prática ao longo do tempo.

Segundo Mior (2005), o atingimento de desenvolvimento rural numa dada região é resultado de uma gama muito variada de processos, não se restringindo à dimensão das políticas públicas; faz-se necessário, sobretudo, a construção de uma estratégia alternativa de inserção da agricultura familiar na economia, visto que a visão tradicionalista efetivada desde

a década de 70, da construção de grandes complexos industriais só serviu para excluir, ainda mais, os pequenos produtores e deixá-los à margem da economia.

Verificou-se, ao longo deste trabalho, que os vários programas desenvolvidos pelo governo federal, geralmente de forma pontual ou paliativa ao extremo, não têm atingido os objetivos aos quais se propõem, principalmente devido a: i) falta de integração com órgãos de desenvolvimento locais; ii) falta de acompanhamento *in loco* das ações; e iii) devido a falta de indicadores de desempenho que realmente mensurem a evolução após a aplicação das políticas públicas efetuadas. Isto porque indicadores como PIB, PNB per capita, IDH e outros não são suficientes para avaliar o desenvolvimento de uma determinada localidade.

Por fim, corrobora-se com Sen (2000) quando este afirma que não há apenas uma única forma de desenvolvimento, visto que o mesmo, para ocorrer, necessita estar adequado à realidade política, social, econômica, ambiental e cultural do território onde se está atuando. Concorda-se porque a motivação que fundamenta a abordagem do *desenvolvimento como liberdade* não consiste em ordenar todos os estados – ou todos os cenários alternativos – em uma “ordenação completa” e, sim, em chamar a atenção para aspectos importantes do processo de desenvolvimento, cada qual merecedor de atenção.

Assim, entende-se que os novos padrões de desenvolvimento envolvem a construção de redes, a revalorização dos recursos, a coordenação e a configuração social, e o uso renovado do capital social, cultural e ecológico.

## **CAPÍTULO TRÊS**

### **ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO**

As principais diferenças entre economia solidária e a economia capitalista são a sua concepção e organização. Na economia solidária a organização se faz a partir do trabalho, e não do capital; ou seja, são concepções que se chocam na maioria dos casos. Economia solidária é um modo diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Isto sem explorar os outros, sem querer levar vantagem em tudo e sem destruir o meio ambiente.

Este capítulo trata da economia solidária e sua relação com desenvolvimento local integrado e sustentável.

Ele tem como objetivo refletir sobre o surgimento dessa nova economia, suas características, seus princípios e a autogestão, fundamento de sua manutenção. Para isto, ele se organiza em seis seções. A primeira trata das características da economia solidária. Na segunda seção são expostas as suas origens históricas no mundo; em seguida, na terceira seção, discute-se sua origem no Brasil. Na seção seguinte são apresentados os princípios básicos da economia solidária. Na quinta seção discute-se sobre como construir o modo de produção solidário. E, por fim, é apresentado o modo de gestão desta economia, denominado de autogestão.

#### **3.1 CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

É clara a necessidade de um modo de produção que ultrapasse as potencialidades oferecidas à humanidade pelo capitalismo, superando as desigualdades que lhe são inerentes. Para a existência de uma sociedade onde predomine o equilíbrio é necessário que tanto o homem quanto a economia sejam solidários em vez de competitivos. Ou seja, os atores da atividade econômica devem cooperar entre si em vez de competir.

A economia solidária, segundo Arroyo e Schuch (2006), se estrutura a partir de empreendimentos que operam de forma solidária *em qualquer dimensão*, de forma associativa, tais como cooperativas, associações, rede, etc.

A própria formação de um grupo solidário já é uma evolução nas relações econômicas, pelo fato de se estruturar a partir do princípio de solidariedade. E esta solidariedade na economia só pode ser realizada se ela for organizada de forma equilibrada, a associação entre iguais no lugar de contratos entre desiguais.

Para isso, é fundamental que o pequeno produtor ou empreendedor tenha capacitação e formação adequada para gerenciar os atores envolvidos e estar organizado para intervir no mercado e defender-se das adversidades de uma economia voltada para beneficiar outras faces da produção que não a popular.

O que importa entender é que a desigualdade [*de oportunidade e de direito*] não é natural e a competição generalizada tampouco é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito a liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade. (SINGER, 2002)

Assim é que a economia solidária surge como um outro modo de produção, se contrapondo, ou se *chocando*, ao capitalismo existente. Seus princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada ao capital e o direito à liberdade individual.

Segundo Singer (2002), economia solidária "*é um conjunto de atividades econômicas cuja lógica difere tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado*". Ao contrário da economia capitalista, cujo foco é a acumulação de capital e a base é a competição e o interesse individual, a economia solidária focaliza as relações sociais e *organiza-se a partir de fatores humanos*. Ela valoriza as relações sociais através da reciprocidade e da adoção de formas comunitárias de propriedade, porque organiza a produção e o consumo visando à igualdade de oportunidades e de direitos entre os que estão nestas atividades. Enfim ela é essencialmente associativa.

Suas principais características, segundo Bastos (2006), são:

- a) Caráter coletivo do processo e posse dos meios de produção, minimizando a presença de relações assalariadas, como também provocando envolvimento com os problemas da comunidade e as lutas de cidadania;
- b) Criação e/ou reforço de instâncias de mediação e de representação: uniões associativas, federações cooperativas, redes de intercâmbio e organizações de apoio e fomento, que se constituem em uma nova economia do trabalho;
- c) Rivaliza e mesmo supera o setor privado e o Estado na criação de empregos, rejeitando a falsa dicotomia entre o social e o econômico, conciliando a eficiência com a cooperação no trabalho e estabelecendo os fundamentos de um projeto de produção solidária.

Cooperação, em geral, pode ser entendida como a união dos esforços e capacidades em busca de interesses e objetivos comuns. Portanto, a propriedade dos bens na economia solidária é coletiva, como também a partilha dos resultados e responsabilidades.

A economia solidária pode envolver diversos tipos de organizações coletivas como empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens, etc.); clubes de trocas, etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um grande conjunto de atividades individuais e familiares.

Um princípio fundamental para a economia solidária é o conceito de autogestão. Nele, os participantes das organizações exercitam práticas participativas de gestão dos processos de trabalho, de definições estratégicas dos empreendimentos, de direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Embora imprescindíveis, as relações com o ambiente externo, tais como financiamento, fomento, assistência técnica e gerencial, capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação, visto que o controle da atividade deve estar nas mãos dos atores locais. Caso contrário, perde-se a liberdade de ação.

Na economia solidária a dimensão econômica é o foco, uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de efetividade, sem negligenciar os aspectos culturais, ambientais e sociais.

Mas, vale lembrar que o fundamento básico é a solidariedade. O caráter de solidariedade nos empreendimentos pode ser expresso em diferentes dimensões, entre elas, a justa distribuição dos resultados alcançados, as oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes. Além do compromisso com um meio ambiente saudável, as relações que se estabelecem com a comunidade local são ativas. Ela participa dos processos de desenvolvimento sustentável com base territorial, regional e nacional. Nela, as relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório, a preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e o respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, têm papel tão importante quanto as relações de classe estabelecidas no âmbito do modo de produção capitalista.

Considerando os princípios e as características expostas acima, a economia solidária surge como uma nova lógica de organização econômica. Ela favorece o desenvolvimento sustentável, a geração de trabalho e a distribuição de renda. Ela distribui equitativamente os resultados econômicos, políticos, sociais e culturais alcançados pelos seus participantes, sem distinção de gênero, idade ou raça.

Enfim, ela implica, simplesmente, na inversão da lógica capitalista ao se opor, de forma direta e explícita, à competição e à exploração do trabalho e dos recursos naturais. Ao contrário, a economia solidária considera o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Dados estes princípios e conceitos evolucionários, cabe indagar de onde e como surgiram. Isto será feito a seguir.

### 3.2 ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A nível mundial, a economia solidária surgiu pouco depois da Revolução Industrial, que consolidou o capitalismo industrial, como reação ao profundo empobrecimento dos artesãos provocado pela utilização de máquinas no processo produtivo da organização fabril de produção.

A primeira Revolução Industrial ocorreu na Grã-Bretanha. E foi em New Lanark, através de Robert Owen, que surgiram as primeiras preocupações com os trabalhadores das fábricas. Owen, segundo Singer (2002), por ficar incomodado com a exploração dos trabalhadores nas fábricas e a utilização de mão-de-obra infantil, decidiu limitar a jornada diária dos trabalhadores de suas fábricas e proibir o emprego de crianças, para as quais construiu escolas. Esse tratamento generoso que Owen oferecia aos seus funcionários resultava em maior produtividade, maior lucratividade e menos desperdícios.

Em 1815, após o término dos ciclos de guerra da Revolução Francesa, a Grã-Bretanha enfrentou profunda recessão. Owen apresentou uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego, restabelecendo o crescimento da atividade econômica. Ele diagnosticou que a depressão tinha como causa o desaparecimento da demanda por navios, armamentos e mantimentos necessários à condução da guerra. Assim, a queda na produção da indústria bélica ocasionou a perda de trabalho e renda dos que dependiam deste setor, o que causou uma retração na indústria civil (SINGER, 2002).

A solução para este problema era *reinsserir* os trabalhadores ociosos na produção, permitindo-lhes ganhar e gastar no consumo, o que implicaria em mercado para outros produtores. Então, em 1817, foi apresentado um plano ao governo britânico para que os fundos de sustento aos pobres fossem convertidos na compra de terras e na construção de Aldeias Cooperativas, ao invés da simplesmente distribuição dos mesmos. Deveria o governo Lula inspirar-se nele?

O raciocínio de Owen, em 1817, foi posteriormente corroborado por Keynes, embora de outra forma, durante a crise da década de 1930. Ambos concluíram que o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho, pois implica diretamente na queda da demanda total.

Há um efetivo empobrecimento da sociedade, que se concentra nos que foram excluídos da atividade econômica. Portanto, conseguir trabalho para eles é expandir a criação de riqueza, permitindo a rápida recuperação do valor investido. (SINGER, 2002)

Essa foi a *primeira semente* de uma visão, ou filosofia, de mundo diferente do capitalismo instaurado e defendido a todo custo por aqueles que lucram e acumulam riquezas a partir da exclusão da maior parte da população mundial.

Após o surgimento do conceito de aldeia cooperativa, começaram a surgir, por toda parte, ainda nas décadas de 1820 e 1830, sociedades cooperativas, constituídas na sua maior parte pelas lutas de classe entre os trabalhadores e seus empregadores e conduzidas pelos sindicatos.

Muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos anos 30 eram desta espécie, originadas de greves diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou da falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Benéficas cujos membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos se uniam, sem qualquer patrocínio formal, e iniciavam sociedades por conta própria. (COLE, 1994 apud SINGER, 2002)

### 3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil, a primeira cooperativa surgiu em 1889, na cidade de Ouro Preto, sendo denominada de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, segundo Pinheiro (2004 apud ARROYO e SCHUCH, 2006). Mas o conceito de economia solidária só surgiria bem depois, em 1993, no livro “Educação Solidária” de Moacir Gadotti e Francisco Gutiérrez, no qual Luis Razeto a define como:

(...) uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (ROZETO, 1993 apud LECHART, 2002 apud ARROYO e SCHUCH 2006)

O processo recente de desenvolvimento da economia solidária no Brasil foi influenciado pelas transformações socioeconômicas mundiais ocorridas ao longo das últimas quatro décadas, conforme sintetizado no Quadro 3.1, a seguir:

#### Década de 1970

Transição do modelo Keynesiano (endividamento do Estado) para o modelo econômico neoliberal. Caracteriza-se pelo início de uma nova crise econômica mundial, a crise do petróleo com o aumento significativo do preço do petróleo e de seus derivados, a nível internacional.

#### Década de 1980

Novo liberalismo econômico, onde se verifica o início de profundas mudanças nas estruturas econômicas e políticas dos países em desenvolvimento, nos quais os termos economia de mercado, privatizações e investimentos estrangeiros passam a ser mais e mais utilizados. Ocorre, também, um forte endividamento dos países em desenvolvimento em decorrência das políticas keynesianas, fazendo com que o mercado privado de crédito a longo prazo diminua significativamente suas operações.

#### Década de 1990

Década da integração econômica na globalização, onde países formam blocos econômicos com objetivos de integração monetária, econômica e financeira. O avanço tecnológico quebra as barreiras políticas, econômicas e sociais, conectando todos os continentes. Aprofundamento das desigualdades sociais e políticas entre os povos.

Quadro 3.1 – Transformações recentes da Sócio-Economia Mundial

Fonte – Elaboração da autora, a partir de Souza (2005), Gremaud, Vasconcelos e Toneto jr. (2006)

Ainda segundo Singer (2000), as últimas décadas trouxeram profundas mudanças na organização do trabalho. As empresas capitalistas reduziram seus quadros de mão-de-obra devido a adoção de novas tecnologias e técnicas de trabalho, incluindo a contratação de serviços precários próprios autônomos e cooperativos.

O crescimento econômico interrompido, entre 1980 e 1990, pelas crises econômicas, ocasionaram a diminuição de demanda pela força de trabalho e o aumento do desemprego, além da queda do real valor dos salários e da diversificação das relações de trabalho, como o trabalho assalariado formal precário, o trabalho autônomo, o coletivo/solidário, o assalariamento informal, a volta da exploração do trabalho escravo e do trabalho infantil, segundo Arroyo e Schuch (2006).

Neste contexto, surgem nos movimentos sociais entidades de gestão, destacando-se entre elas a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), por iniciativa da Central Única de Trabalhadores (CUT), a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), as Cáritas (entidade católica) e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE). Além destas, surgiram, também, incubadoras de cooperativas nas universidades e diversos grupos de pesquisa científica nos âmbitos da autodeterminação e da autogestão.

Apesar de os movimentos sociais solidários no Brasil terem se expandido na década de 1980, isto é, após a ditadura militar, é a partir da década de 1990 que se verifica a massificação do processo do ideal solidário popular, assim como as primeiras publicações a respeito deste novo conceito de economia, haja vista que o conceito de economia solidária ficou por décadas imerso no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular (ARROYO e SCHUCH, 2006).

Economia solidária ainda é um modo de produção em construção, assim como o desenvolvimento sustentável. No entanto, há alguns princípios básicos para o seu surgimento e sustentação.

### **3.4 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Como anteriormente explanado, a economia solidária é fundamentada em uma sociedade humanizadora. É o projeto de criação de uma sociedade justa, racional e equilibrada, seguindo o caminho do processo de desenvolvimento sustentável e integrado para a geração de uma melhor qualidade de vida para todos. Ela apresenta como princípios gerais, segundo Arroyo e Schuch (2006):

- a) A valorização social do trabalho do ser humano na atividade econômica, não sendo vista a sua força de trabalho como mera mercadoria a ser comercializada;
- b) Reconhecimento do papel da mulher e do feminino;
- c) Desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade através da convivência pacífica entre o homem e a natureza;
- d) Busca dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade como forma de criar uma sociedade humanizadora e eficaz para todos;
- e) O trabalho, o saber (coleta de informação para a geração do conhecimento) e a criatividade humana são os valores centrais da economia solidária;

- f) O ser humano é sujeito e finalidade da atividade econômica, e não gerador de riquezas e capitais para particulares;
- g) A busca da unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso a seus benefícios;
- h) A busca pela solidariedade entre os povos objetivando o aumento da qualidade de vida para todos, propondo uma atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato e tendo a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência; e
- i) Geração de trabalho e renda, visando combater a exclusão social e a eliminação das desigualdades materiais.

Neste contexto, não surpreende o fato de que um aspecto importante da economia solidária seja a luta contra a *exclusão social*, para a qual são de vital importância os princípios apresentados a seguir.

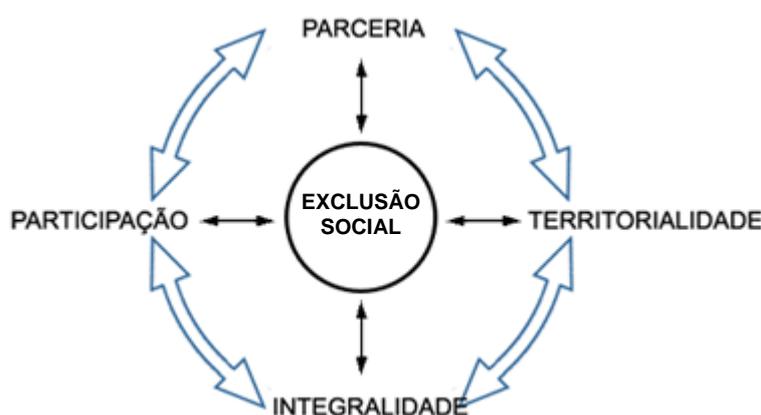


Figura 3.1 – Princípios de Inclusão Social.  
Fonte: Adaptado de Bastos (2006)

O princípio de **integralidade** está relacionado a: (i) capacidade de análises globais que considerem o conjunto de causas, processos e manifestações da exclusão; (ii) a compreensão das relações e ligações entre elas; (iii) o reconhecimento do caráter pluridimensional, estruturante e acumulativo da exclusão; (iv) a facilitação na tomada de

consciência, por parte dos atores, do conjunto das implicações para os excluídos, da população e da visão do seu papel; e (v) a identificação da riqueza dos cenários, das opções e das oportunidades.

O princípio de **participação**, no conceito de luta contra a exclusão, significa um valor, uma estratégia e pode ser um instrumento, tendo, assim, dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais. Através dele, pode-se: (i) exercer os direitos de expressão, reunião e associação; (ii) incluir os excluídos na tomada de decisões; (iii) conhecer melhor as necessidades, exigências e interesses da população; (iv) alargar o compromisso do conjunto dos atores e da comunidade; (v) gerar um processo de responsabilização e de mobilização coletiva; (vi) facilitar a aprendizagem democrática; e (vii) aplicar a ação em melhores condições de sustentabilidade e durabilidade.

É imprescindível, para o progresso humano, a colaboração dos atores em um dado território; com isso, surge o princípio de **parceria**. Esta pode ser descrita como um processo, mais ou menos formalizado, através do qual dois ou mais atores, de diferente natureza (público, privado), entram em acordo para realizar um plano, um programa ou um projeto. Implica, ente outras coisas, em: (i) quebrar o isolamento individual e a exclusão dos indivíduos, dos grupos e das pequenas comunidades, convidando-os a trabalhar mais em conjunto, e entre eles, aproveitando melhor os seus recursos e coordenando as suas ações; (ii) definir e partilhar outras regras do jogo que permitam acabar com a separação das lógicas econômicas, sociais e políticas e a compartimentação das diferentes políticas setoriais (emprego, saúde, habitação, educação, proteção social, cultura, etc.) tentando integrá-las; (iii) experimentar novas alianças e estratégias nas ações locais que permitam uma maior sensibilidade e visibilidade em relação às necessidades e exigências; e (iv) criar sinergias e economias internas dos recursos locais.

A **territorialidade** é o elemento que dá a condição ou a qualidade territorial em relação a um determinado país. Neste contexto, implica em: (i) uma condição necessária para concretizar e localizar as ações; (ii) reconhecimento da diversidade espacial e dos processos; (iii) permitir uma análise integral, incluindo os traços característicos do território, as suas limitações e potencialidades; (iv) aproveitamento dos recursos existentes; (v) incorporação das energias e iniciativas dos habitantes locais para promover e afirmar o seu território; e (vi) reforço da identidade local.

### 3.5 CONSTRUÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO SOLIDÁRIO VISANDO O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

A construção de uma economia solidária não é fácil, nem simples. A complexidade tem início no próprio interior do ser humano que é, entre outras coisas, fundamentalmente individualista e competitivo, resultado que, sem dúvida, gera causa e efeito do desenvolvimento da própria sociedade capitalista e sua cultura. E para que esta nova forma de pensar a economia crie raízes, é necessário que os atores envolvidos criem e fortaleçam uma outra faceta existente, embora latente nos seres humanos: a faceta da solidariedade, através de uma cultura de cooperação e de integração, além de confiança mútua.

Para isso é fundamental a educação cooperativa, para que o princípio da solidariedade seja entendido por todos e apoiado em seus propósitos, pois *“os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles (...) os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada”* (SINGER, 2002). Embora não exista tal determinação, a educação constante tem inferência importante.

Como desafios estratégicos para a construção desta economia podem-se colocar, segundo Arroyo e Schuch (2006), a criação de um sistema de finanças solidárias, a criação de um comércio justo, uma economia sem dinheiro e a construção de um Estado político democrático. Embora se considere que os três primeiros não são tão importantes para transformar o homem de objeto em sujeito de sua história, eles podem contribuir e, por isso, serão apresentados a seguir.

O objetivo dos **sistemas de finanças solidárias** seria permitir às pessoas excluídas dos sistemas bancários adquirirem créditos e, com isso, criarem seu próprio meio de trabalho e subsistência. Várias iniciativas de sucesso tiveram como base o oferecimento de pequenos valores monetários a empreendedores através do qual eles conseguiram iniciar seu negócio próprio e obter sua subsistência, como o Banco da Aldeia, em Bangladesh, e o Banco Palmas, no Brasil.

A criação do **comércio justo** implica em estabelecer relações comerciais mais justas entre os consumidores e produtores a partir de um nível local, nacional e internacional,

com o objetivo de eliminar, ao máximo, o número de intermediários entre produtores e consumidores.

**Economia sem dinheiro** implica na redefinição do papel do dinheiro, assim como a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais. Estas iniciativas ocorrem em escala local buscando a articulação de redes, como organizações territoriais, visando enfrentar a exclusão social por meio de moedas sociais. Suas principais características são: a autoprodução coletiva, a elaboração de sistemas de trocas locais e as redes de trocas recíprocas de saberes.

A economia solidária pode ser entendida como um projeto de desenvolvimento local integrado e sustentado que visa a justiça econômica, social, cultural, ambiental e a democracia participativa. Para isso, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores e a responsabilidade social das empresas e cidadãos, tendo como valor central a relação respeitosa entre os povos e a soberania nacional, em um contexto de respeito da soberania das outras nações. Esta seria a **construção de um Estado Político Democrático**.

Este ambiente é, segundo Arroyo e Schuch (2006), não só de consolidação de um conjunto de práticas de economia solidária, mas também o ponto de partida para políticas públicas e iniciativas legislativas que procurem estimular as práticas econômicas solidárias em suas várias expressões.

Diante da exposição das características e princípios da economia solidária, é necessário tecer alguns comentários sobre a sua forma de gestão que, por motivos óbvios, não poderia seguir a mesma linha da economia capitalista. A gestão da economia solidária é fundamentada na autogestão, apresentada a seguir.

### **3.6 HETEROGESTÃO CAPITALISTA *VERSUS* AUTOGESTÃO**

Uma das principais diferenças entre a economia capitalista e a economia solidária é o modo como as organizações são administradas. A economia capitalista, com a sua heterogestão, é administrada de forma hierárquica, formada por níveis sucessivos de

autoridade, através dos quais fluem ordens de cima para baixo. A empresa solidária é administrada pela prática da autogestão.

Na autogestão as decisões são tomadas em forma de assembléia ou de representantes eleitos pelos sócios. Segundo Rufino *in* Amato Neto (2005), a autogestão “*é a gestão que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa para decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho*”. As idéias gerais da autogestão são, ainda segundo o mesmo autor, “*o fim do assalariamento, a organização do trabalho em base democrática, a eleição de comissões de autogestão, a eliminação da hierarquia e a participação nas decisões relativas às sobras*”.

Entretanto, o estabelecimento de hierarquias é necessário, particularmente em organizações solidárias de grandes dimensões, onde elas são estabelecidas para coordenar e auxiliar a gestão. Neste caso, seu funcionamento é inverso ao das empresas capitalistas, visto que, as ordens e instruções fluem de baixo para cima nas organizações solidárias. O maior inimigo da autogestão, segundo Singer (2002), é o desinteresse dos sócios, ocasionando sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige.

No entanto, a autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica e produtiva (necessária em si) para manter um negócio competitivo, mas o desenvolvimento humano que ela proporciona aos praticantes, através da participação das discussões e decisões do coletivo.

O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação. Para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende, primordialmente, dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana. (SINGER, 2002)

Em face do acima exposto, corrobora-se com Singer (2002) quando este afirma que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social onde a cooperação e a solidariedade serão possíveis não apenas entre os seus membros. Serão, também, formas racionais de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem o

bem estar, a igualdade de direitos e o poder de decisão, incluindo a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros.

Por fim, a economia solidária, através do caminho histórico que percorreu, alerta que abraçá-la exige um compromisso político com desdobramentos práticos em todas as nossas ações cotidianas, passa pelo reconhecimento da força e da necessidade do mercado informal para a sobrevivência de milhões de brasileiros, pela indignação com a concentração de renda, pelo reconhecimento e apoio às várias manifestações da economia popular (sistemas de trocas, créditos alternativos e outros), pela radicalização da democracia política, pela participação popular e pelo compromisso com a ética (MELO NETO SEGUNDO, 2006 apud ARROYO; SCHUCH, 2006).

Para que ocorram mudanças tão profundas, seria necessário o empenho dos governos e da sociedade, sendo, para isso, imprescindível coragem, ousadia e disposição para correr riscos. *Seria utopia sonhar com o empenho dos governos?* É preciso acreditar no poder transformador do ser humano, no trabalhador da economia solidária e na sua capacidade de assegurar um outro modo de produção e desenvolvimento que realmente garantam a sustentabilidade da vida, sob todas as formas, em todos os territórios onde esta se encontra.

Entre os desafios encontrados, um dos principais, segundo Bastos (2007), é exposto a seguir:

(...) romper fronteiras sociais, geográficas – superar limites – mentais, políticos, institucionais – e caminhar decididamente para convergências inclusivas, que sustentem uma ampla integração sistêmica da economia solidária, de modo a convertê-la em base social e econômica efetiva, tangível, de uma nova construção política hegemônica. (BASTOS, 2007)

Vencer essas barreiras é um processo fundamental para a consolidação dessa nova lógica ou filosofia de viver.

## CAPÍTULO QUATRO

### SISTEMA PRODUTIVO LOCAL SOLIDÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo visa discutir a importância da cooperação entre pequenos produtores (formais ou não), fator imprescindível para o fomento e fortalecimento de sua inserção na atividade econômica e política, bem como pela busca do desenvolvimento diante da realidade econômica, política, social e cultural exposta.

Para isso, inicialmente, discute-se a importância dos pequenos negócios e a importância de se trabalhar em conjunto para sua manutenção. Em seguida, são apresentados conceitos, características e particularidades dos sistemas produtivos locais solidários como estratégia de desenvolvimento, bem como suas vantagens e dificuldades de aplicação.

#### 4.1 REFLEXÕES SOBRE A COOPERAÇÃO ENTRE PEQUENOS

A discussão sobre cooperação entre pequenas empresas é relativamente recente. Inicialmente, surgiu como uma forma de competir com as grandes empresas visto que estas, devido ao seu tamanho, possuem *vantagens* como: i) economia de escala; ii) maior aporte de capital; iii) maior poder político e econômico; e iv) estrutura privilegiada de insumos, tanto governamentais quanto de crédito privado. Fazendo um comparativo com a pequena empresa e os pequenos produtores, no seu caráter individual, estes apresentam como *desvantagens*: i) baixa ou nenhuma economia de escala; ii) pequeno aporte de capital, quando existente; iii) dificuldades de negociar com fornecedores, devido ao baixo poder de barganha face a grande concorrência disposta no mercado; e iv) dificuldades de conseguir o crédito necessário para a sua manutenção ou crescimento.

Em 1974, o *Wall Street Journal* escrevia sobre a possível falência da forma de organização das grandes empresas, quando dizia que “*a grande empresa se transforma em uma espécie de dinossauro vacilante caminhando para sua extinção*” (AMARAL FILHO, 2000). Essa afirmação seguia a linha de pensamento que grandes empresas não conseguiriam

se adaptar e se flexibilizar de forma a conseguir acompanhar as constantes mudanças da demanda. No entanto essa visão não se concretizou. As grandes empresas, além de buscar-se expandir ainda mais (criando hoje, através de fusões e aquisições, um complexo de grandes corporações mundiais), conseguiram tornar-se flexíveis e adaptativas por meio do desenvolvimento e aplicação de processos e sistemas tecnologicamente avançados.

Não é pretensão do presente trabalho discutir o processo de formação dos grandes complexos corporativos presentes na economia capitalista. O objetivo aqui é refletir sobre a importância das micro e pequenas empresas, bem como dos pequenos produtores, na economia de um país, em particular o Brasil e sua região Nordeste.

Grande é a complexidade desta discussão, visto que *“os problemas encontrados podem até ser parecidos, mas as formas de manifestação são diferentes, o que demanda diferentes análises e discussões”* (AMARAL FILHO, 2000). A complexidade tem início já na definição do que é uma pequena, micro e média empresa (MPEM) visto que, em cada país, há um modelo diferente de classificação de tamanho. Verifica-se que as MPEM ocorrem em todos os setores da economia (agricultura, indústria e serviços), podendo ser formais ou informais, independentes ou associadas (a uma grande empresa ou a uma rede de pequenas empresas). Complexidade ainda maior é encontrada no tratamento dado aos pequenos produtores que, em geral, pelo seu caráter informal, não aparecem nas estatísticas nem nas medições do país.

No Brasil, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a determinação do tamanho se faz de acordo com o número de empregados. Este número varia de acordo com os setores como, por exemplo, indústria, comércio e serviços.

As MPEM's surgem como uma nova possibilidade de geração de emprego e renda, principalmente para dois tipos de indivíduos: 1) os excluídos das grandes empresas, por falta de qualificação ou devido à grande massa de desempregados, decorrência da própria economia capitalista; 2) os empreendedores ou inovadores, que buscam colocar em prática negócios visto como oportunidades de mercado.

Segundo Amaral Filho (2000) *“nas últimas décadas o mundo assistiu um forte ressurgimento da importância das micro, pequenas e médias empresas. A multiplicação do*

*registro de abertura e de geração de empregos por parte dessas empresas não parou de crescer” (AMARAL FILHO, 2000).*

O interesse por este tipo de organização tem se tornado crescente, tanto no setor público como no setor não-governamental, visto que o modelo de geração de emprego e renda baseado no fortalecimento das grandes empresas já não atende a realidade de países como o Brasil. Esse fato foi provado, segundo Amaral Filho (2000), por cinco eventos principais vistos na década de 90, em seu trabalho “O negócio é ser pequeno, mas em grupo”, a saber:

- i. Crise do planejamento e da intervenção regionais centralizadores [que, na verdade, é anterior à década de 90];
- ii. Reestruturação de mercado;
- iii. Megametropolização, seguida pela emergência de megaproblemas urbanos [iniciada no Brasil nos anos 70];
- iv. Globalização e abertura econômica;
- v. Tecnologia da informação e telecomunicação.

A implicação desses fatores ocasionou, entre outras coisas, a valorização do território e do poder local, em detrimento do poder central, ocasionando, como consequência, a valorização dos pequenos produtores locais.

A descentralização e a desconcentração da produção foram outro efeito, e esta passou a focar na redução de custos fixos e na flexibilidade das decisões; no estímulo ao deslocamento espacial de investimentos das megalópoles para regiões mais afastadas dos territórios metropolitanos desenvolvidos, livres dos grandes problemas estruturais encontrados nas grandes cidades. Estes problemas foram causados, basicamente, pela concentração populacional devido, principalmente, ao grande contingente de pessoas que migraram das áreas *esquecidas* do Brasil. Isto favorece e reforça iniciativas de desenvolvimento local e de suporte ao empreendedorismo em localidades mais afastadas, vistas, hoje, como a solução para inúmeros problemas políticos, sociais, culturais, ambientais e econômicos.

As estratégias de aglomeração e cooperação entre as MPEM's podem surgir do processo de desintegração vertical de empresas e de integração horizontal.

A desintegração vertical é o processo através do qual grandes empresas *terceirizam* para as pequenas algumas de suas funções visando, dentre outros objetivos, reduzir custos de produção e de gestão. O processo de integração horizontal, por sua vez, consiste na formação de grupos de micro, pequenas e médias empresas, que passam a produzir de maneira especializada em um determinado território.

O primeiro caso mantém o grande capital. O segundo, não. Segundo Amaral Filho (2000):

No primeiro caso, tenta-se a preservação da economia de escala interna combinada à busca de economias externas; e, no segundo caso, a tentativa é de construção das economias externas, visando compensar a falta de economias internas. As externalidades se manifestam em vários pontos: mercado de trabalho, formação, financiamento, desenvolvimento tecnológico, concepção de produtos, comercialização, exportação e distribuição. (AMARAL FILHO, 2000)

O presente trabalho se limita a discutir as aglomerações de MPEM e de pequenos produtores (formais e informais), sobre o enfoque de integração horizontal. Isto porque o objetivo maior é a discussão sobre uma estratégia de desenvolvimento sustentável para as regiões mais subdesenvolvidas do Estado do Ceará, a partir do desenvolvimento das potencialidades locais através da ação do pequeno produtor como agente de mudança da sua própria realidade. O enfoque na integração horizontal é inicial, porque esta visão, quando analisada sobre a perspectiva das diversas potencialidades locais encontradas em um país de extensão e diversidades como é o Brasil, torna-se limitativa, tendo em vista que podem co-existir mais de uma especificidade em um mesmo território, conforme verificado no estudo de caso apresentado.

Neste contexto, é importante salientar que um dos maiores desafios, no Brasil e, em particular, no Estado do Ceará, é o elevado número de negócios informais e sua natureza difusa. Assim, faz-se necessário a construção de categorias apropriadas para a realidade local. Por este motivo, a estratégia de aglomeração cooperativa de pequenos produtores em busca do desenvolvimento, a ser adotada no presente estudo, concerne aos Sistemas Produtivos Locais, definidos pela REDESIST *apud* Cassiolato, Lastres e Maciel (2003) como:

(...) aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local. (REDESIST *apud* Cassiolato, Lastres e Maciel, 2003)

Nesta forma peculiar de organização da produção, seus elementos estruturantes são: capital social, cooperação, estratégia coletiva de produção, estratégia coletiva de mercado e articulação político-institucional.

As estratégias que valorizam o agrupamento de pequenas e médias empresas têm conquistado maior preferência e visibilidade por parte das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de um local ou região, ou para a geração de emprego e renda. Embora com mais ênfase nos países desenvolvidos e mais incipientes nos países em desenvolvimento, elas serão, a seguir, apresentadas.

#### **4.2 POLÍTICAS E PROJETOS VOLTADOS PARA ARRANJOS E SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS**

A importância sócio-econômica das micro, pequenas e médias empresas no Brasil já justificaria amplas políticas de apoio ao seu desenvolvimento, visto que as principais fontes estatísticas brasileiras – IBGE, SEBRAE – indicam que 98% das 4,7 milhões de empresas registradas são micro e pequenas empresas, 59% da população economicamente ativa é absorvida por esse segmento, 48% da produção nacional é gerado pelas pequenas empresas e 21% do PIB é produzidos por elas (AMARAL FILHO, 2000). Talvez seja este último dado que contribua para que a elas se atribua pouca importância.

Nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a política de desenvolvimento dos sistemas produtivos locais já é oficial. Na França, esta organização, em conjunto com a União Européia (EU) e a *Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale* (DATAR), criaram um congresso Mundial e anual para discutir experiências que aplicam essa estratégia. O próprio DATAR, na França, tem um programa especial de mapeamento e apoio aos sistemas produtivos locais. Os poderes públicos têm incontáveis programas de apoio.

Outros países, como a Austrália e a Nova Zelândia, têm programas nacionais explícitos de estímulo à formação de redes, alianças e agrupamentos de empresas. No patamar das instituições internacionais, a *United Nations Industrial Development Organization* (UNIDO, 2001) tem um programa especial voltado para o desenvolvimento de *cluster*, intitulado *Development of Clusters and Networks of SMES* (AMARAL FILHO, 2000).

No Brasil já são encontradas algumas ações e políticas públicas voltadas para o estímulo das aglomerações de MPEM e de pequenos produtores. O governo federal tem, pelo menos, dois programas: “Arranjos Produtivos Locais”, do Ministério da Ciência e Tecnologia, e o “Fórum da Competitividade”, voltado à organização de cadeias produtivas locais, no âmbito de ação do Ministério do Desenvolvimento. A partir de 2006, o governo federal incorporou, nos Planos Plurianuais de Ações (PPA’s) de praticamente todos os Ministérios, o programa de apoio aos arranjos produtivos, e instituiu o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), composto por 33 instituições governamentais e não-governamentais de abrangência nacional, relacionadas no Anexo C.

As atividades desse grupo tiveram como foco, inicialmente, onze APL’s pilotos<sup>1</sup>, distribuídos nas cinco regiões do país, com o propósito de testar a metodologia de atuação integrada. A escolha dos APL’s pilotos baseou-se em levantamento que registrou as localidades em que as instituições, participantes do grupo de trabalho, atuavam sob esta ótica de abordagem. Os registros relatam essas aglomerações em seus diferentes estágios de desenvolvimento, em termos de integração com o território, capacidade de cooperação entre firmas e com entidades de apoio, entre outros. A seleção levou em consideração os aspectos de: (i) maior número de instituições atuantes no APL; (ii) pelo menos um APL em cada macrorregião pesquisada; e (iii) alguma diversidade setorial no conjunto de APL’s selecionados.

Foram identificados 955 APL’s, possibilitando a geração de relatórios a partir do setor econômico, da unidade da federação e da instituição atuante na localidade. Esse mapeamento e as informações fazem parte do desenvolvimento de Sistema de Informação

---

<sup>1</sup> APL de Juazeiro/Petrolina, APL de Jaraguá, APL de Nova Friburgo, APL de Ubá, APL de Cachoeiro do Itapemirim, APL de Araripina, APL de Apucarana, APL de Paragominas, APL de Brasília, APL de Caxias do Sul e APL de Franca.

para APL's<sup>2</sup> (ainda em construção e, por este motivo, indisponível) e são oriundos de 37 instituições governamentais e não-governamentais, federais e estaduais, com atuação nesse tema.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) também desenvolve ações nesta área, iniciadas em 2002 com a identificação e mapeamento de APL's em 27 Estados do Brasil e o Distrito Federal. Hoje, atua em parceria com o Governo Federal através do programa GTP-APL<sup>3</sup>. E ações de parceria com outros órgãos, como a Federação da Indústria e do Comércio (FIEC), com projetos como o Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas (PROCOMPI), onde o objetivo deste projeto é *“fortalecer os APL's e projetos setoriais, por meio da adoção de modernas tecnologias de gestão, adequação de produtos e processos de fabricação”* (FIEC, 2008).

Outro ponto de fundamental importância, relativo ao apoio dado a estas iniciativas, são as redes de informações. Estas são, ainda, incipientes, mas fundamentais para a integração entre os diversos atores dedicados a apoiar aquelas iniciativas. Dentre elas, a Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos Locais (REDESIST), através das informações disponibilizadas no seu site<sup>4</sup> e do Sistema Sinal<sup>5</sup>. O SEBRAE, através do Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (SIGEOR)<sup>6</sup>, podem disponibilizar, ao público em geral, todas as ações realizadas.

Vale salientar que, embora estes projetos representem grande avanço diante da realidade do Brasil, ainda não apresentam claramente quais os resultados obtidos relativos ao desenvolvimento local ou regional proposto nestas ações. Apenas resultados pontuais de fundo econômico são apresentados. Além disso, não se esclarece quais os objetivos e indicadores utilizados para avaliar se esses objetivos propostos estão sendo atingidos.

No Ceará, tem-se o Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Ceará (NEAAPL-Ce), coordenado pela Secretaria das Cidades. Conta com a integração de

---

<sup>2</sup> <<http://apl.desenvolvimento.gov.br/sisapl/index.php?pagina=principal.php>>

<sup>3</sup> Os relatórios referentes aos APL's já mapeados encontram-se disponíveis no *link* <[www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2](http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2)>

<sup>4</sup> [www.redesist.ie.ufrj.br](http://www.redesist.ie.ufrj.br)

<sup>5</sup> Sistema para consulta às bases de dados do BIG (banco de indicadores georreferenciados)

<sup>6</sup> [www.sigeor.sebrae.com.br](http://www.sigeor.sebrae.com.br)

vinte e três instituições<sup>7</sup> relacionadas ao desenvolvimento econômico do Ceará, destacando-se, entre elas, o SEBRAE, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil. O NEAAPL-Ce tem como missão “*coordenar as ações de apoio à consolidação, fortalecimento e desenvolvimento competitivo e sustentável dos Arranjos Produtivos Locais*” (SECRETARIA DAS CIDADES, 2008).

Conforme já amplamente ressaltado, o Ceará oferece um quadro preocupante em relação às desigualdades sociais e setoriais, que repercute diretamente nas desigualdades entre a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e o interior, este último com grande desvantagem. Desvantagem que ficou evidente desde o *complexo gado-algodão-cultura* de subsistência que, por muito tempo, foi o carro chefe da economia semi-árida cearense, entrando em colapso em meados da década de 1980. Com isso, não só a renda foi drasticamente diminuída como a vida comercial e urbana das cidades médias do interior foram reduzidas e perderam dinamismo, aumentando ainda mais a concentração na Região Metropolitana (AMARAL FILHO, 2007).

A agricultura participa, hoje, com apenas 6% do PIB e detém 38% da PEA, ao mesmo tempo em que a indústria gera 38% do PIB e absorve apenas 14% da PEA (AMARAL FILHO, 2007). Diante deste quadro, fica clara a necessidade de ações voltadas para uma política de desenvolvimento espacial e territorial, de forma a promover um equilíbrio das forças entre as regiões do Estado. O desenvolvimento promovido a partir das potencialidades locais de cada região, através da cooperação dos pequenos produtores, é, sem dúvida, uma alternativa viável e promissora.

O fortalecimento desta estratégia de desenvolvimento passa por três vias práticas:

- i) A identificação das potencialidades locais, dos atores locais, dos problemas estruturais, das formas de organização e das perspectivas de desenvolvimento;
- ii) Elaboração de projetos para obtenção de financiamento junto aos bancos de desenvolvimento, particularmente o Banco do Nordeste; e

---

<sup>7</sup> SDA, SETUR, SECITECE, STDA-CE, CEDE, SECULT, SEPLAG, SDLR, SEBRAE-CE, IEL-CE, FIEC/IEL, SENAC, EMBRAPE-CE, BNB, SENAI, NUTEC, IDT, FECOMERCIO e UECE.

iii) Estabelecimento de estratégias de cooperação e participação da PEA local.

### 4.3 SISTEMA PRODUTIVO LOCAL – CONCEITOS E CONTROVERSAS

O conceito de sistema produtivo local é recente e controverso. São muitas as discussões sobre as definições corretas dadas a cada tipo de aglomeração. Não é pretensão deste trabalho aprofundar-se na discussão deste conflito. No entanto, faz-se necessário esclarecimento, ainda que breve, sobre essas divergências, visto que implica diretamente na estruturação da estratégia a ser proposta, bem como nas políticas e ações sugeridas. Assim, tem-se, a seguir, uma conceituação sobre os tipos mais comuns de aglomerações, diferenciando-as e dando enfoque, principalmente, às características do Sistema Produtivo Local.

Outro fator complicador é ter que lidar com recursos intangíveis – tais como conhecimento (inovação, cooperação, habilidades e competências) - e capital financeiro os quais assumem papel ainda mais central e estratégico no novo padrão. (...) Destacam-se, ainda, que informação e conhecimento constituem-se em recursos – além de intangíveis – não esgotáveis e não deterioráveis (LASTRES, CASSIOLATO e CAMPOS, 2006).

A primeira grande contradição é a utilização, em muitos trabalhos, das definições de arranjos produtivos locais, *cluster*, sistemas produtivos locais e distritos industriais como sinônimos. Fato que atrapalha a elaboração de políticas públicas e o entendimento por partes dos próprios atores.

O termo *Cluster* surgiu inicialmente com Porter (1995 *apud* MACHADO, 2003) para denominar uma estratégia de desenvolvimento que ele definiu como sendo uma concentração geográfica de empresas de determinado setor de atividade e de organizações correlatas, de fornecedores de insumos, de instituições de ensino a clientes em busca do desenvolvimento das empresas envolvidas (DUARTE, 2004).

Para Amorim (1998) “*Cluster denomina um conjunto numeroso de empresas, em geral pequenas e médias em regime de intensa cooperação, onde cada uma das firmas executa um estágio do processo de produção. Essas empresas participam de um mesmo negócio*”.

O conceito de *cluster*, muito discutido atualmente, tem como particularidade a possibilidade dele se originar de uma grande empresa e de ter entre seus atores firmas de grande porte. Outro ponto relevante é a pouca discussão sobre cooperação entre as empresas organizadas em *cluster*. O que é incentivado, na maioria das vezes, é a competição entre as empresas em busca de conquistar uma parcela maior do mercado, buscando-se, com a competição, ampliar a produção e melhorar a qualidade, geralmente através da inovação. Enquanto que no APL/SPL a cooperação é fundamental para a sua manutenção (DUARTE, 2004).

O termo **Distrito Industrial**, surgido na Itália, na Região de Nápoles, foi utilizado para nomear as aglomerações de micro e pequenas empresas daquele país na década de 50 e que trouxeram grande prosperidade para a região. A diferença básica existente entre os arranjos produtivos e os distritos industriais está relacionada à *intensidade* da ligação entre os diversos atores que interagem entre si. Segundo Becattini e Sengenberger (1990 *apud* FISCHER, 2002), os distritos industriais se caracterizam por *fortes relações* entre as empresas e inter-relações nas diferentes esferas sociais, políticas e econômicas. Por esse motivo são, algumas vezes, chamados de sistema produtivos locais maduros. Nos arranjos produtivos as ligações entre seus agentes são incipientes ou muito fracas.

O que diferencia os distritos industriais italianos dos SPL's é a possibilidade da existência de grandes empresas dentro dos primeiros, enquanto que os SPL's são formados por MPEM's ou, até mesmo, por produtores informais, todos colaborando em busca de um objetivo maior: o de fomentar o desenvolvimento do território onde estão localizados. Outra diferença é que, nos distritos industriais, há uma relação de competição e colaboração entre as empresas envolvidas; já no SPL, o que deve existir é a cooperação e integração.

Os **Arranjos Produtivos Locais – APL's**, embora se caracterizem por aglomerações de micro e pequenas empresas, têm as relações entre seus agentes ainda em formação e a integração entre eles não está fortemente identificada. Esse é um dos motivos que os torna uma etapa de um processo em evolução, ou seja, o arranjo produtivo é um caminho para se chegar aos sistemas produtivos locais, cujas características, como já enfatizado, são as fortes ligações entre os diversos agentes, cooperação, integração, inovação e disseminação do capital social.

Quanto à diferença entre os distritos industriais e o SPL, a principal está na concentração de MPEM's em busca da acumulação de capital, mostrando-se como uma *miniatura de grandes empresas*, sendo que, no SPL, busca-se (como em alguns APL's), o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de todos os atores localizados no território, sejam eles proprietários de negócios ou não. O foco é a comunidade como um todo, a busca pelo bem-estar social, e de qualidade de vida (DUARTE, 2004).

Outro aspecto importante é a diferenciação entre APL e APL solidário e entre SPL e SPL solidário. A necessidade de dar este novo significado aos APL e SPL, no presente trabalho, surgiu porque o que se pretende é fomentar o desenvolvimento endógeno local integrado e sustentável através da cooperação entre atores locais, sendo estes pequenas empresas ou pequenos produtores (formais ou informais), e o conceito tradicional de APL e SPL, discutido nas publicações em geral, não deixa claro que o foco é o desenvolvimento (conforme aqui proposto).

Assim, os Arranjos Produtivos Locais Solidários surgem a partir da descoberta de potencialidades locais por diversos produtores, que passam a *usufruir* dessas potencialidades. Esses arranjos são identificados a partir da aglomeração de diversos produtores em um mesmo local ou território, onde território não diz respeito a um município, cidade ou estado pré-definido, não é determinado por linhas geográficas naturais. Ou seja, território não significa apenas o espaço que este arranjo ocupa e, sim, o alcance das ligações existentes entre os diversos atores que interagem entre si em busca de vantagens.

Os Arranjos Produtivos Locais Solidários (APLS's) são processos em evolução e surgem como uma etapa necessária para se chegar ao processo de desenvolvimento local, integrado e sustentável. Apesar de suas características pouco desenvolvidas - como o baixo grau de integração e de envolvimento entre os atores, baixo nível de confiança nos relacionamentos, baixo nível de escolaridade, entre outros - o APLS tem como premissa a atuação de atores locais produzindo de acordo com suas potencialidades identificadas pelo seu perfil empreendedor. Isto os torna fortes embriões de arranjos produtivos desenvolvidos (SPLS), pois já possuem uma dinâmica intrínseca. Para Franco (2000), *para tornar dinâmica uma potencialidade local é preciso identificá-la, descobrir suas vantagens em relação às demais*. Essa é a premissa da estratégia de desenvolvimento do APL não solidário. Nele o

local é apropriado por terceiros, que assumem seu controle dentro dos princípios do capitalismo.

Já o surgimento de um APL solidário está intrinsecamente relacionado a uma potencialidade produtiva preexistente. Geralmente, surge a partir de negócios informais desenvolvidos pela comunidade. Para que se sustente é necessário que haja o envolvimento e o compromisso de todos os atores locais. Sua organização e evolução tem se configurado como uma experiência de desenvolvimento endógeno concebido e implementado a partir do incentivo ao fortalecimento dessas potencialidades locais, ou seja, a partir da capacidade que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais, em uma determinada localidade ou região.

Paralelamente, Arranjos Produtivos Locais sob o enfoque capitalista são, segundo a REDESIST (s.d. apud CASSIOLATO, LASTRES e MACIEL, 2003) e em uma perspectiva de crescimento econômico, *“como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos, mesmo que incipientes”*.

Numa perspectiva de desenvolvimento endógeno, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2003) indica ser fundamental a atuação dos atores locais liderando este processo de mudança. Para o SEBRAE, o APL implica na implementação de ações que busquem *“induzir ou promover a emergência de atores sociais aptos a protagonizarem as mudanças políticas, econômicas e sociais que vão deflagrar um processo de desenvolvimento endógeno e sustentável, integrado aos eixos dinâmicos da economia”*.

Pelas características já citadas, o Sistema Produtivo Local Solidário é a formação onde efetivamente se encontram os elementos necessários para o desenvolvimento local, integrado e sustentável. A Figura 4.1, a seguir, explicita que um APLS não é o objetivo final; é, sim, um processo para se chegar ao SPLS, onde os vínculos existentes entre os atores locais são fortes e baseados em intensa cooperação.

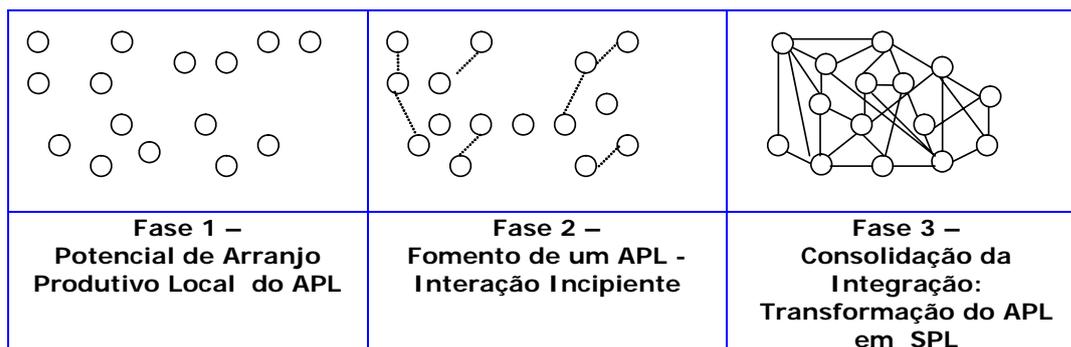


Figura 4.1 - Do Arranjo Produtivo Local Solidário ao Sistema Produtivo Local Solidário  
Fonte: Adaptado de Cerron (2003)

A escolha por se abordar o conceito de SPL Solidário e não de APL, é porque (assim como, há várias décadas, o Brasil é o país do futuro, *que nunca chega*) existe o receio, por parte da autora, de que, mesmo um APL solidário, estado primário de um SPL solidário, *nunca evolua*. Assim, o objetivo aqui não é *construir* arranjos que, como o próprio nome deixa claro, são *jeitinhos* ou soluções temporárias. Pretende-se, aqui, discorrer sobre SPL solidário como estratégia coerente, possível e viável para o desenvolvimento real e sustentável.

#### 4.4 TERRITÓRIO COMO AGENTE DE MUDANÇA

A concentração geográfica não é suficiente para explicar o sistema produtivo local, mas é um dos pontos de partida para entendê-lo. Como visto, o SPL solidário são aglomerações de produtores locais em um mesmo território que mantém uma especialização produtiva e que possuem vínculo de cooperação, interação, articulação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Para Abramovay (1999), o território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento.

Entender o funcionamento dos SPL's solidários não é simples, pois é necessário, para isso, a compreensão de conceitos como: Economia Solidária, Capital Social e Desenvolvimento Endógeno Local e Sustentável, já definidos. Estes oferecem sustentação e

são responsáveis pela própria manutenção e evolução dos sistemas produtivos locais. Segundo Cassiolato, Lastres e Maciel (2003), a proposta para se entender os sistemas produtivos locais fundamenta-se na visão evolucionista sobre inovação e mudança tecnológica e na especificidade local (território), onde:

- a) A inovação e o conhecimento colocam-se, cada vez mais visivelmente, como elementos centrais da dinâmica e do crescimento de nações, regiões, setores, organizações e instituições;
- b) Inovação e aprendizado, enquanto processos dependentes de interações, são fortemente influenciados por contextos econômicos, sociais, institucionais e políticos específicos;
- c) Existem marcantes diferenças entre os agentes e suas capacidades de aprender, as quais refletem e dependem de aprendizados anteriores; e
- d) Informações e conhecimentos codificados apresentam condições crescentes de transferência – devido à eficiente difusão das tecnologias de informação e comunicações; no entanto, conhecimentos tácitos de caráter localizado e específico continuam tendo um papel importante para o sucesso inovativo e são de difícil transferência.

Lastres, Cassiolato e Campos (2006) afirmam que, com a incorporação e consolidação dos novos entendimentos da inovação, privilegia-se a produção baseada na criatividade humana em vez das trocas comerciais e acumulação de equipamentos e de outros recursos materiais, caracterizando-se, assim, a inovação e o aprendizado como processos interativos com múltiplas origens. Fortalece-se a idéia de que a capacidade inovativa de um país ou região deve ser vista como resultado das relações entre os atores econômicos, políticos e sociais, refletindo as suas próprias condições culturais e institucionais.

A inovação desempenha papel crucial nas políticas de desenvolvimento, pois a adoção de políticas que não incorporem o caráter sistêmico da inovação poderá ter como efeito soluções paliativas em momento de crise econômica, com aumentos transitórios de emprego e renda. Mas sem o estabelecimento de ambientes propícios à geração, à

incorporação e à disseminação de conhecimentos, tais estratégias não irão garantir a sobrevivência, a manutenção ou o crescimento consistente dos agentes produtivos nem, muito menos, o desenvolvimento socioeconômico dos ambientes no qual estão inseridos. (LEMOS, ALBAGLI e SZAPIRO, 2006).

Mas se faz necessário deixar bem claro as diferenças entre APL e SPL, e APL e SPL com base na economia solidária. A diferença entre ambos é o modo de produção fundamentados em princípios inteiramente diferentes. Nos APL's e SPL's o modo de produção é o capitalista; já nos APL's e SPL's solidários o modo de produção é cooperativo. O primeiro serve ao crescimento econômico; já o segundo ao desenvolvimento concebido de forma ampla, como aqui discutido.

Para compreender a dinâmica de um SPL é necessário conhecer em profundidade suas especificidades, seu peso e papel dentro da cadeia produtiva, em que setores se inserem, com quais atores está envolvido, que tipo de ligações há entre esses atores, assim como as economias regionais e internacionais nas quais estão inseridos. *“Em vez de se ignorar as especificidades dos diferentes contextos e atores locais (...) exigem que sejam captadas e analisadas”* (LASTRES, CASSIOLATO e CAMPOS, 2006). Neste contexto, cadeia produtiva é a seqüência de processos (ou atividades) desenvolvidos para a concepção do produto ou serviço final.

A Figura 4.2 é elucidativa. Nela trata-se que em determinado território, no geral, articulam-se empresas com outras instituições, em busca de conhecimentos (em particular, o tácito), que são as bases do processo de aprendizado para capacitação produtiva, organizacional e inovativa, destacando a importância da proximidade geográfica e da identidade histórica, institucional, social e cultural (LASTRES, CASSIOLATO e CAMPOS, 2006). Porém, não fica claro, neste esquema, o processo do desenvolvimento social, político e cultural. Os Sistemas Produtivos Locais, geralmente, incluem:

(...) empresas – produtoras de bens e serviços finais; fornecedoras de bens (matérias-primas, equipamentos e outros insumos) e de serviços; distribuidoras e comercializadoras; consumidoras etc, - e demais organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento, além de cooperativas, associações e representação (LASTRES, CASSIOLATO e CAMPOS, 2006).

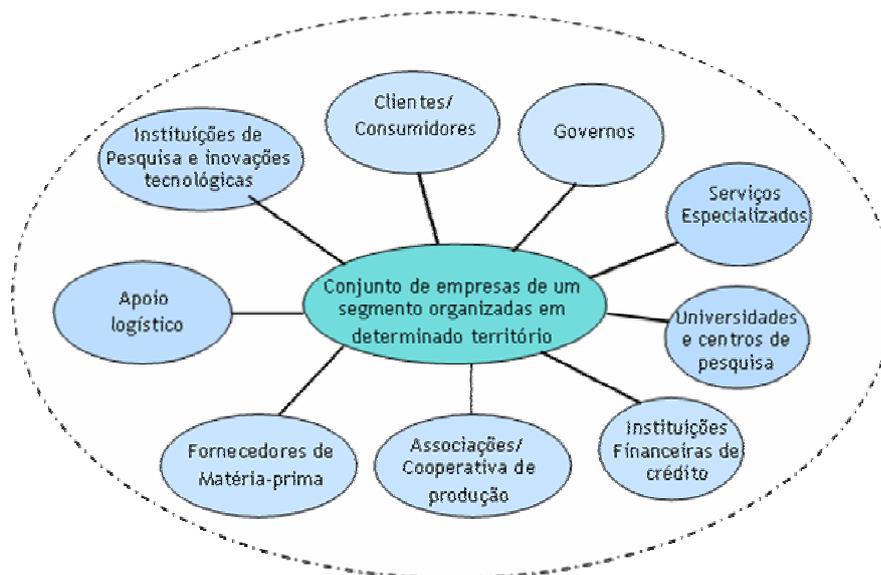


Figura 4.2 - Atores do Arranjo Produtivo e Delimitação de Território  
Fonte: DUARTE (2004)

Pelo exposto, percebe-se claramente APL's e SPL's focados no crescimento econômico e APL's e SPL's solidários focados no desenvolvimento. Na seção seguinte focaliza-se a relação entre SPL solidário e cooperação.

#### 4.5 A CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS SOLIDÁRIOS E A COOPERAÇÃO

Na economia solidária os Sistemas Produtivos Locais surgiriam da *vontade* de um grupo de micro e pequenos empresários ou pequenos produtores informais, originários de um determinado território, de vencer as adversidades impostas e que são impedimentos para a sua manutenção e crescimento. As pessoas integrantes dessas organizações seriam membros da própria localidade tendo como um de seus intuitos vê-la desenvolvida.

Esboça-se, assim, uma estratégia que consiste, inicialmente, em superar os obstáculos à produção através da cooperação, em busca de vantagens coletivas. Estas são inúmeras, tais como: i) compra em conjunto de matéria-prima; ii) venda para grandes compradores que, individualmente, não teriam como atender; iii) a disseminação do conhecimento de produção e de gestão entre os integrantes dos diversos SPLS's; iv) a inovação conjunta por meio de participação de eventos de grande porte (como feiras e congressos internacionais) e a compra de equipamentos de alto custo; v) a busca em conjunto de financiamentos; vi) a disseminação de conhecimentos tácitos, entre outros.

Embora os itens destacados sejam os mais comentados pelos diversos autores que tratam este assunto, faz-se necessário esclarecer que o SPL solidário com foco no desenvolvimento vai além desta visão empresarial. Vai além do capital econômico gerado, quando fomenta o desenvolvimento da localidade onde está inserido, visto que os integrantes, sendo locais e tendo objetivos de cooperação, não aceitarão a ausência de escolas, hospitais, habitação digna, água, energia, segurança, lazer, e tudo o mais necessário para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Conforme já exposto anteriormente, o conceito de SPL, bem como de APL solidário, aqui exposto, está em construção, no sentido de terem embutidos as características de desenvolvimento pela comunidade e na comunidade onde é aplicado. No caso do Brasil, aqui exposto, ele passa a ser uma estratégia de desenvolvimento, especialmente quando deixa intrínseco nele o contexto de desenvolvimento local integrado e sustentável e utiliza os princípios de solidariedade e cooperação.

Os atores do SPLS reconhecem a importância da mobilização dos recursos endógenos (financeiros, ambientais, culturais, políticos e humanos) e da efetiva utilização dos mesmos. Com isso, as necessidades de investimentos são menores, as barreiras de comunicação e a infra-estrutura são menos problemáticas e há uma evolução da capacidade empreendedora e dos recursos humanos.

A sustentabilidade e a solidez de um SPLS depende, entre outros fatores, dos níveis de entrosamento, coesão e de cooperação que se desenvolvem entre seus componentes. As relações de cooperação devem ser continuamente cultivadas por todos e estimuladas, principalmente, pelas instituições que dão apoio aos SPLS's, tais como associações de produtores, órgãos públicos de assistência gerencial, prefeituras e órgãos de desenvolvimento. Sendo assim, o capital social torna-se fundamental.

Nota-se que esta não é a perspectiva apresentada a seguir, na qual se observa que os Sistemas Produtivos Locais não são necessariamente do local, mas no local, e isto faz toda a diferença no que diz respeito ao desenvolvimento.

O enraizamento dos conhecimentos acumulados no meio pelos atores envolvidos (...) condiciona a inovação, enquanto as normas de regulação e formas de governança consolidam essa integração, dando origem a sistemas locais de produção (LASTRES, CASSIOLATO e CAMPOS, 2006).

O capital social, definido como um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles, tem como princípio básico a confiança e rege as relações entre os diversos atores envolvidos no SPLS. O baixo estado de confiança no SPLS pode inviabilizar a formação de ligações duráveis e a construção de um desenvolvimento sustentável.

O fortalecimento do capital social está condicionado à criação de uma rede de cooperação entre atores e instituições. Na medida em que as ações tornam-se mais coletivizadas, verifica-se a necessidade da constituição de uma força de coordenação das diversas ações, de modo a garantir a formação de sinergias que possam permitir o alcance dos objetivos desejados. *“A intensificação das relações e o estabelecimento de uma coordenação promovem a boa governança, fundamental para o SPL. Por sua vez, o surgimento da boa governança depende de um aprendizado que pode ser derivado da repetição das ações coletivas”*(AMORIM, MOREIRA e IPIRANGA, 2004). Assim, o fortalecimento do capital social e a formação da boa vizinhança surgem como ingredientes essenciais para a consolidação do SPLS. Conclui-se, então, que se deve explorar formas de intervenção que possibilitem a construção e consolidação desses ingredientes.

#### **4.5.1 Construção do Capital Social e da Boa Governança**

Embora os autores citados a seguir considerem os APL's e SPL's como instrumentos do desenvolvimento, eles, inclusive Amaral, os consideram sob a ótica do crescimento econômico. Nela o território e sua PEA é o recurso pano de fundo sob o qual serão tecidos desenhos próprios, exógenos, externos à eles.

Entretanto, a perspectiva deste trabalho é a do desenvolvimento, como enfocado no Capítulo Dois. Assim suas considerações, como apresentadas a seguir, deverão ser vistas nesta perspectiva, e não segundo o foco original dos autores.

Segundo Amorim et al (2004), existem três vertentes fundamentais que contribuem para os avanços da sustentabilidade de um APL: i) o desenvolvimento da capacidade produtiva; ii) a formação e fortalecimento do capital social e da boa governança; e iii) a formação de competências e aprendizado dos seus agentes.

O **desenvolvimento da capacidade produtiva** está relacionado às melhorias na qualidade dos produtos e processos, bem como na inovação e diferenciação dos produtos. Esses passos mostram-se estratégicos para que os produtos/serviços oferecidos pelos APLS/SPLS's sejam aceitos no mercado, a nível local, regional, nacional e internacional.

Já foi comentado sobre a importância do **capital social** para a evolução e manutenção do SPLS, visto que o conglomerado de agentes dispostos no território precisam de sinergia. O fortalecimento está condicionado à criação da rede de cooperação entre atores e instituições.

A **formação de competências** também é fundamental, pois é preciso que os atores locais estejam preparados para assumir a gestão de seus negócios com qualidade, além de poder participar efetivamente das discussões e decisões políticas, aprendendo a lidar com níveis de complexidade cada vez maiores. Tal competência implica, também, “*em saber mobilizar, integrar e transferir conhecimentos, recursos e habilidades*” (AMORIM, MOREIRA e IPIRANGA, 2004).

#### **4.5.2 Abordagem Cooperativa dos SPL's Solidários**

Já está claro que, para que um APL solidário evolua para SPL - que é uma estrutura mais sistêmica, é requerida a formação da governança local, autodeterminada, *entendida como um mecanismo de controle e coordenação do desenvolvimento do território*. A construção da governança pode ser facilitada pela criação de entidades organizacionais locais que contribuam para o fortalecimento da cooperação.

Somente neste sentido pode-se direcioná-las:

para exploração das potencialidades do capital social através da valorização e criação de sinergias entre as competências locais, a organização das complementaridades entre recursos e projetos, as trocas de saberes e de experiências, a formação de redes de ajuda mútua, a auto-organização das comunidades locais, a maior participação dos atores e da população em geral nas decisões políticas, a abertura para novas formas de especialidades e parcerias como meios para viabilizar o desenvolvimento local do território. (AMORIM, MOREIRA e IPIRANGA, 2004)

A idéia defendida pelas autoras citadas pode ser utilizada de modo a viabilizar o diálogo e a discussão entre os atores da comunidade. A estratégia proposta sugere, ainda, a criação de três tipos de entidades que, juntas, contribuirão para o fortalecimento do capital social e da governança. Elas funcionam como instrumentos de mobilização social e se baseiam em uma abordagem cooperativa.

Inicialmente, identifica-se um grupo maior de atores selecionados (“**Fórum para Mudança**”) que, a partir de seu funcionamento, deve ser desdobrado em diversos grupos de trabalho (“**Laboratórios para Inovação**”) com foco em tarefas específicas, estabelecidas como prioritárias para a resolução dos problemas do SPLS’s, devendo estes possuírem mecanismos explícitos de ligação com instituições de referência (“**Ponto de Escuta**”) portadoras do conhecimento necessário sobre os temas de preocupação específicas.

O Fórum para Mudança trata-se de um espaço organizacional através do qual os atores institucionais públicos e privados serão convidados a participar de um programa de mudanças. Refere-se a um lugar de encontro e de difusão de idéias com o fim de assegurar uma relação entre as propostas de inovação e aqueles que serão chamados à gestão e atuação das práticas específicas a cada contexto. Exemplos: lideranças do APLS/SPLS, representantes da prefeitura, do SEBRAE, do BNB, do Governo Estadual, do CDL local, das Universidades, dos CENTEC’s, transportadoras, representantes de compradores, entre outros.

Os Laboratórios de Inovação são grupos de trabalho operativos ativados para colocar em prática propostas de melhorias discutidas e decididas nos fóruns. Esses laboratórios são formados por representantes selecionados e que deverão oferecer soluções para assuntos específicos aos participantes do fórum. Cada grupo terá um tempo de ação definido, cada laboratório terá também modalidades e natureza diferentes, dependendo dos objetivos. Exemplos: Observatório nacional e internacional sobre as tendências de moda; criação e prospecção de novos mercados e canais de distribuição; desenvolvimento de práticas cooperativas inter-empresas e inter-arranjos; relações com o crédito bancário e

desenvolvimento de novas formas de financiamento customizados; gestão de problemas comuns do ambiente; ações de marketing social e cultural relacionadas com o desenvolvimento da imagem do território; entre outros.

Já o objeto do Ponto de Escuta é criar uma rede de interlocutores da comunidade, envolvendo pessoas e as organizações na avaliação e operacionalização dos projetos que experimentarão práticas e procedimentos inovadores. A partir dos Pontos de Escuta, os laboratórios verificam como se encontram os temas por ele tratados. Exemplos: Universidades, CENTEC, EMBRAPA, FIEC, SEBRAE, Centro de Estudos e Pesquisas, Bancos, entre outros.

O objetivo primordial destas entidades é fortalecer as inter-relações, a interdependência produtiva, a colaboração e a circulação eficiente da informação, possibilitando a aprendizagem coletiva. O gerenciamento deste processo é realizado através da utilização de instrumentos, com a formulação de indicadores e mapeamentos empíricos, de avaliação e verificação de impactos e implicações no território. Todo o esforço gira em torno de facilitar a mudança e a inovação, essenciais para a evolução de APLS para SPLS.

#### **4.6 DESENVOLVIMENTO E SPL SOLIDÁRIO**

Através das interações entre os diversos órgãos públicos e privados, surgem outros aspectos da estratégia de desenvolvimento que fazem parte da estratégia de manutenção dos SPLS's. Dentre elas, pode-se destacar: o desenvolvimento da sociedade em geral, como o aumento do nível da educação, melhoria da saúde, do saneamento, da consciência ecológica, do cuidado com os bens públicos, ou seja, da visão integrada da sociedade, onde todos os agentes têm consciência da sua importância nessa sociedade e vice-versa.

O SPL solidário como estratégia de desenvolvimento local deve ser pensado enquanto um pacto territorial, no qual está presente a idéia de desenvolvimento e a alta mobilização de recursos locais, significando:

- a) Uma estratégia integrada das instituições locais no enfrentamento da fragmentação territorial e exclusão econômica, social e cultural;

- b) O fortalecimento de lideranças locais, tanto comunitárias e sindicais como empresariais;
- c) A criação de uma identidade e um sentimento de solidariedade social e territorial que rompam com o individualismo exacerbado;
- d) O fortalecimento de um controle social e de uma cultura de responsabilidade pública;
- e) A mobilização de diferentes culturas criando redes e uma interconectividade que opera numa dimensão coletiva e quebra o isolamento; e
- f) A mobilização de saberes locais criando uma cultura de projetos que acabe com a dependência de agentes externos.

É importante ressaltar que a adoção generalizada do SPL não solidário, por parte de iniciativas privadas e de políticas públicas, corresponde ao mesmo modo de fazer política econômica e não à uma mudança de abordagem. É apenas a manutenção de antigas visões sob nova embalagem para acompanhar uma moda ou mesmo garantir recursos públicos e espaços políticos.

Conforme apontam Lastres e Cassiolato (2005), em épocas de rupturas e transformações tão radicais e abrangentes, como as que marcaram a passagem do milênio, é necessário distinguir, dentre as características e tendências emergentes, as duradouras das que são efêmeras. Significa dizer que a adoção do uso do termo SPL não deve representar apenas uma mudança enfadonha de terminologia, mas sim a incorporação de um novo conceito e de uma nova abordagem, de forma a se alcançar, de fato, os benefícios dessa incorporação. E isto nem a estratégia de APL nem de SPL incorporam, são aquém da estratégia de APL e SPL solidários aqui propostos.

Além disso, nenhuma ênfase foi notada no desenvolvimento de instrumentos ou metodologias de monitoramento e avaliação das políticas de promoção de SPL's, muito menos em metodologias para definição, seleção e apoio a estes, assim como instrumentos de

monitoração e avaliação de seu desenvolvimento. A perspectiva de Lemos et al (2006), considera ser o crescimento o principal instrumento de desenvolvimento e aponta para a construção urgente e concomitante de novos indicadores que reflitam, inclusive, os aspectos intangíveis dos processos de aprendizagem e inovação, além de indicadores relacionados ao desenvolvimento. Esse conjunto torna-se cada vez mais fundamental para se consolidar o planejamento com políticas de longo prazo.

No quadro da pesquisa aqui relatada, para que se consolidem perspectivas de desenvolvimento é imprescindível a atuação das lideranças locais agregando atores e iniciativas.

Neste contexto, o sucesso dos SPL's solidários como estratégia de desenvolvimento será tanto maior quanto maior for o foco no conjunto de agentes locais, embora as dificuldades se tornem muito maiores ao se elaborar e implementar políticas voltadas para um conjunto de atores. Esta tarefa demanda esforços adicionais e inéditos de operacionalização, assim como requer vontade, determinação, compromisso com o desenvolvimento, além de uma visão sistêmica para construir novos paradigmas.

Segundo Lastres et al (2006), destacam-se os seguintes desafios para a elaboração das políticas para os Sistemas Produtivos Locais que, no âmbito desta pesquisa, voltam-se para o desenvolvimento e não apenas para o crescimento econômico.

- a) Transformar estruturas produtivas desarticuladas e fragmentadas em sistemas produtivos dinâmicos e inovadores. *No nosso caso seria:* como promover e apoiar atores locais de forma que estes se transformem em grupos que interagem e colaboram na produção, inovação, design, comercialização, etc;
- b) A necessidade de: i) identificar e conceber políticas com olhar e ação sistêmicos, que levem em consideração as particularidades dos atores e de seus ambientes; ii) envolver o conjunto desses atores e ambientes em seu desenho e implementação; iii) garantir a coerência e a coordenação das políticas em nível local, nacional e supranacional; e

- c) Superar a superficialidade, a miopia e o imediatismo dos objetivos das políticas; reverter a destruição das capacidades locais, produtivas e inovativas; e garantir que as políticas implícitas não sejam anuladas pelas políticas explícitas. Reforçando a capacidade de conceber e implementar políticas que sejam economicamente dinâmicas, socialmente inclusivas e politicamente viáveis, quando a necessidade de conceber e implementar uma política proativa e de longo prazo de desenvolvimento, nas quais as demais possam se articular e sustentar.

Na perspectiva apresentada nesta pesquisa todo o acima exposto se aplica, desde que sejam realizadas as devidas adaptações para ampliar o foco, mudando-o de mero crescimento econômico para o de desenvolvimento local endógeno integrado e sustentável. Assim, destaca-se que:

- i) O desenvolvimento aqui deve ser visto como processo único e específico de cada local, a partir da identificação do seu sistema produtivo;
- ii) O papel do Estado é fundamental no desenvolvimento, pela adoção de políticas e ações públicas que fortaleçam essas iniciativas; e
- iii) A grande vantagem e o maior desafio está em lidar com os diversos agentes locais de forma coletiva, dentro de uma perspectiva sistêmica.

Não se trata de dar mais nomes a idéias antigas. O sistema produtivo local solidário é uma estratégia de desenvolvimento local pela qual a comunidade assume um novo papel: o de comunidade demandante, da qual emerge como agente, protagonista e empreendedora, com autonomia e independência. Assim sendo, o desenvolvimento local integrado e sustentável é um processo de articulação, coordenação e inserção das MPEM e dos pequenos produtores, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, com uma nova dinâmica de integração sócio-econômico-político-ambiental-cultural, de reconstrução do tecido social, de geração de oportunidades de trabalho e renda, tendo por finalidade uma melhor qualidade de vida dos atores locais.

Nos sistemas produtivos locais solidários juntam-se, entre outros, três aspectos fundamentais:

- i. **Sistema** – visão integrada e de interdependência entre todos os ambientes (social, econômico, político, ambiental, cultural e institucional) e atores (pequenos empreendimentos – formais e informais, instituições educacionais e de capacitação técnica, órgãos públicos, instituições de apoio, etc.) envolvidos;
- ii. **Desenvolvimento** – como o próprio sentido epistemológico da palavra indica, significa o que está envolvido, o que está pretendendo; libertar; e
- iii. **Integrado** – porque integra as ações em diversas dimensões do desenvolvimento: econômica, sociocultural, político-institucional, ambiental e conhecimento.

Na dimensão econômica são tratados assuntos como transporte, energia, comunicações, recursos hídricos e externalidades para a produção competitiva dos setores agrícola, industrial e de serviços.

Na dimensão sociocultural são considerados assuntos como saúde, saneamento, habitação, emprego, cultura, memória, valores e patrimônio histórico.

A dimensão ambiental diz respeito à preservação e às medidas minimizadoras dos impactos sobre o meio ambiente, causados pelos indivíduos e pelos processos produtivos referentes à produção de qualquer bem ou serviço.

Na dimensão político-institucional estão presentes os fatores relativos à participação ativa de todos os atores locais, em todas as decisões relativas a comunidade; voz e participação dos atores, articulação institucional interna e externa, articulação política entre os vários níveis do governo e governança.

A dimensão do conhecimento concerne aos temas relativos à educação, capacitação técnica e gerencial, pesquisa e inovação, além do acesso aos meios de informação.

Assim, o Sistema Produtivo Local Solidário, aqui proposto, tem como objetivo promover e potencializar o desenvolvimento local a partir da cooperação entre os diversos atores que se responsabilizarão pela harmonia, coordenação e gerenciamento das ações e pelos projetos no e do território definido.

Para concluir, faz-se necessário uma breve explanação sobre como se precisa utilizar dos conceitos de logística integrada e *suplly chain* para a gestão integrada dos SPLS's.

#### **4.7 SPL's SOLIDÁRIOS, LOGÍSTICA INTEGRADA E SUPPLY CHAIN**

São escassos os trabalhos de logística dedicados à integração das atividades entre pequenas empresas e/ou produtores informais, principalmente voltados para discussões sobre SPL e desenvolvimento, como propostos.

As atividades nos SPLS's são desenvolvidas em meio a um macroambiente que os circunda, o qual condiciona e influencia, de forma considerável, seu funcionamento. O maior ou menor êxito das estratégias, a serem propostas no Capítulo Seis do presente trabalho, dependerá do relacionamento com esse macroambiente e em procurar um equilíbrio dinâmico e permanente.

Segundo Ching (2007), pode-se entender logística como “*o gerenciamento do fluxo físico de materiais que começa com a fonte de fornecimento no ponto de consumo*”. Indo além deste conceito, na atualidade, entende-se logística como fluxo de recursos materiais, financeiros e de informação. Não é apenas uma simples preocupação com produtos acabados; na realidade, esta preocupação está relacionada com a fabricação dos produtos, com os locais onde serão estocados, o fluxo de informações, bem como o transporte e a armazenagem, não só da produção individual, mas da gestão de toda a produção do SPL.

Assim, o gerenciamento logístico engloba os conceitos de fluxo de compras de insumos, operações da produção, controle de materiais e processos, compreendendo também o gerenciamento de transporte e distribuição de produtos voltados à venda, além dos fluxos de informação e financeiros, oriundos do mercado. Só com a inserção destes conceitos os pequenos produtores rurais poderão se ver livres da exploração dos intermediários, que se

aproveitam da sua falta de estrutura para comprar os produtos produzidos por preços baixos e injustos, deixando estes pequenos produtores à margem da economia.

Enquanto a logística integrada trata das operações individuais de cada produtor, o *supply chain* permite o sincronismo das estratégias entre os diversos produtores e seus fornecedores e distribuidores. Ele é entendido aqui como um dos responsáveis pela integração entre os diversos atores produtivos dispostos no SPLS.

Para concluir, é importante destacar quais são as atividades logísticas. Estas podem ser divididas em primárias e secundárias. Segundo Ching (2007), as atividades primárias são: a definição do transporte, da gestão do estoque e do processamento dos pedidos. As secundárias exercem função de apoio às atividades primárias; são elas: armazenagem, manuseio de materiais, embalagem, programação de produtos e manutenção de informação.

Destaca-se que o *supply chain* é uma forma integrada de planejar e controlar o fluxo dos produtos, informações e recursos, desde os fornecedores até o cliente final, procurando administrar as relações na cadeia logística de forma cooperativa e para o benefício de todos os envolvidos (CHING, 2007).

Não é objetivo do presente trabalho se aprofundar neste tópico, visto que ele, por si só, merece uma discussão completa e abrangente.

## **PARTE II**

---

### **ESTUDO DE CASO**

## **CAPÍTULO CINCO**

### **CARACTERÍSTICAS E POTENCIALIDADES DO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ/CE**

No que se segue, apresenta-se a segunda parte da pesquisa que, consiste na aplicação a um caso específico dos conceitos até o momento estudados. Para tanto, esta segunda parte foi dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo, detalha-se a metodologia proposta para realização do estudo de caso, caracteriza-se o Município de Quixadá em termos socioeconômicos. No segundo capítulo, indica-se como aplicar a estratégia de desenvolvimento endógeno com base em um Sistema Produtivo Local Solidário, na região em estudo.

#### **5.1 DETALHAMENTO DA METODOLOGIA UTILIZADA**

A metodologia de análise utilizada conta com três etapas. Na primeira é realizado o mapeamento de todos os atores relacionados aos SPLS's, a segunda etapa consiste no diagnóstico de suas necessidades, na terceira e última fase estão indicadas às proposições para ações e políticas.

##### **5.1.1 Primeira Etapa – Descrição dos Atores Internos e Externos**

A descrição de todos os atores bem como o entendimento de seus vínculos cooperativos é necessário para averiguar posteriormente como proceder de forma a fortalecer estes vínculos existente e criar os vínculos inexistentes mas necessários para a viabilização de um SPLS como estratégia de desenvolvimento.

Vale destacar que, para que o desenvolvimento local, integrado e sustentável ocorra é necessário à articulação dos atores conforme Figura 5.1.



Figura 5.1- Elementos fundamentais para a viabilização dos SPL's como estratégia de DLIS  
 Fonte: Elaboração da autora

### 5.1.2 Segunda Etapa – Diagnóstico das Necessidades dos Atores do SPLS

Esta etapa consiste em averiguar quais são as efetivas necessidades, internas, dos produtores, e externas, da comunidade do território, que levem efetivamente a melhoria da qualidade de vida e do bem estar social dos atores locais. Incluindo o diagnóstico das forças e fraquezas, bem como das oportunidades e ameaças do Sistema Produtivo Local.

### 5.1.3 Terceira Etapa - Proposições de Ações e Políticas para o SPLS

Nesta etapa pretende-se, a partir das informações levantadas nas duas etapas anteriores, propor ações e políticas para solucionar os problemas e gargalos encontrados. Precisando para isso ter um processo de reflexão participativa com os atores locais, conforme esquema na Figura 5.2 a seguir.



Figura 5.2 – Processo Reflexivo  
 Fonte: Elaboração da autora

Após esse processo de discussão e reflexão é que se deve partir para a proposição de ações e políticas efetivas, conforme proposto na Figura 5.3 abaixo.

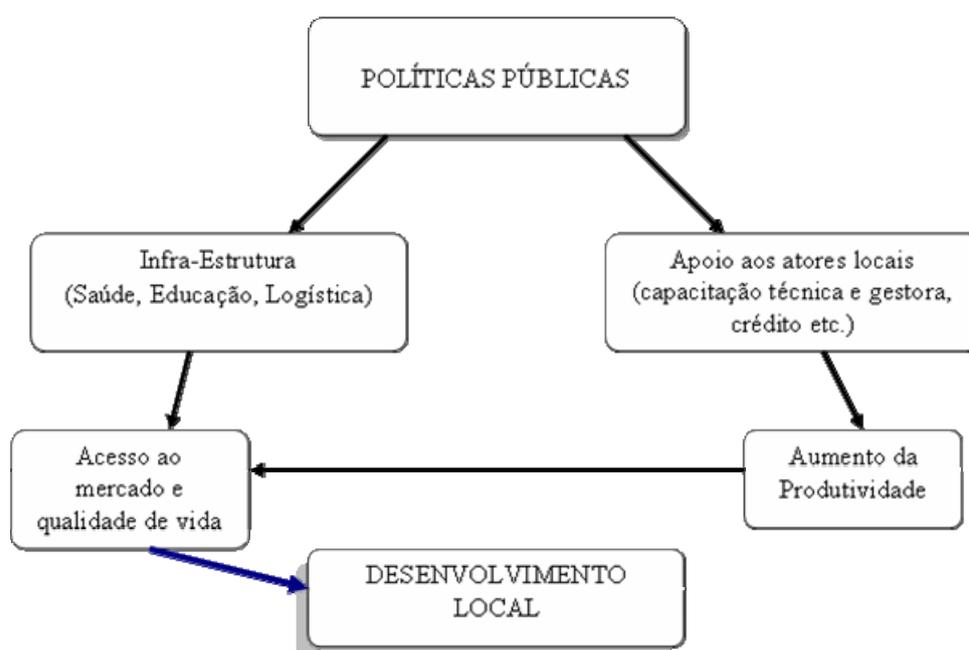


Figura 5.3 - Proposições de Políticas Públicas para o SPLS  
 Fonte: Elaboração da autora

## 5.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO FOCO DO ESTUDO

Na região do Sertão Central do Ceará encontra-se o Município de Quixadá, foco do estudo.

Embora o Estado do Ceará tenha um grande contingente de municípios pobres, e muitos indigentes, a região escolhida, além desta característica, não apresentava estudos consistentes e abrangentes sobre como combater a exclusão nesta região. Ora, se é uma região com tantos problemas porque tão pouca ação ou pesquisa foi realizada até hoje? Não é objetivo responder a esta questão, mas sim propor uma estratégia que possibilite aos produtores rurais desta região tornarem-se sujeitos da sua história através da sua inserção na atividade econômica em qualquer nível espacial.

Mas, quais são as principais características desta região do Sertão Central do Ceará? Existe algum estudo ou plano voltado para ela? Estas questões serão a seguir examinadas.

Em termos de estudos realizados, o mais abrangente encontrado foi o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) proposto pelo programa do governo Territórios da Cidadania. Este programa delimitou, desde 2003, uma série de ações a serem efetivadas no Município de Quixadá, cuja síntese segue no Quadro 5.1, a seguir.

Mas que, conforme comprovado na visita de campo, pelo menos no Município de Quixadá, não chegou a se efetivar. Além disso, a falta de visão do que seja realmente desenvolvimento fica clara, visto que neste dado plano, para a dimensão social não foram definidas nenhuma ação, conforme mostra Quadro 5.1.

<b>DETALHAMENTO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS</b>		
<b>DIMENSÃO</b>	<b>EIXO ESTRATÉGICO</b>	<b>DETALHAMENTO</b>
Ambiental	Meio ambiente e convivência com o semi-árido	Ações para recuperação dos recursos naturais e de boa convivência com o semi-árido.
Política	Articulação Institucional e Comunitária	Ações para qualificação do sistema de comercialização, gestão de organizações e desenvolvimento de pesquisas tecnológicas inovadoras para o fortalecimento da agricultura.
Produtiva e Econômica	Artesanato e turismo ecológico, religioso e histórico.	Ações para fortalecer o turismo ecológico, religioso e histórico do território.
	Cadeias e redes produtivas da agricultura familiar campesina.	Ações para: o desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção de grãos, hortaliças, fruticultura, pecuária de pequeno, médio e grande porte; a estruturação de unidades de transformação e beneficiamento de grãos, frutas e produtos de pecuária bovina, da apicultura, ovinocaprinocultura, piscicultura e avicultura.
Social	Educação do campo	Não apresenta.
	Gênero e geração	Não apresenta.
	Infra-estrutura hídrica e viária	Define ações para ampliação do acesso à água de boa qualidade no território.

Quadro 5.1- Plano de Desenvolvimento Territorial do Sertão Central

Fonte: Caderno do Território Sertão Central (2003)

### 5.2.1 Caracterização da Região do Sertão Central do Estado do Ceará

O Sertão central do Ceará possui uma população de 354.464 habitantes. Desta população 51,1% é rural e se distribuí em 12 municípios, mostrados na Tabela 5.1 a seguir. Destes, 10 são considerados municípios rurais, contando com uma área de 15.768,40 km<sup>2</sup>.

Sua demanda social é composta por 23.045 agricultores familiares, 2.033 famílias já assentadas, sendo 1.994 assentados pelo INCRA - Governo Federal e 39 assentados pelo IDACE - Governo Estadual, e 304 pescadores. Existem ainda 39 projetos de assentamentos, sendo 35 do INCRA - Governo Federal e 4 do IDACE - Governo Estadual.

Sua população está distribuída conforme Tabela 5.1 abaixo.

Os dados referentes aos índices de pobreza, indigência e IDH, constam nos apêndices A e B.

TABELA 5.1 – População por Município da Região do Sertão Central do Ceará

SERTÃO CENTRAL/CE MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE NÚMERO	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DA REGIÃO
Banabuiú	17.446	5%
Choró	12.780	4%
Deputado Irapuan Pinheiro	9.041	3%
Ibaretama	12.729	4%
Milhã	14.082	4%
Mombaça	44.242	12%
Pedra Branca	42.614	12%
Piquet Carneiro	14.746	4%
<b>Quixadá</b>	<b>76.114</b>	<b>21%</b>
Quixeramobim	68.731	19%
Senador Pompeu	25.472	7%
Solonópole	16.467	5%
<b>Total</b>	<b>354.464</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE (2007)

Dentre estes municípios o de Quixadá foi escolhido como foco deste estudo, devido aos seguintes fatores:

- i) Ter a maior população;
- ii) Ser o município com maiores vínculos com outros municípios da região do Sertão Central. Ele é, inclusive, *exportador* de conhecimento técnico relacionado ao melhoramento genético de suas criações bovinas, ovinas e caprinas. Além do que, recebem pequenos produtores de vários outros municípios, inclusive de outros estados, através de feiras semanais de *hortifruti* e de animais;
- iii) Ter uma grande dispersão territorial; e
- iv) Apresentar, dentre os outros municípios desta região, os melhores índices relacionados à indigência, pobreza e IDH.

Conforme exposto na Tabela 5.2, a seguir.

TABELA 5.2 – Indicadores de Caracterização dos Municípios do Sertão Central do Ceará

Municípios do Sertão Central do Ceará	População 2007	IMA 2005	Intensidade da indigência 2000	IDHM 2000	IDHM-Renda 2000	IDHM-Longevidade 2000	IDHM-Educação, 2000	% de indigentes 2000	% de pobres 2000	Intensidade da pobreza 2000
Quixadá	76.105	0,705	54,5	0,67	0,54	0,74	0,73	38,8	63,5	56,5
Quixeramobim	68.966	0,728	58,7	0,64	0,52	0,7	0,70	43,2	67,6	59,5
Mombaça	44.364	0,611	70,8	0,60	0,49	0,68	0,64	55,9	77,7	67,6
Pedra Branca	40.762	0,616	60,9	0,60	0,51	0,67	0,63	45,6	71,3	60,6
Senador Pompeu	25.290	0,695	52,3	0,62	0,55	0,62	0,68	37,3	62,3	54,9
Banabuiú	17.448	0,709	56,4	0,63	0,51	0,7	0,67	48,4	70,8	60,8
Solonópole	17.340	0,716	46,3	0,64	0,51	0,68	0,73	38,2	66,8	52,1
Piquet Carneiro	14.736	0,736	73,2	0,62	0,49	0,68	0,69	50,2	73,3	66,9
Milhã	14.111	0,706	50,9	0,63	0,51	0,67	0,71	39,6	68,4	53,5
Choró	12.790	0,683	62,8	0,57	0,44	0,59	0,67	61,4	82	67,4
Ibaretama	12.735	0,658	53,0	0,59	0,46	0,66	0,67	49,7	75,9	59,1
Deputado Irapuan Pinheiro	9.108	0,717	56,5	0,6	0,51	0,62	0,67	44,3	69	59,9

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IBGE (2007), IPECE (2005) e Atlas de Desenvolvimento Humano (2000)

Por todas as características acima mencionadas objetivou-se verificar como esta população sobrevive, visto que sua população é formada eminentemente de pequenos produtores rurais dispostos nos distritos conforme Tabela 5.3.

TABELA 5.3 – População Total de Quixadá e por Distrito

NOME DISTRITO	POPULAÇÃO					
	TOTAL		URBANA		RURAL	
	População	% total	População	% urbana	População	% rural
Quixadá (sede)	49.721	65%	45.923	92%	3.798	8%
S. Fco da Califórnia	1.564	2%	748	48%	816	52%
Cipó dos Anjos	5.384	7%	316	6%	5.068	94%
Custódio	2.986	4%	415	14%	2.571	86%
Daniel de Queiroz	1.041	1%	54	5%	987	95%
Dom Maurício	1.586	2%	714	45%	872	55%
Juá	1.334	2%	643	48%	691	52%
Juatama	2.884	4%	1.529	53%	1.355	47%
Riacho Verde	1.282	2%	189	15%	1.093	85%
São Bernardo	915	1%	469	51%	446	49%
S. J. dos Queiroz	2.345	3%	829	35%	1.516	65%
Tapuiará	2.121	3%	379	18%	1.742	82%
Várzea da Onça	2.921	4%	777	27%	2.144	73%
<b>POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>76.084</b>	<b>100%</b>	<b>52.985</b>	<b>70%</b>	<b>23.099</b>	<b>30%</b>

Fonte: IBGE (2008)

O Município de Quixadá está localizado a 148,8 km da capital do Estado (Fortaleza), foi criado através da lei provincial 1.347 datada de 1870. Ocupa uma área de 2.019,82 km<sup>2</sup>, equivalente a 1,36% da área do Ceará.

Seu clima é tropical quente semi-árido, com temperaturas que variam de 26° a 28°, no período chuvoso, apresentando como temperatura média anual 27°. Uma de suas características mais marcantes é as formações rochosas, denominadas monólitos, sendo a mais conhecida delas a Pedra da Galinha Choca, mostrada na Figura 5.1. Essas poderiam servir de incentivo ao turismo, com foco em passeios turísticos e/ou turismo de aventura, como vôo livre, ecoturismo, e outros - grandes potencialidades identificadas para o município.

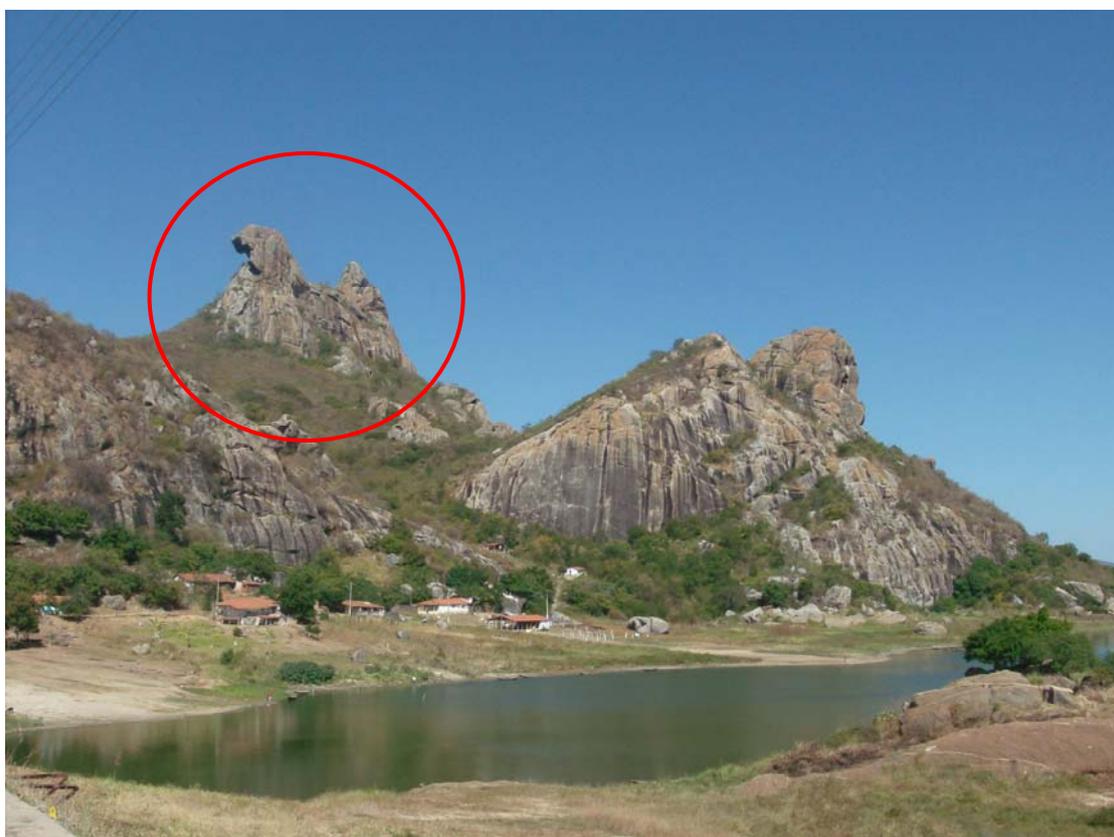


Figura 5.4 – Formação rochosa do Município de Quixadá/CE – Pedra da Galinha Choca  
Fonte: Fotografada pela autora (2008)

No que tange a divisão político-administrativa, o município está inserido na macro região Sertão Central, segundo classificação do IPECE, na mesorregião Sertões Cearenses, segundo classificação do IBGE, e na micro região Sertão de Quixeramobim, segundo regionalização adotada pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

Quixadá é constituída dos distritos de São Francisco da Califórnia, Cipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiroz, Dom Maurício, Juá, Juatama, São Bernardo, São João dos Queiroz, Tapuiará, Riacho Verde, Várzea da Onça e Quixadá (sede), cuja população consta da Tabela 5.2.

O mapa do município, apresentado na Figura 5.5, mostra que ele é servido por ferrovia e por rodovias estaduais e federais.



Figura 5.5 – Mapa do Município de Quixadá/CE  
Fonte: Perfil Básico Municipal - IPECE (2007)

### 5.2.2 Caracterização do Município de Quixadá

A economia do município é primária. Todos os distritos que compõem Quixadá têm como principal fonte de renda a *agricultura de (sub)sistência*, com plantações de milho,

feijão e algodão (em menor escala). Além disso, criam-se bovinos, ovinos e caprinos em pequenas quantidades. A criação bovina visa à produção de leite para o consumo familiar.

Além do que são os funcionários públicos, aposentados e as políticas assistencialistas do Governo Federal, como o Bolsa Família, os maiores geradores de renda local.

A seguir apresenta-se, sucintamente, cada distrito.

**São Francisco da Califórnia** - O surgimento deste distrito está relacionado à *Fazenda Califórnia* fundada por Miguel Francisco de Queiroz, um dos "Irmãos Queiroz", magnátas do Estado do Ceará. Foi por muitos anos a fazenda mais importante do município dando ao seu proprietário grande *status*. A fazenda desenvolveu-se e ao seu redor surgiu um pequeno povoado. Também surgiu uma capela dedicada à [São Francisco de Assis](#), existente até hoje. O distrito então passou a ser chamado de São Francisco da Califórnia, tendo o São Francisco de Assis como padroeiro.

O distrito é cortado pelo [rio Choró](#), uma das principais fontes de abastecimento hídrico local. Possui bons solos e relativa disponibilidade de água que permitem assentamentos com culturas irrigadas de milho, feijão e algodão.

Além da agricultura sua economia, assim como os demais distritos, está baseada nos salários funcionalismo público municipal, nas aposentadorias e em programas assistenciais do governo federal.

**Cipó dos Anjos** está a distância de 43 km da sede, sendo uma das localidades mais carentes de recursos hídricos na região Central do Estado do Ceará. Ele é o distrito mais populoso de Quixadá e, apesar da escassez hídrica, é o maior produtor de grãos do município, com a maior parte da produção oriunda de pequenos agricultores.

**Custódio** foi criado em 31 de março 1938 através do decreto-lei estadual nº 169. Em seus limites nasce o [rio Sitiá](#), no qual às suas margens está a sede distrital à montante (acima) do [açude do Cedro](#).

**Daniel de Queiroz** foi elevado à sede distrital pela lei estadual nº 1156, de 4 de dezembro de [1933](#). Seu surgimento está relacionado à construção da estação ferroviária de *Junco*, datada de 1891, da então [Rede de Viação Cearense](#). O nome Junco veio da fazenda Junco na qual foi construída a estação ferroviária.

Antiga localidade de Junco (denominação ainda hoje usada por alguns moradores) o topônimo [Daniel de Queiroz Lima](#) foi dado em homenagem ao pai da escritora cearense de renome internacional [Rachel de Queiroz](#). Ele foi juiz em Quixadá, de 1912 a 1914, e posteriormente foi nomeado promotor em Fortaleza. No distrito está localizada a [Fazenda Não Me Deixes](#) que pertenceu a Daniel e depois à Rachel de Queiroz. Por iniciativa desta, ela foi transformada em reserva particular do patrimônio natural, em 1999.

A sede do distrito não chega a ser uma vila, existem apenas algumas casas dispersas em torno da estação. A economia local está baseada na *agricultura de subsistência*. Assim como os demais distritos quixadaenses, está, também, baseada nos salários do funcionalismo público municipal, nas aposentadorias destes funcionários e em programas assistenciais do Governo Federal.

**Dom Maurício**, a aproximadamente a 20 km da sede do município, está localizado na [Serra do Estevão](#), considerado uma espécie de *oásis* na aridez do sertão central. Apresenta temperaturas mais amenas devido sua [altitude](#) de, aproximadamente, 500m acima do nível do mar.

Anteriormente, a área do distrito fazia parte de outro, maior, chamado Distrito da [Serra de Santo Estevão](#), criado em [1911](#). O nome foi dado em homenagem ao monge beneditino, [Maurício Prichtzi](#), que foi o coordenador da construção do Ginásio São José e do mosteiro inaugurados, respectivamente, em [1903](#) e [1906](#). O mosteiro foi transformado na Casa de Repouso São José, dirigidos pelas Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição. Foi na [Casa de Repouso São José](#) onde o ex-presidente [Castelo Branco](#) passou a última noite antes de morrer no vôo de volta a [Fortaleza](#).

A origem de **Juá** remonta ao [século XIX](#), período de ocupação do sertão cearense. Seu surgimento deve-se à existência de um local para pousada das boiadas que iam do Sertão Central (Região de Quixadá e Quixeramobim) para Baturité e, conseqüentemente, Fortaleza.

O nome da localidade deve-se ao fato de que na época de seu surgimento existiam vários Juazeiros (árvore típica do nordeste brasileiro) sob os quais os vaqueiros descansavam.

Com o crescimento da população da região, e o surgimento da vila, foi construída uma Igreja dedicada à padroeira, no caso, Nossa senhora de Santana. Em virtude de sua localização favorável, da implantação da estrada de ferro que ligava Fortaleza ao Cariri que possuía uma estação nas proximidades, além da pavimentação da estrada que liga Quixadá à Região da Serra de Baturité o crescimento da vila. Assim, Juá foi elevado a distrito de Quixadá através de lei municipal, em 09 de setembro de 1993.

A economia está baseada principalmente nas culturas de subsistência ([milho](#), [feijão](#) e [arroz](#)), criação de gado leiteiro, além da avicultura, e, assim como os demais distritos, nos salários funcionalismo público municipal, nas aposentadorias e em programas assistenciais do Governo Federal.

A origem do distrito de **Juatama** remonta à construção de uma estação da linha férrea, chamada "linha-tronco" ou "linha sul". Inaugurada em [4 de agosto](#) de [1894](#), pela [Rede de Viação Cearense](#), Juatama surge, cresce e se desenvolve às margens desta estrada de ferro. Sua primeira denominação foi [Juá](#) (árvore abundante na região), passando depois a chamar-se Floriano Peixoto e, definitivamente, Juatama que, na língua indígena, quer dizer lugar dos juás.

Por volta de [1925](#), a vila toma crescimento com a construção da Capela de [Nossa Senhora do Perpétuo Socorro](#). Construída por Elpídio Dantas em terreno doado por Manoel Filgueiras, a capela foi inaugurada pelo Pe. João Lucas Heuser, na época vigário da paróquia de Quixadá. A festa de inauguração aconteceu na manhã do dia [16 de Junho](#) de [1920](#), e contou com presença de centenas de fiéis, dentre eles, o prefeito de Quixadá, Dr. Nilo Tabosa Freire. Desenvolve-se a partir deste momento, a casa paroquial, a padaria do Senhor Raimundo Peixoto e a sapataria do Senhor Antero. O surgimento de Juatama como distrito se dá em 04 de dezembro de 1933, pelo decreto-lei estadual nº 1.156, com o nome de Floriano Peixoto sendo seu nome alterado para Juatama, posteriormente, em 8 de janeiro de 1964, pela Lei Estadual nº 7.104.

A economia está baseada principalmente nas culturas de subsistência, criação de gado leiteiro, ovino e caprinocultura, além da avicultura. E assim, como os demais distritos, nos salários funcionalismo público municipal e nas aposentadorias destes funcionários além dos programas assistenciais eventuais do Governo Federal.

Nesta localidade, está sendo construída a usina de Biodisel, da Petrobrás, com previsão de conclusão para dezembro de 2008. Há uma grande expectativa em torno deste investimento, visto que, os grãos para o abastecimento desta usina serão fornecidos, em parte, pelos pequenos agricultores de todo o Estado do Ceará, incluindo os do Município de Quixadá.

Este distrito também possui belas paisagens, devido a existência de [monólitos](#) que o cercam. Entre estes a [Serra do Urucum](#). Devido aos seus belos cenários, a estação ferroviária de Juatama, junto com a [Pedra da Galinha Choca](#), foram cenários do filme brasileiro “[O Cangaceiro Trapalhão](#)”, de [1983](#).

**Riacho Verde** é também um distrito do município de [Quixadá](#), estado do [Ceará](#). Seu acesso se dá pela mesma estrada que leva até a serra do Estêvão e ao distrito de [Dom Maurício](#). O nome da localidade, segundo tradição local, foi dado devido ao grande número de árvores às margens do riacho Verde, que nasce na [serra do Estêvão](#), atravessa o distrito, e desagua no [açude do Cedro](#), e que permaneciam verdes mesmo nos períodos secos.

A elevação de Riacho Verde a distrito de [Quixadá](#) ocorreu através da lei municipal nº 1940, de [26 de outubro](#) de [2000](#). A economia está baseada, principalmente, nas culturas de subsistência, especialmente milho e feijão, além da cultura algodoeira, pesca no Açude do Cedro, nos salários funcionalismo público municipal e nas aposentadorias destes, além de programas assistenciais eventuais do Governo Federal.

O distrito de **São Bernardo** está localizado a 45 km da sede municipal, no extremo norte do território. Tem como padroeiro São João Batista ao qual está dedicada uma capela, construída no ano de 1936. O distrito foi criado por lei municipal, em 1991. Sua economia está baseada na produção leiteira, na avicultura e na agricultura, especialmente feijão, hortaliças e fruticultura. Assim como nos demais distritos, sua economia está também

baseada nos salários do funcionalismo público municipal, nas aposentadorias e em programas assistenciais eventuais do Governo Federal.

**São João dos Queiroz** é um distrito do Município de [Quixadá](#) localizado a 30 quilômetros de distância da sede. A vila de São João dos Queiroz surgiu na área de uma fazenda que, originalmente, pertencia a João Tomás Aires de Queiroz. Após a morte do proprietário, em 1928, suas irmãs decidiram construir uma capela que, segundo estas, era um desejo que o antigo dono não conseguiu realizar. Inicialmente, foram doados um pequeno terreno e algumas cabeças de gado para a construção de uma capela, a ser consagrada a [Nossa Senhora do Perpétuo Socorro](#). Por sugestão do padre Luís Braga Rocha, que celebrou uma missa no ato da doação, a capela seria consagrada a [São João Batista](#), pois a fazenda chama-se São João (como o proprietário que também se chamava João). A capela só seria concluída alguns anos depois, após diversas paralisações por falta de recursos. No entanto, em volta desta capela, foram sendo construídas algumas casas e, a partir daí, surgiu a vila, cuja população foi aumentando, principalmente, em função do desenvolvimento da cultura algodoeira, nas décadas de 70 e 80.

Originalmente, o território do distrito fazia parte do distrito de [Daniel de Queiroz](#). A elevação de São João dos Queiroz a distrito ocorreu através da lei municipal nº 1364, de [14 de setembro](#) de [1990](#).

A partir do fim da década de 80, a economia local entra em estagnação, com o declínio do *ciclo do algodão* causado pelo surgimento de uma praga de algodão (o [bicudo](#)) que, praticamente, dizimou a cultura. Além disso, a liberalização das taxas de importação, no início da década de 90, fez com que as indústrias passassem a importar a fibra do [algodão](#) de outros países, com preços mais baixos. A estagnação da economia local reduziu o crescimento da população que, sem maiores opções de trabalho, foi obrigada a emigrar para outras regiões, tornando-se membros do exército de excluídos e favelados, abundantes em nosso Estado.

Atualmente a economia do distrito está baseada na produção agrícola de [subsistência](#). Sendo as principais culturas: milho e feijão. Ela se baseia, também, na criação de pequenos rebanhos: [bovino](#) e [ovino](#), nos salários [funcionalismo público](#) municipal e em [programas assistenciais](#) eventuais do Governo Federal.

**Tapuiará** está localizado a 20 km da sede. Foi criado em 1920, e sua sede estava localizada onde hoje está o [Açude Pedras Brancas](#). Uma nova sede foi criada, em [1978](#), para reacomodar os habitantes.

A economia do distrito de **Várzea da Onça** está baseada, principalmente, nas culturas de subsistência ([milho](#) e [feijão](#)) e na produção de pedras para construção civil. Sua elevação para distrito ocorreu através da lei municipal n° 1886, de 06 de abril de 2000. Neste distrito, tal como nos demais, os salários do funcionalismo público municipal e suas aposentadorias são fontes importantes de renda local, como também os programas assistenciais eventuais do Governo Federal.

### **5.2.3 Caracterização Geográfica e Socioeconômica da Quixadá**

#### **5.2.3.1 Características Geofísicas**

A maior parte do território, pertencente ao Município de Quixadá, faz parte das depressões sertanejas que possuem maciços residuais, como a serra do Estevão. O município notabiliza-se pela formação de monólitos, que dominam boa parte de sua área.

Em sua maior parte, os solos são pouco profundos e têm como principal característica encharcar na estação chuvosa, ressecando facilmente nos períodos de estiagem. Os lençóis de água são geralmente salinizados, devido as características geológicas da região.

Quixadá tem sua maior parte localizada na bacia hidrográfica do rio Sitiá. A outra parte do seu território, localiza-se na área das bacias de dois outros rios: o rio Piranji e o rio Choró. O município conta ainda com uma grande quantidade de pequenos reservatórios, espalhados em todo o território. No entanto, seus dois grandes reservatórios são: os açudes do Cedro, com capacidade de 126.000.000 m<sup>3</sup>; e o de Pedras Brancas, cuja capacidade é de 434.049.000 m<sup>3</sup>.

O clima é tropical quente semi-árido. A temperatura média anual é de 26,7°C e a pluviometria média anual situa-se ao redor dos 818 mm, com chuvas concentradas nos meses de fevereiro, março e abril. Destacam-se os elevados índices de evaporação durante todo o

ano, aliados ao regime irregular de chuvas, fazendo esta região estar sujeita à ocorrência de secas severas, como a de 2000 que chegou a secar o açude do Cedro.

A vegetação característica é a *caatinga arbustiva densa ou aberta*, marcada pela presença de cactos e vegetação rasteira, com árvores baixas e cheias de espinhos.

Nas áreas mais elevadas, como a da serra do Estevão, ocorre a floresta caducifolia espinhosa, ou caatinga arbórea. Sua cobertura vegetal tem sofrido grande intervenção, através de desmatamentos e queimadas, com o objetivo de preparar o solo para a agricultura e a pecuária extensiva.

Destacam-se em Quixadá duas unidades de Conservação Ambiental, conteúdo importantes atrativos turísticos:

- [Monumento Natural dos Monólitos de Quixadá](#), com área de 16.635,59 ha, criado pelo decreto N° 26/805, de [31 de Outubro](#) de [2002](#); e
- [Reserva Particular do patrimônio Natural Fazenda Não Me Deixes](#), com área de 300 [ha](#), criado pela portaria N° 148/98 do IBAMA, em 5 de novembro de [1998](#).

### **5.2.3.2 Aspectos Demográficos e Socioeconômicos**

Quixadá pode ser considerado um Município de porte médio em termos de população, que é de 76.105 habitantes (IBGE, 2007), e representa 0,93% da população do Estado. Seu crescimento demográfico anual é de 0,5% (2006-2007).

No entanto, quando a população atual é confrontada com os dados do censos de 1970 (98.509 habitantes) e de 1991 (72.292 habitantes) e as estimativas para 1996 (64.442 habitantes) pode-se observar o declínio da população. Isto se deve, basicamente, ao desmembramentos dos distritos de [Banabuiú](#) e [Ibaretama](#), em 1988, e de [Choró](#), em 1993. Que tornaram-se municípios.

A economia do Município de Quixadá depende principalmente do [setor terciário](#) ([comércio](#) e [serviços](#)), responsável por mais de 70% do [PIB](#) municipal, este setor ocupa, aproximadamente, 59% da população economicamente ativa (onde 51% são trabalhadores autônomos, do chamado setor informal). O comércio do município está concentrado no centro da cidade que recebe, semanalmente, centenas de moradores das áreas rurais e de municípios vizinhos como: [Choró](#), [Banabuiú](#), [Ibicuitinga](#) e [Ibaretama](#).

Dentre as empresas deste setor, destacam-se os atacadistas, que abastecem os pequenos estabelecimentos comerciais dos distritos e dos municípios vizinhos. Os estabelecimentos de comércio varejista estão voltados, basicamente, para os moradores da cidade e da zona rural.

Outra importante atividade municipal é a realização de feiras, que ocorrem em dias específicos. Às quintas-feiras, ocorre a feira de animais, no Parque de Exposição no bairro do Campo Novo. As sextas-feiras, ocorre a feira de frutas, nas proximidades do Terminal Rodoviário e, diariamente, ocorre a feira de frutas e utilidades domésticas, na rua Dr. Eudásio Barroso, nas proximidades da Câmara Municipal.

O município possui, também, pequenas indústrias alimentícias, de tecelagem e calçadistas. Entre as grandes instalações industriais, existe uma fábrica de calçados, que emprega, aproximadamente, 400 pessoas, além de uma usina de [biodiesel](#) (com previsão de início de operações em dezembro de 2008) com capacidade 157 mil litros/dia, ou 57 milhões litros/ano, localizada no distrito de [Juatama](#).

No que se refere a educação, em 2007, o município possuía 88 escolas de ensino fundamental, 9 escolas de ensino médio e 64 de ensino pré-escolar, distribuídas conforme Tabela 5.4.

TABELA 5.4 - Instituições de Ensino em Quixadá

<b>Escola</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Privado</b>	<b>Total</b>
Ensino Fundamental	8	61	19	88
Ensino Médio	6	1	2	9
Ensino Pré-escolar	0	46	64	64

Fonte – Elaboração da autora a partir de dados do IBGE (2007)

O município conta, ainda, com três instituições de ensino superior, nas quais foram matriculados 1.663 alunos, em 2005, sendo estas:

- A Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central - FECLESC (Unidade acadêmica da UECE), que oferece os cursos de Ciências, Ciências Biológicas, Física, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química;
- A Faculdade Católica Rainha do Sertão - FCRS, que oferece os cursos de Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Filosofia, Fisioterapia, Psicologia, Odontologia, Sistemas de informação e Teologia; e
- A Universidade Federal do Ceará – com o curso de Sistema de Informações.

Possui, também, instituições que oferecem ensinos técnicos, como Centro de Educação Tecnológica do Ceará (CENTEC), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Outras atividades, que dão suporte à maioria dos distritos, são a agricultura de subsistência aliada à [avicultura](#), [bovinocultura](#) leiteira, [ovinocultura](#) e [caprinocultura](#).

Quixadá também apresenta grande potencial turístico, ainda pouco explorado, sobressaie o [ecoturismo](#) e o turismo de aventura, devido à beleza de suas paisagens, e a prática de esportes radicais, como [vôo livre](#) ([parapente](#) e [asa-delta](#)), [trekking](#), [orientação](#) e [rapel](#).

Além das paisagens naturais, existem pontos específicos de turismo, como: a [Pedra da Galinha Choca](#), o açude do Cedro, Santuário N. Sra. Imaculada Rainha do Sertão, [Chalé da Pedra](#), [Lagoa dos Monólitos](#), [Morro do Urucu](#), [Pedra do Cruzeiro](#), Serra do Estevão, Trilhas ecológicas e de aventura, como: a da Barriguda, a do Olho d'Água, a do Boqueirão e a da Cabeça do Gigante.

Quixadá possui, ainda, um Museu Histórico, Jacinto de Sousa; um centro cultural, o Centro Cultural Rachel de Queiroz, com dois pavimentos, um teatro e um anfiteatro. No centro cultural são oferecidas oficinas de audiovisual, música, teatro e artes plásticas.

As potencialidades econômicas citadas serão discutidas na próxima seção.

### **5.3 POTENCIALIDADES ECONÔMICAS PARA O MUNICÍPIO IDENTIFICADAS NESTA PESQUISA**

Para identificação das potencialidades locais, foi seguida a metodologia exposta no Capítulo Um. Utilizados, para este fim, o questionário, que consta no apêndice C, e entrevistas.

Foram identificadas como potencialidades locais, atividades dos setores primário e terciário, incluindo o de serviços, sendo elas:

- Apicultura;
- Avicultura;
- Comércio;
- Pecuária leiteira e de corte;
- Ovinocaprinocultura;
- Algodão agroecológico;
- Agricultura familiar (milho, feijão, oleaginosas);
- Turismo; e
- Ensino superior e técnico.

A [avicultura](#), juntamente com o comércio, é um importante componente da economia quixadaense. São quatro granjas, de grande e médio portes: Granja Feliana Ltda, Granja Abrigo Ltda, Quixadá Alimentos Avícolas Ltda (QUIAVE) e Carneiro Avícola Ltda (CARVIL).

A produção é de cerca de 80 mil frangos, por semana. São gerados, aproximadamente, 400 empregos diretos e, aproximadamente, 2 mil indiretos.

A Carneiro Avícola Ltda (CARVIL) é a única que, também, produz ovos, 90 mil unidades, por dia. A produção é voltada para o consumo em todo o Estado do [Ceará](#) e, também, [Piauí](#) e [Maranhão](#). E é uma importante fonte de renda para médios e grandes produtores, mas os pequenos não tem acesso a esse negócio.

A prefeitura de Quixadá, através da Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, está tentando implementar a criação de galinhas caipiras para os pequenos produtores. O projeto encontra-se em fase de treinamento e implantação, não se tendo, ainda, dados quantitativos sobre os seus resultados.

A pecuária leiteira e de corte, para o comércio, é feita por grandes produtores rurais, devido a seus altos custos de manutenção. Isto porque, um bovino ocupa o lugar de, aproximadamente, sete caprinos, além dos custos com: alimentação, água, cuidados sanitários e outros. No município existem, aproximadamente, 34 mil cabeças de gado, segundo dados da EMATERCE de Quixadá.

O Município de Quixadá tem dedicado especial atenção a educação. Ela está expandindo o número de cursos, e o número de vagas, oferecidas no ensino superior. Atualmente, estão sendo ofertadas, aproximadamente, cinco mil vagas, considerando as universidades públicas e particulares, além de cursos técnicos.

Com isso, está aumentando a especulação imobiliária no município, pois, o preço dos aluguéis tem aumentado. Verifica-se, também, a construção de pequenos prédios residenciais (no máximo três andares) buscando suprir este crescimento, pois atualmente o município não tem capacidade para acomodar esse contingente de pessoas. Para exemplificar, a capacidade hoteleira total do município é de 887 leitos, segundo dados dos hotéis e pousadas locais. Isto aponta o setor de hotéis e pousadas como uma das potencialidades da economia local.

As potencialidades identificadas são principalmente: acomodação, alimentação e lazer, que constituem possibilidades de inserção do pequeno produtor rural na economia. As potencialidades mais inclusivas, do setor primário, são: apicultura, ovinocaprinocultura, agricultura familiar e algodão agroecológico; do setor terciário, são: acomodação, alimentação e passeios turísticos.

## **5.4 POTENCIALIDADES IDENTIFICADAS PARA PEQUENOS PRODUTORES RURAIS**

Entre as potencialidades identificadas, na seção anterior, serão discutidas: i) a agricultura familiar, incluindo além da produção de subsistência, a apicultura, o algodão agroecológico, a ovinocaprinocultura; e ii) o turismo. Estas duas grandes macro atividades foram identificadas com grande potencial para ser a base de sustentação da economia local do pequenos produtores.

O motivo pelo qual as atividades de apicultura, algodão agroecológico e ovinocaprinocultura estejam todas inseridas no mesmo bloco de agricultura familiar é porque, na verdade, todas estas atividades são de pequeno porte. São desenvolvidas como complemento de renda ao longo do ano para dar sustentabilidade ao homem rural. Por exemplo, a apicultura, assim como o plantio de feijão, milho e algodão, tem apenas um ciclo anual. Já a ovinocaprinocultura é desenvolvida durante todo o ano, sendo que, para isso, é preciso garantir o alimento dos animais no período de estiagem. Por esse motivo foi desenvolvido o projeto de *silage*, que garante o alimento animal de boa qualidade.

Serão, a seguir, apresentadas cada atividade e suas particularidades.

### **5.4.1 Atividades do Setor Primário**

#### **5.4.1.1 Agricultura Familiar**

Agricultura familiar é, aqui entendida, segundo Lamarche (1993), como aquela que corresponde a uma unidade de produção agrícola na qual a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados a família.

A agricultura, atividade do setor primário, tem importância fundamental para o desenvolvimento de municípios de pequeno e médio porte, como Quixadá, visto que, o grande contingente populacional, nestas regiões, estão relacionados com ela.

Apesar da sua grande possibilidade de inserção econômica, verificou-se, em Quixadá, a existência de um ciclo não sustentável do seu desenvolvimento, devido a sua atual

forma de inserção na economia local. Os processo configuradores deste ciclo, em Quixadá, são:

- i) Dependência econômica da agropecuária;
- ii) Estrutura agrícola pulverizada;
- iii) Alta densidade demográfica rural;
- iv) Distância dos mercados consumidores e dificuldade de acesso;
- v) Queda de renda das atividades tradicionais;
- vi) Avicultura e pecuária expressiva e em concentração no produtores de médio e grande porte;
- vii) Ausência de cooperação entre os pequenos produtores;
- viii) Nível educacional muito baixo, que implica também na dificuldade de gestão e articulação de parcerias; e
- ix) Ausência de políticas de longo prazo adequadas ao território.

Como visto, o foco da agricultura familiar, em Quixadá, é a agricultura de subsistência, com as plantações consorciadas de milho, feijão e algodão comum. A partir de 2007, algumas famílias plantam, também, oleaginosas (mamona e girassol) devido a incentivos do Governo Municipal, em parceria com os Governos Federal e Estadual, objetivando a produção de insumos para a indústria de Biodiesel. De acordo com dados da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural de Quixadá, o município conta, hoje, com aproximadamente duas mil famílias voltadas a agricultura familiar. Cerca de 50% desses agricultores estão localizados nos 27 assentamentos do município.

Não há avaliação da produção pois não existe acompanhamento real e contínuo da quantidade de grãos (milho, feijão e algodão comum) produzidos no município por distrito, o que dificulta a análise sobre a expansão ou retração da produção.

Constatou-se, através de entrevistas com os produtores, a conscientização da importância desse plantio para a economia local e para a alimentação de suas famílias.

#### **5.4.1.2 Apicultura**

A apicultura é uma atividade capaz de causar impactos positivos, tanto sociais quanto econômicos, além de contribuir para a manutenção e preservação dos ecossistemas existentes.

A cadeia produtiva da apicultura propicia a geração de renda, principalmente no ambiente da agricultura familiar, sendo, dessa forma, determinante na melhoria da qualidade de vida e fixação do homem no meio rural.

Segundo a Embrapa (2003), o Brasil apresenta características especiais de flora e clima que, aliados à presença da abelha africanizada, lhe conferem um grande potencial para a atividade apícola, ainda pouco explorado.

A criação de abelhas para a produção de mel sempre aconteceu no município, mas de forma incipiente e inadequada. Os pequenos produtores buscando as colméias na natureza, espantando as abelhas e retirando o mel. Destruindo também a colméia. Nesta forma de produção, o mel era contaminado por impurezas, e impróprio para a venda.

Em 2006, a prefeitura desenvolveu um projeto para que o mel produzido por pequenos produtores pudesse ser de qualidade e ter viabilidade econômica. Foram treinados, cerca de aproximadamente, 200 apicultores, e ao final do treinamento cada apicultor recebeu um kit com 5 ou 10 colméias. Também foram distribuídos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, fumegadores e outros materiais necessários à criação de abelhas.

Além disso, foi criada a Associação dos Apicultores do Estado do Ceará e duas Casas de Mel, nela o mel é colhido com 100% de higienização, através de equipamentos apropriados.

A contrapartida deste investimento, realizado a fundo perdido, através de uma parceria entre a Prefeitura de Quixadá, o Banco do Brasil e o SEBRAE/CE, foi que os produtores tinham um ano para começar a sua produção, aqueles que não produzissem teriam que devolver os materiais recebidos, que seriam entregues para outro agricultor, para que fosse incluído no projeto.

Atualmente, a apicultura é realizada nos distritos de: Palmares (26 famílias), Riacho Verde (9 famílias), Ipueiras (8 famílias), Cipó dos Anjos (100 famílias), Dom Maurício (47 famílias) e São João de Queiroz (10 famílias).

Os produtores são todos acompanhados por técnicos, que prestam serviço a prefeitura de Quixadá, através da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. A produção é transportada para uma das duas Casas de Mel de Quixadá, localizadas em Palmares e Cipó dos Anjos. Estas Casas de Mel, hoje, são um dos principais gargalos, visto que, sua capacidade de atendimento é inferior ao potencial produtivo dos apicultores. Outro gargalo é o escoamento da produção, devido, principalmente, a dificuldade de transporte do produto, em decorrência, das distâncias e da dispersão geográfica dos apicultores.

A produção prevista para este ano, de 2008, é de 40 toneladas de mel. Para incentivar a produção foi fechado um acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para que a mesma compre toda a produção de mel do município. No entanto, para 2008 a CONAB receberá apenas 23 toneladas. O excedente ainda está em negociação com possíveis compradores.

Para a comercialização do mel foi fundamental a criação da Associação, para a abertura do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a criação do rótulo/embalagem, no Anexo B. Este rótulo foi uma criação em conjunto do SEBRAE, da Associação dos Apicultores e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e é utilizado por todos os produtores associados.

As informações foram coletadas do Sr. Francisco Erasmo Cavalcanti, presidente da Associação dos Apicultores do Ceará, sediada em Quixadá.

#### **5.4.1.3 Algodão Agroecológico**

Também, no setor primário, está o Algodão Agroecológico, que surgiu de uma parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR). O ESPLAR é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1974, organizada pela Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural (ADEC), formada por agricultores(as) familiares agroecológicos de Tauá/Ce, e que atua no semi-árido cearense. Ele desenvolve atividades voltadas para a agroecologia, a serviço da Agricultura Familiar.

O projeto do Algodão Agroecológico surgiu inicialmente, em 1993, no município de Tauá. Mas havia o problema de não haver mercado consumidor disposto a se comprometer com a pequena quantidade produzida de, aproximadamente, 5 toneladas anuais.

Mesmo assim, até 2002, a pluma era vendida no incipiente mercado orgânico brasileiro, a preços 30% superiores aos do produto convencional.

Em 2004, a empresa francesa *Veja Fair Trade* procurava algodão orgânico para fabricar calçados esportivos no Brasil, destinados ao comércio justo europeu, e ao acessar a página eletrônica do ESPLAR, ficou interessada no algodão agroecológico cearense, comprando três toneladas de pluma de algodão da ADEC, da safra de 2003. Na sequência, negociou a assinatura de um contrato de compra com duração de três anos, firmado em 2005. E, em novembro de 2007, acertou renovação por mais três anos.

Com o estabelecimento das condições de venda do algodão pelo contrato com a ADEC, foi possível ao ESPLAR estimular a expansão da produção para outros municípios, tais como: Quixadá, Choró, Canindé, Massapê, Sobral, Forquilha e Santana do Acaraú, por meio dos respectivos Sindicatos de Trabalhadores(as) Rurais (STRs), de modo a responder ao crescimento da demanda. Em Quixadá o projeto iniciou com 8 famílias, em 2004, e hoje conta com 89 famílias no projeto.

Um dos pontos importantes na produção desse algodão é seu valor agregado, enquanto uma arroba do algodão comum é vendida por R\$ 11,00 a arroba do algodão agroecológico é R\$ 25,00. Sendo os custos de produção menores, o lucro do pequeno produtor aumenta, visto que não são utilizados defensivos agrícolas industrializados, apenas naturais desenvolvidos pelo próprio produtor rural, como por exemplo, a plantação de algodão em conjunto com a de gergelim, defensivo agrícola natural e de alto teor nutritivo alimentício.

O cultivo do algodão, em sistemas consorciados com milho, feijão e gergelim, é uma estratégia técnica, adotada pelos agricultores, para minimizar riscos de perdas de safra numa região caracterizada por grandes riscos e incertezas, causados pela irregularidade no volume e distribuição das chuvas.

A produção de algodão agroecológico, em Quixadá, tem aumentado, trazendo algumas dificuldades para o transporte da produção para o município de Tauá, onde é beneficiado. Por isso, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em parceria com o Governo do Estado do Ceará, tem como projeto comprar uma descaroçadeira, para que o beneficiamento seja realizado em Quixadá mesmo.

#### **5.4.1.4 Ovinocaprinocultura**

A ovinocaprinocultura é uma atividade econômica, do setor primário, explorada em todos os continentes. Está presente em áreas das mais diversas características climáticas e geográficas. No entanto, somente em alguns países a atividade apresenta expressão econômica, sendo, na maioria dos casos, desenvolvida de forma extensiva e empírica, utilizando baixos níveis de tecnologia.

Na visão global, Austrália, China e Nova Zelândia, concentram, respectivamente, 28%, 14% e 9% do efetivo mundial de rebanho de ovinos. Quanto aos caprinos, os maiores criadores são: a Índia, a China e o Paquistão, que, conjuntamente, concentram 42% do rebanho mundial (EMBRAPA, 2004).

Os rebanhos ovinos e caprinos do Brasil, somados, representam 32 milhões de cabeças, equivalentes a 3,3% do efetivo mundial. Considerando a dimensão territorial

brasileira e as condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da ovinocaprinocultura, os rebanhos são numericamente inexpressivos, principalmente, quando comparados com a criação de bovinos, cujo efetivo nacional é de 150 milhões de cabeças (EMBRAPA, 2004).

Ainda segundo a EMBRAPA (2004), a Região Nordeste possuía, em 2004, 10,4 milhões de caprinos e 7,2 milhões de ovinos, correspondendo, respectivamente, a 88% e 39% dos rebanhos do País.

O Estado da Bahia concentra o maior rebanho no Brasil dessas espécies, com 4,4 milhões de caprinos e 2,8 milhões de ovinos. Explorados de forma extensiva, a população desses animais têm aumentado, principalmente, devido à rusticidade e à adaptação ao meio ambiente, onde predomina a vegetação da caatinga. Introduzidos pelos colonizadores, os animais adaptaram-se às condições adversas do Nordeste. Isto, possibilitou o surgimento de algumas raças locais, as quais, em seu processo de formação, adquiriram características locais, embora tenham perdido bastante em produtividade.

A ovinocaprinocultura é de fundamental importância sócio-econômica para o Nordeste. A produção de ovinos e caprinos representa uma alternativa na oferta de carne, leite e derivados, favorecendo a nutrição alimentar, especialmente da população rural. A produção de peles, de aceitação nacional e internacional, tem correspondido a cerca de 20% do valor atribuído ao animal abatido, constituindo receita para o produtor. Portanto, o negócio, envolvendo as duas espécies, atua como mais uma alternativa para ocupar o produtor rural, contribuindo para a sua fixação no campo e inserção na economia.

Para que a ovinocaprinocultura no Nordeste brasileiro seja um negócio economicamente sustentável, gerando excedentes aos produtores, faz-se necessário a implementação de ações, para a superação ou redução dos obstáculos ao desenvolvimento da atividade. São indispensáveis à colaboração e o comprometimento, de todos os atores envolvidos no processo (Governo, pesquisadores, técnicos, produtores, associações, cooperativas, comerciantes e estruturas de apoio), para a articulação entre todos os elos participantes das cadeias produtivas.

O mercado apresenta grandes oportunidades, mas somente através de uma atividade organizada o Nordeste poderá se inserir, de forma competitiva, nesse emergente segmento da economia.

Esta atividade também é comum no município de Quixadá. Isto, pelas suas características climáticas de semi-árido. A vegetação do tipo caatinga, utilizada na criação extensiva de pequenos ruminantes, fez com que esta atividade se expandisse não só em Quixadá, como para várias outras localidades do sertão central, o que faz desta cultura, até hoje, em grande parte, cultura de subsistência.

Segundo dados, de 2008, atualizados pela EMATERCE, no município existem 25.389 ovinos e 9.104 caprinos. Praticamente, todos os agricultores rurais, do município de Quixadá, possuem criação de ovinos e/ou caprinos.

Esta atividade foi identificada como viável, devido a seus baixos custos e facilidade de manejo. No entanto, faz-se necessário incentivos, como o melhoramento genético, programa já em andamento pela prefeitura no município, também é necessária alimentação adequada durante todo o ano, meta a ser atingida através da silagem. Entretanto, o ponto mais crítico, e mais importante, para o desenvolvimento da atividade, é a integração entre os pequenos produtores e a estruturação de uma cadeia produtiva local que considere a produção e distribuição da carne, couro e leite.

O que se tem, atualmente, é a criação apenas para corte e venda do animal. Não sendo exploradas outras oportunidades, com valor agregado inclusive superior.

Outro aspecto relevante detectado, é a dispersão dos pequenos produtores rurais. Isto porque *não existe* uma associação voltada para os mesmos.

A Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Ceará (ACOCECE), cuja sede é em Quixadá, está totalmente voltada para os grandes produtores, tendo como associados, no Município de Quixadá, apenas 6 criadores. E não possui nenhum tipo de projeto ou ação de integração destes. As ações realizadas visando o desenvolvimento destas atividades partem, principalmente, da Prefeitura de Quixadá, através de assistência técnica

mensal, e da EMATERCE, através de visitas veterinárias de combate a doenças e controle sanitário.

A Tabela 5.5, mostra a relação dos rebanhos do município por distrito, assistidos por técnicos da Prefeitura. A atenção se volta para ovinocaprinoicultura, visto que, esta criação é a que mais gera renda para os pequenos agricultores.

TABELA 5.5 – Rebanhos Regionais do Município de Quixadá/CE

REGIONAIS/REBANHOS	BOVINOS	OVINOS	CAPRINOS
1- Tapuiará /Várzea da Onça	970	1.174	138
2- São Francisco da Califórnia / Juá / São Bernardo	917	1.058	220
3- Daniel de Queiroz / São João dos Queiroz	1.290	2.263	337
4- Cipó dos Anjos	2.615	4.265	1.235
5- Riacho Verde / Custódio / Dom Maurício	1.843	1.474	461
6- Juatama / Quixadá (Sede)	2.731	2.728	712
<b>TOTAL</b>	<b>10.366</b>	<b>12.961</b>	<b>3.102</b>

Fonte: Prefeitura de Quixadá (2005)

Como esta atividade, conforme descrito anteriormente, está presente em praticamente todo o Brasil, são várias as iniciativas dos Governos: Federal, Estadual e Municipal, na tentativa de expandí-la. Além do que, existem projetos de organizações não governamentais, como o SEBRAE, buscando incentivar a evolução da atividade. No entanto, em Quixadá, não foram encontradas atividades voltadas para a cooperação entre os pequenos produtores, fator fundamental para a expansão desta atividade.

Outras dificuldades encontradas foram: i) a falta de frigoríficos industriais adequados as necessidades dos pequenos produtores, no município há apenas um frigorífico privado, visto que o *matadouro público* não tem condições sanitárias de operar; ii) a necessidade de linhas de crédito, específicas para que esta atividade se imponha, e iii) a formação de sindicatos e associações, com a finalidade de buscar maior aporte técnico e fomentar o trabalho em parceria, que é imprescindível.

## 5.4.2 Atividades do Setor Terciário

### 5.4.2.1 Turismo

Embora não haja uma definição única do que seja Turismo, a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001), o define como *"as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros."*

A importância do turismo, para a economia mundial, é indiscutível, assim como, a entrada tardia do Brasil na rota mundial. Esta atividade, do setor terciário, contribuiu para o PIB do Brasil com US\$ 48,2 bilhões, equivalentes a 7,2% do PIB brasileiro total, em 2005 (IBGE, 2008). A Tabela 5.6, apresentada a seguir, mostra a incipiente participação do Ceará, em 1998, e sua situação até 2005.

TABELA 5.6 - Turismo Internacional Participação do Ceará e do Brasil em Comparação com o Mundo

ANOS	MILHÕES (US\$)			PARTICIPAÇÃO (%)	
	MUNDO	BRASIL	CEARÁ	BRASIL/MUNDO	CE/BRASIL
1998	626,6	4,8	0,079	0,77	1,65
1999	650,2	5,1	0,092	0,78	1,80
2000	697,3	5,3	0,121	0,76	2,28
2001	684,1	4,8	0,173	0,70	3,60
2002	702,6	3,8	0,182	0,54	4,80
2003	694,2	4,1	0,194	0,59	4,73
2004	764,0	4,6	0,250	0,60	5,43
2005	808,0	5,9	0,266	0,73	4,51

Fonte: Adaptado pela autora da Setur (2006)

A exploração do turismo no Nordeste tem crescido, principalmente no litoral, incluindo o litoral do Ceará devido às suas praias paradisíacas. No entanto, o potencial do turismo, no interior do Ceará, ainda não está sendo aproveitado.

Um Município como Quixadá, com inúmeros atrativos naturais, tem capacidade para o desenvolvimento de, pelo menos, sete segmentações turísticas, enunciadas e descritas a seguir. No entanto, ele se encontra fora dos roteiros turísticos, apresentados aos turistas interno e externo, o que é, sem dúvida, paradoxal. Consta, no Quadro 5.2, as características de cada segmento turístico com potencialidade para desenvolvimento no Município de Quixadá.

- i) Ecoturismo;
- ii) Turismo Cultural;
- iii) Turismo Religioso;

- iv) Turismo de Estudo e Intercâmbio;
- v) Turismo de Esporte;
- vi) Turismo de Aventura; e
- vii) Turismo Rural.

<b>TIPO</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
<b>Ecoturismo</b>	Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.
<b>Turismo Cultural</b>	Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.
<b>Turismo Religioso</b>	Configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, tais como as afro-brasileiras, espírita, protestantes, católica, as de origem oriental, compostas de doutrinas, hierarquias, estruturas, templos, rituais e sacerdócio.
<b>Turismo de Estudo e Intercâmbio</b>	Podem-se constituir atividades: os intercâmbios estudantil, esportivo e universitário; a operacionalização de acordos de cooperação entre países, estados e municípios na área educacional e entre instituições pedagógicas; os cursos de idiomas, cursos técnicos, profissionalizantes e cursos de artes; e as visitas técnicas, pesquisas científicas e os estágios profissionalizantes, além dos trabalhos voluntários com caráter pedagógico.
<b>Turismo de Esporte</b>	Compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas.
<b>Turismo de Aventura</b>	Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo.
<b>Turismo Rural</b>	Conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

Quadro 5.2 - Caracterização dos Tipos de Turismo em Quixadá

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do Ministério do Turismo (2006)

O ecoturismo visa promover a harmonia dos seres humanos, entre si e com a natureza. A distribuição dos benefícios resultantes das atividades ecoturísticas deve envolver, principalmente, as comunidades locais, de modo a torná-las protagonistas do processo de desenvolvimento da região.

Pela descrição efetuada, nota-se que, todas são atividades não predatórias que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Algumas das quais, como turismo rural,

podem, perfeitamente, serem produzidas por pequenos produtores locais nativos, pois eles bem conhecem os pontos mais atrativos locais.

O turismo cultural está relacionado à motivação do turista, especificamente de vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a preservar a integridade desses bens.

O Turismo de Estudos e Intercâmbio constitui-se da movimentação turística, gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências, para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional. É importante que este, seja tratado, como um segmento relevante, para o crescimento e fortalecimento do turismo brasileiro, podendo ser trabalhado, como uma solução para os períodos de baixo fluxo turístico. Os programas de estudos e intercâmbio podem ser utilizados como recurso para lugares que não disponham de atrativos turísticos significativos, o que não é o caso de Quixadá.

Entretanto, o turismo requer alguns pré-requisitos. Dentre estes, estão as atividades básicas, necessárias, para se desenvolver o turismo numa região. Como: i) o transporte; ii) o agenciamento; iii) a hospedagem; iv) a alimentação; v) a recepção; vi) os eventos; vii) a recreação; e viii) o entretenimento, e outras atividades complementares. Além da acessibilidade ao local, segurança e saúde. Note-se que, todos estes pré-requisitos podem ser cobertos com a participação da comunidade local, sendo os de número iii, iv, vi e vii, passíveis de oferta pelo meio rural.

Segundo dados do IBGE (2007), o maior número de empresas que participam da rede de serviços envolvidas com o turismo são as micro empresas, principalmente no setor de alimentação (79,9% do total). Deixando claro a importância deste setor para o pequeno empreendedor.

Analisando a atual estrutura de Quixadá vê-se, claramente, a falta de políticas locais, refletindo-se na pobreza de estrutura local para o recebimento de turistas, bem como, para a exploração desta atividade, em todos os segmentos potenciais existentes.

O município conta hoje, apenas, com quatro hotéis, de grande porte, com capacidade total de 887 leitos, aproximadamente. Possui também uma pequena rede de restaurantes e bares, sem muita estrutura para recebimento de turistas, além de não contar com serviço de receptivo turístico, roteiro turístico pré-definido e nem de acesso a transporte de forma rápida.

Além de não haver integração, entre os vários atores envolvidos com o turismo, não há o apoio efetivo de ações públicas voltadas para o desenvolvimento deste setor, de forma efetiva.

Embora as atrações turísticas do município sejam muitas, e diversificadas, como: o Açude do Cedro, a Pedra da Galinha Choca, o Santuário N. Sra. Imaculada Rainha do Sertão, a Pedra do Cruzeiro, a Lagoa de Monólitos, o Morro do Urucu e a Serra do Estevão. Também existem diversas trilhas ecológicas com vários graus de dificuldade. Além de locais próprios para a prática do vôo livre e do rapel.

Como potencial para acomodação dos turistas existem: a Fazenda Não Me Deixes, no distrito de Dom Maurício, pertencente a família da escritora Raquel de Queiroz; e o Hotel Fazenda, no assentamento Boa Vista, distrito de Itaguassú. Entretanto, existem, outras regiões, onde pode ser construídas pousadas e hotéis fazenda, no estilo *casarão*. Também pode-se pensar na construção de chalés, financiados pelo Banco do Brasil, através do Programa Credamigo.

## **5.5 INSTITUIÇÕES E AÇÕES LOCAIS DE APOIO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS EM QUIXADÁ**

### **5.5.1 Ações Desenvolvidas pela Prefeitura**

A prefeitura de Quixadá, visando oferecer apoio, aos pequenos produtores rurais, criou a Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, em 2001, mas suas atividades só foram intensificadas a partir de 2004.

Sua estratégia de ação está pautada no atendimento dos agricultores, por técnicos agrícolas, com objetivo de melhorar a produção, aumentando a renda e minimizando a

migração do produtor rural para as cidades, não se enfatiza a comercialização nem muito menos a gestão. Para isso, contratou o serviço de 16 técnicos agrícolas e organizou seus atendimentos dividindo o Município em seis regiões, conforme a Tabela 5.7.

**TABELA 5.7 - Regionais de atendimento dos Técnicos Agrícolas da Prefeitura de Quixadá**

REGIÕES	DISTRITOS	QUANTIDADE DE TÉCNICOS
Região 1	Tapuiará /Várzea da Onça	2
Região 2	São Francisco da Califórnia / Juá / São Bernardo	2
Região 3	Daniel de Queiroz / São João dos Queiroz	2
Região 4	Cipó dos Anjos	3
Região 5	Riacho Verde / Custódio / Dom Maurício	4
Região 6	Juatama / Quixadá (Sede)	3
<b>TOTAL</b>		<b>16</b>

Fonte: Elaboração da Autora

Em todas as regiões são encontrados produtores rurais com as mesmas características: produção consorciada de Milho, Feijão e Algodão, e a criação de ovinos e caprinos para corte e, em geral, gado leiteiro, em média duas cabeças, para consumo das famílias, segue abaixo a Tabela 5.9, de famílias oficialmente cadastradas, bem aquém do número real atendido pelos técnicos.

**TABELA 5.8 - Famílias Cadastradas para atendimento dos Técnicos Agrícolas da Prefeitura de Quixadá**

DISTRITOS	NÚMERO DE FAMILIAS CADASTRADAS
1- Tapuiará /Várzea da Onça	160
2- São Francisco da Califórnia / Juá / São Bernardo	91
3- Daniel de Queiroz / São João dos Queiroz	96
4- Cipó dos Anjos	207
5- Riacho Verde / Custódio / Dom Maurício	213
6- Juatama / Quixadá (Sede)	196
<b>TOTAL</b>	<b>963</b>

Fonte: Prefeitura de Quixadá (2008)

A diferenciação está nos agricultores, que também são apicultores, nos que plantam oleaginosas (girassol e mamona), e nos localizados em regiões de vasto potencial turístico, conforme abordado anteriormente.

Um dos atuais pilares do programa desenvolvido, além do atendimento técnico, são os programas de: silagem, o hora do trator e o de biodiesel. O investimento anual realizado, em 2007, consta na Tabela 5.9.

O programa de silagem tem por objetivo capacitar e incentivar os agricultores, no armazenamento da ração animal, para minimizar as dificuldades de alimentação, nos períodos de estiagem.

Por outro lado, o programa Hora do Trator, refere-se a disponibilização de duas horas de trator para cada pequeno agricultor, além de pagar 50%, do valor da hora do trator, para os agricultores que ultrapassarem as duas horas. Sendo que, para os que se inseriram no programa de biodiesel, o pagamento é de 100%. Atualmente, são cadastrados nos dois programas, em média, mil produtores. O pequeno cadastro é devido a falta de capacidade da prefeitura para atender a todas as solicitações.

TABELA 5.9 - Famílias Cadastradas no Programa Hora do Trator de 2007 da Prefeitura de Quixadá

DISTRITOS	NÚMERO DE FAMILIAS	NÚMERO DE HORAS
1- Tapuiará /Várzea da Onça	81	183,5
2- São Francisco da Califórnia / Juá / São Bernardo	0	0
3- Daniel de Queiroz / São João dos Queiroz	36	67,5
4- Cipó dos Anjos	73	166
5- Riacho Verde / Custódio / Dom Maurício	51	89,5
6- Juatama / Quixadá (Sede)	57	116,5
<b>TOTAL</b>	<b>298</b>	<b>623</b>

Fonte: Prefeitura de Quixadá (2008)

Para o Programa Biodiesel, em 2008, em Quixadá, estão cadastrados 261 produtores de mamona, para os quais foram distribuídos 2,3 ton de sementes, para o plantio em 471 ha; e 195 produtores de girassóis, para os quais foram distribuídas 355 kg de sementes plantadas em 71 ha, dados coletados nas entrevistas com os técnicos da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural de Quixadá. Uma particularidade deste programa é que o plantio de oleaginosas não deve ultrapassar 3 ha, para cada agricultor, sob pena de exclusão do programa.

Entre as principais dificuldades encontradas, pelos técnicos responsáveis por estes programas, são:

- i) A resistência do produtor rural para incorporar novas técnicas, como, por exemplo, a mineralização da ração dos animais, o espaçamento do plantio para aumentar a produtividade e o cuidado com o solo, e a vermifugação dos animais, que precisa de anual;

- ii) O número reduzido de técnicos, muito aquém da real necessidade, atualmente cada técnico atende a mais de 100 famílias, mensalmente, quando o ideal seriam 25 famílias;
- iii) A interrupção do projeto devido a mudança de políticas do governo, principalmente quando a mudança das lideranças;
- iv) A inexistência de associações e cooperativas efetivas de pequenos produtores; e
- v) A precariedade das verbas, quase inexistentes, ou de difícil acesso, como, por exemplo, a verba para a piscicultura que já está sendo buscada desde 1995 e, até hoje, ainda não foi liberada.

Entre os principais resultados alcançados, destacam-se:

- i) A inclusão do melhoramento genético, através da inseminação artificial em bovinos, e da utilização de reprodutores de primeira linhagem, no caso dos caprinos e ovinos, atualmente a prefeitura possui 42 reprodutores que fazem rodízio nas propriedades dos produtores;
- ii) O avanço na inserção de novas culturas, como: o plantio do algodão em conjunto com o gergelim, que é combatente natural a pragas que atacam o algodão; e plantio de oleaginosas, como o girassol, que serve também, após a extração do óleo, para ração animal; e
- iii) A abertura de visão dos produtores rurais, que já começam a perceber a necessidade de se utilizar novas técnicas e de trabalhar em cooperação com outros pequenos produtores, como, por exemplo, na silagem e na apicultura.

Projetos mais recentes, ainda em fase de implantação, são: o Projeto Piscicultura de criação de tilápias em tanques redes e o Projeto Galinha Caipira.

O Projeto Piscicultura é ligado ao Governo Federal, através da Secretaria Especial de Pesca (SEAP), com a verba de R\$ 230 mil reais, federais, contando com a contrapartida de R\$ 112 mil, por parte da Prefeitura Municipal de Quixadá.

O projeto consiste na colocação de 100 gaiolas, para produção de tilápias, distribuídas em 8 açudes públicos, de médio porte, no município. Cada gaiola terá como responsável um jovem da comunidade, que terá como responsabilidade manter, e expandir, o seu pequeno criadouro.

Os jovens selecionados, dentro da comunidade, estão sendo capacitados. A prefeitura arcará com os custos de manutenção, do primeiro ciclo, que são a compra: das gaiolas, da ração e dos alevinos. Além de disponibilizar canoas e redes, para cada açude.

Outro item do projeto é o acompanhamento técnico, durante 14 meses, verba incluída no projeto. Cada ciclo tem duração de 4 a 5 meses, e, devido as condições climáticas e pluviométricas locais, é possível apenas um ciclo anual, pois depende diretamente da força do inverno na região.

Atualmente, uma parte dos recursos já foi liberada, para a compra das gaiolas e dos equipamentos técnicos necessários, a segunda parcela ainda está sendo aguardada, a demora é devido a Licença Ambiental da Companhia Nacional de Abastecimento (COGER), que ainda não foi liberada.

Em relação ao armazenamento, comercialização e distribuição da produção, o que está definido é a compra pela CONAB de parte da produção. Mas ainda não está definido a quantidade. O que se pode observar é uma grande carência da comercialização de peixes, na região, bem como carência de comercialização, e gestão, para os produtos locais.

Para que a atividade de pesca venha a se desenvolver no município, faz-se necessário o estabelecimento de uma cadeia com vínculos externos, além do estabelecimento de insumos necessários e de vínculos cooperativos claros entre os produtores.

O Projeto da Criação de Galinhas Caipiras é o mais recente. Seus participantes ainda estão em fase de seleção, para a capacitação, através de cursos e treinamentos, em

parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Este projeto tem como objetivo diversificar a produção, através da inserção de galinhas caipiras de qualidade, para venda aos restaurantes da região.

### **5.5.2 Ações Desenvolvidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE)**

Fundada em fevereiro de 1954, o Serviço de Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) recebeu, inicialmente, a denominação de Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR). Os trabalhos de campo foram iniciados pelos municípios de Maranguape, Redenção e Quixadá. Ela deu origem a EMATERCE, em 1976, fundada pelo o Governo do Estado que a criou, com a aprovação da Lei 10.029. Órgão público estadual, de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Agricultura e Pecuária (SEAGRI), do estado do Ceará.

A EMATERCE tem como missão *“contribuir para o desenvolvimento sustentável da agropecuária do Estado do Ceará, utilizando processos educativos na construção de conhecimentos pelos extensionistas, agricultores e suas organizações, que assegurem a geração de emprego e renda no meio rural”* (EMATERCE, 2008). Para atingir a sua missão traçou-se, como estratégias:

- Divulgar e executar, com excelência, as políticas governamentais para o setor agrícola do Estado do Ceará;
- Elevar a escala de negócios dos produtores de base familiar; e
- Melhorar o perfil da agricultura familiar no Estado do Ceará.

Trabalhando com vários programas o público-alvo da EMATERCE é o produtor rural, de base familiar, e o produtor assentado, pelo Programa de Reforma Agrária.

Ela trabalha na execução de programas como o Agente Rural, que busca promover a inserção do pequeno agricultor no mercado, de forma competitiva, associativa e sustentável. Dessa forma, ajuda-o a implantar novas tecnologias nos setores do agronegócio familiar,

como: a bovinocultura, agricultura orgânica, algodão, cana de açúcar, piscicultura, milho, sisal/amendoim, caju, mandioca, mamona, fruticultura, olericultura, a ovinocaprinocultura, a floricultura, a fruticultura e a apicultura.

Estas inovações são desenvolvidas, através de parcerias, com os governos municipais e o governo federal, de linhas de financiamento, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

O Programa *Agentes Rurais*, lançado em 2004, consiste em técnicos agrícolas e tecnólogos em irrigação, selecionados e capacitados pela Empresa, que têm à missão de participar da organização das comunidades rurais, contribuindo para um desenvolvimento sustentável da agricultura familiar cearense. Segundo dados da EMTERCE (2008), o Estado dispõe de 1.004 agentes trabalhando.

O trabalho da EMATERCE é realizado, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, através da SEAGRI:

- Combate à Fome e à Pobreza - Projeto São José, Crédito para a Agricultura Familiar (PRONAF), Reforma Agrária Solidária (RAS), Hora de Plantar (arroz, milho variedade, feijão etc.), PRORENDAS RURAIS, organização e capacitação do agricultor (profissionalização rural);
- Modernização da Agricultura Tradicional - desenvolvimento da cotonicultura, renovação e modernização da cajucultura, expansão e fortalecimento da pecuária (modernização da bovinocultura de leite e desenvolvimento da ovinocaprinocultura), milho híbrido, proteção ambiental e outras atividades localizadas (pequena irrigação, mandioca, apicultura, floricultura, horticultura etc.);
- Geração de emprego rural não agrícola;
- Ações governamentais de apoio à agropecuária;

- Defesa agropecuária; e
- Prestação de Serviços – Apoio na elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs), elaboração de Laudos Técnicos/Periciais e levantamentos Sócio-Econômicos.

No entanto, o que se pode observar, na EMATERCE, de Quixadá, foi uma realidade bem diferente da sugerida pelos princípios e regimentos da instituição. O pequeno quantitativo de pessoal prejudica os trabalhos de campo, que são quase inexistentes. A EMATERCE conta apenas com 11 pessoas, sendo 5 funcionários, e 6 bolsistas contratados por apenas 3 anos, o que prejudica bastante o trabalho.

Os trabalhos se resumem: a distribuição de sementes, realizada com o apoio dos técnicos da prefeitura; ao levantamento e solicitação de vacinas para os bovinos, caprinos e ovinos; e ao Seguro Safra, que abrange um quantitativo pequeno de agricultores. Isto está longe de se constituir apoio à cadeia de produção.

O Seguro Safra, programa instituído pela Lei nº 10.420, em abril de 2002, alterado pela Lei nº 10.700, de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 4.363, de setembro de 2002, tomado como base o efeito cíclico da seca, no semi-árido, e com o objetivo de oferecer uma renda mínima, aos agricultores de base familiar, que porventura venham a ter prejuízos de 50 por cento ou mais de suas lavouras prejudicadas pela estiagem (arroz, feijão, milho, mandioca e algodão).

O Fundo Garantia Safra é constituído do aporte financeiro compartilhado percentualmente, com base no valor do benefício estabelecido para cada safra, entre agricultores de base familiar, participando com 1%, as Prefeituras Municipais com 3%, o Governo do Estado, com 6%, e o Governo Federal, com 20%. As contribuições financeiras, para a formação do Fundo Garantia Safra, em valores atuais, são da ordem de R\$ 5,50, do produtor, R\$ 16,50 por produtor, do município, R\$ 33,00 por produtor, do Estado, e R\$ 110,00 por produtor, da União.

Na safra 2005/2006, foi experimentado, no Estado, um projeto piloto em 06 municípios, utilizando um novo método de inscrição. Essa nova metodologia requer, do

agricultor, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) substituindo o Número de Identificação Social (NIS), e torna necessário o preenchimento da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) eletrônica, esta sigla significa Declaração de Aptidão ao PRONAF. A partir da safra 2006/2007, essa forma de inscrição do agricultor ao Programa ficou generalizada para todos os Estados. O que trouxe mais agilidade ao processo, por outro lado, em estruturas precárias, como a sede de Quixadá, tornou-se mais um complicador, pelo pequeno número de computadores e de mão-de-obra.

A estratégia operacional deste programa está estruturada em três pilares:

- O Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, coordena as ações de operacionalização do Programa, treina os agentes municipais, dá suporte operacional, paga sua parcela de contrapartida para o fundo Garantia Safra e credencia uma entidade para executar a tarefa de verificação de plantio e de perdas;
- A Prefeitura Municipal, Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATERCE – Mobilizam os agricultores, realizam as inscrições dos mesmos, o CMDS realiza correções, homologa a lista dos selecionados e remete de volta para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Prefeitura emite os boletos para o pagamento dos agricultores e paga sua contrapartida para o fundo Garantia Safra e, em caso de estiagem, decreta estado de calamidade ou situação de emergência; e
- O Agricultor – De posse do CPF, faz inscrição e, sendo selecionado pelos critérios do Programa, paga o seu boleto de adesão ao Programa na rede de arrecadação credenciada.

Esta estratégia operacional tem como gargalo a mobilização dos agricultores para inscrição, devido ao número reduzido de pessoas para atender ao quantitativo de produtores, como dito anteriormente.

Para o agricultor, com adesão, receber o benefício é necessário que tenham sido constatadas perdas, iguais ou superiores a 50%, nas culturas de milho, feijão, arroz, algodão e mandioca, em município adimplente, com decreto de estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecido pelo Governo Federal.

Na Tabela 5.10 constam os dados sobre o pagamento do Seguro Safra no Ceará, no período de 2003, quando foi instituído, a 2007, última leitura disponível.

TABELA 5.10 - Pagamento do Seguro Safra

INDICADORES	2003	2004	2005	2006	2007 (*)
Número de Municípios	1	26	128	7	112
Número de Produtores	436	13.274	120.940	11.338	152.718
<b>VALOR TOTAL (R\$ 1,00)</b>	<b>207.100</b>	<b>7.300.700</b>	<b>66.517.000</b>	<b>6.235.900</b>	<b>83.994.900</b>

(\*) Ainda em andamento e com base na folha de janeiro/2008

Fonte: EMATERCE (2008)

A EMATERCE Quixadá não teve como disponibilizar os dados reais relativos ao Seguro Safra do município, pois não há um sistema local de acompanhamento, e gerenciamento, das solicitações, esta dificuldade de acesso a dados foi constatada em todos os órgãos e associações visitados no município.

Os dados informais disponibilizados é que, no período de 2006-2007, 1.815 aderiram ao programa, e para 2007-2008, aderiram 3.380.

Outros projetos importantes gerenciados em Quixadá pela EMATERCE são: o Crédito Fundiário e o Nossa Primeira Terra. O *Projeto Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural* e o *Projeto Nossa Primeira Terra* são iniciativas do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) com o apoio do Banco Mundial, participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Coordenação Executiva no Ceará, a cargo da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), em sintonia com suas vinculadas, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) e EMATERCE, tendo como principais parceiros da sociedade civil organizada: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE) e, em nível local, os respectivos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Estes projetos buscam dar continuidade a experiência desenvolvida, a partir de 1997, em caráter pioneiro, pelo Governo do Estado do Ceará, através do Projeto Piloto de Reforma Agrária Solidária, no âmbito do Projeto São José.

Eles têm, como finalidade, desenvolver um novo modelo de reestruturação agrária, no qual os trabalhadores, sem terra e os minifundiários, através de suas Associações, negociam a aquisição de terras, diretamente com os proprietários rurais, obtendo financiamento reembolsável para aquisição da terra e financiamento não reembolsável para os investimentos de infra-estrutura e produtivos.

A área de atuação do Projeto abrange todo o Estado do Ceará, com exceção dos municípios de Fortaleza, Maracanaú e Eusébio, por contarem com população rural insignificante e por possuírem vocação econômica.

O projeto Crédito Fundiário tem como público-meta os trabalhadores rurais, sem terra e os que possuem pouca terra. Conta como instituições financiadoras: o Branco do Brasil e o Banco do Nordeste. Para serem beneficiadas, pelo projeto, as associações devem atender os seguintes requisitos:

- Ser sócio de associação legalmente constituída;
- Ser trabalhador rural sem terra (assalariado permanente ou temporário, diarista, etc);
- Pequenos produtores rurais com acesso precário a terra (arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros, etc) ou proprietário de terra caracterizada como minifúndio;
- Ter tradição na atividade agropecuária, sendo esta sua principal atividade;
- Dedicar pelo menos 80% do tempo de trabalho nas atividades agropecuárias no imóvel;

- Ter renda bruta familiar, anual, inferior a R\$ 5.800,00, e patrimônio familiar inferior a R\$ 10.000,00;
- Não sejam funcionários em órgãos públicos, autarquias, órgãos paraestatais federais, estaduais, municipais, ou não estejam investidos de funções parafiscais;
- Não tenham sido beneficiários de quaisquer outros programas de reforma agrária (federal, estadual, municipal), bem como seu cônjuge;
- Não seja promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança em imóvel rural com área superior à de uma propriedade familiar;
- Estejam dispostos a assumir o compromisso do financiamento e, posteriormente, pagar o empréstimo para a aquisição de terras e de contribuir com 10% dos custos dos investimentos comunitários complementares (ver condições de financiamento);
- Possa apresentar um ou mais proprietários dispostos a vender-lhe o imóvel que deseja adquirir;
- Manifestar a intenção de adquirir por compra, via sua Associação, um imóvel rural que lhe permita desenvolver atividades produtivas;
- Os jovens e as mulheres estão incluídos em todas estas categorias, bem como os idosos, exceto os funcionários públicos inativos e os trabalhadores de mais de 65 anos; e
- Será vedado o financiamento para agricultores que já tenham sido beneficiados pela Reforma Agrária Solidária – Cédula da Terra, ou por qualquer outro Programa Governamental com objetivos e características semelhantes, mesmo que seus débitos tenham sido liquidados.

Há duas linhas de financiamento:

- i) *Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT)* - visa financiar a aquisição de imóveis rurais para assentamento de famílias rurais através da apresentação, pela sua Associação, de Subprojetos de Aquisição de Terras (SAT), visando à redistribuição de Terras no Estado, como meio de combater a pobreza rural; e
- ii) *Subprojetos de Investimentos Comunitários (SIC's)* - onde os beneficiários do financiamento para a aquisição de terras recebem, também, financiamento não reembolsável, para subprojetos de investimentos comunitários (infra-estrutura, produtivos e sociais), entre eles:
  - Investimentos de infra-estrutura básica (construção ou reforma de residências, disponibilização de água para o consumo humano e animal, abertura ou recuperação de acessos internos);
  - Investimentos em infra-estrutura produtiva (construção e reforma de cercas, formação de pastos, construção de instalações para criações, para produção agrícola ou extrativa e para o processamento dos produtos);
  - Sistematização das áreas para plantio, (as obras de contenção de erosão, conservação de solos ou correção da fertilidade);
  - Investimentos para convivência com a seca (construção de cisternas, de barragens sucessivas, superficiais ou subterrâneas, ou outras formas de contenção ou manejo dos recursos hídricos, culturas ou criações que constituam fontes complementares de alimentação animal ou humana ou de renda que reduzam os impactos da estiagem);
  - Investimentos para recuperação das áreas de reserva legal, ou de preservação permanente, ou de eventuais passivos ambientais existentes, anteriormente, a aquisição do imóvel;
  - Investimentos comunitários necessários ao bom funcionamento do projeto e à melhoria da qualidade de vida, da comunidade beneficiária; e

- Pode ser destinado, até 8% do valor total dos subprojetos de investimentos comunitários, para contratação, pelas associações, do assessoramento técnico, para a implantação dos SIC's e assistência técnica.

O valor de financiamento, por família, tem limite máximo (SAT + SIC's) variável entre R\$ 12.000,00 a 14.000,00, dependendo do município.

Nas regiões do semi-árido e de alto risco climático, há um valor adicional de R\$ 2.000,00, por família, que deverá ser aplicado na gestão dos recursos hídricos, em ações de preservação ambiental e nas estratégias de convivência com a seca conforme normas específicas.

Nas demais regiões, há um adicional de R\$ 1.000,00, por família, para solucionar problemas ambientais, existentes anteriormente à aquisição do imóvel, ou para introduzir melhorias ambientais no imóvel.

Entre os entraves para alavancar estes recursos, tão importantes para o pequeno produtor rural, está o grande número de diferentes instituições e instâncias federais e locais envolvidas para a elaboração do projeto e liberação da verba. Entre elas:

- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF);
- Unidade Técnica Nacional (UTN);
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR);
- Coordenação do Programa – Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA);
- Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG);

- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE);
- Organizações Sindicais dos Trabalhadores Rurais;
- Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD);
- Banco Mundial (BIRD); e
- Banco do Nordeste e Banco do Brasil.

Além daquelas, a nível estadual, como a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDACE), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE), a Ceasa, a Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), a Secretaria de Infra-Estrutura (SEINFRA), a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior e a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).

Com tanta burocracia fica muito difícil o acesso aos benefícios oriundos da liberação destes recursos.

A EMATERCE também oferece apoio aos agricultores que buscam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujas regras estão disponíveis no site do Banco Central do Brasil. O PRONAF tem várias linhas de crédito, diferenciadas por segmento, objetivo do financiamento e taxas.

Apesar desses três recursos estarem disponíveis no mercado, o pequeno produtor ainda sofre bastante com o acesso a eles, e com a ausência de crédito, apropriado para as suas necessidades. Isto porque, os programas, acima descritos, contam com uma ampla e profunda burocracia de acesso, tornando-se inatingível para o pequeno produtor: informal, analfabeto, não organizado em associação ou cooperativa, distantes dos centros urbanos e sem apoio técnico. É impossível o acesso.

### 5.5.3 Ações Desenvolvidas por Outras Instituições

Conforme exposto anteriormente, tem-se ainda, em Quixadá, o *SEBRAE*, importante parceiro na elaboração e execução de projetos principalmente voltados para o turismo e a ovinocaprinocultura, além de oferecer capacitação e treinamentos.

Tem-se também, o *Sindicato dos trabalhadores rurais de Quixadá*, cujo foco central é assistencialista em apoio burocrático para a solicitação de pensões, aposentadorias, crédito etc. Além de promover projetos, em parcerias, como o Algodão Agroecológico, já mencionado.

E, finalmente, existe a *Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Central do Ceará (COCRESCE)*, lançada em fevereiro de 2008, em solenidade no auditório do Clube Diretores Lojistas do Município de Quixadá.

Instituição financeira, fundada por agricultores familiares da região do sertão central, filiada à União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). Conta ainda com parcerias com o Centro de Estudos ao Trabalho e Associativismo do Trabalhador (CETRA), e com o Instituto Helder Câmara para incentivar a participação, dos produtores rurais, na cooperativa.

A COCRESCE tem como objetivo apoiar, através de crédito, a população da agricultura familiar do território, em todas as atividades desenvolvidas pelas comunidades rurais, funcionando com a autorização do Banco Central do Brasil. Seu foco é oferecer crédito com menor burocracia.

A COCRESCE conta, atualmente, com 198 associados, em Quixadá. O pequeno número de associados, segundo diretoria da cooperativa, é devido, principalmente, a distância geográfica. Para se cadastrar é preciso realizar um depósito único, de R\$ 100,00. A cooperativa têm três linhas de crédito disponíveis:

- i) Crédito Pessoal com valor máximo de R\$ 1.000,00 e juros de 3% a.m.;

- ii) Crédito para construção com valor máximo de R\$ 800,00 e juros de 2% a.m.;  
e
- iii) Crédito para investimento em inovação no valor máximo de R\$ 2.000,00 e  
juros de 1,5% a.m.

Diante do acima exposto, nota-se que tanto existem potencialidades quanto dificuldades diversas, no que diz respeito ao desenvolvimento do Município. Isto motivou, a partir da presente pesquisa, realizar indicações para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para o Município, como a seguir apresentada.

## **CAPÍTULO SEIS**

### **INDICAÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO DE SPLS's COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO DE QUIXADÁ/CE**

Este capítulo contém indicações para a construção de uma estratégia de desenvolvimento para o Município de Quixadá, com base nas potencialidades locais através de um macro SPL solidário. Este Macro SPL é constituído pela soma dos SPLS's de cada setor da atividade econômica local, bem como das inter-relações entre estes. Chega-se, assim, ao objetivo inicial de contribuir para promover o desenvolvimento local, integrado e sustentável, através da inserção do pequeno produtor na economia, como sujeito da sua história.

Para isso, o capítulo está estruturado em três seções. Na primeira, faz-se uma breve apresentação das potencialidades e dificuldades para a estruturação dos SPLS's. Na segunda, indicam-se as cadeias produtivas básicas, consideradas de grande importância para o entendimento das potencialidades; na terceira, apresentam-se as indicações para a estruturação dos SPLS's.

#### **6.1 POTENCIALIDADES E DIFICULDADES**

Conforme mostrado no capítulo anterior, as principais potencialidades econômicas, identificadas no Município de Quixadá, foram: Apicultura, Avicultura, Pecuária leiteira e de corte, Ovinocaprinocultura, Algodão agroecológico, Agricultura familiar (milho, feijão, oleaginosas), Turismo e Ensino superior e técnico.

Como o foco, do presente trabalho, são os pequenos produtores rurais, foram escolhidas as atividades de Ovinocaprinocultura, Algodão agroecológico, Agricultura familiar (milho, feijão, oleaginosas) e Turismo, como pontos iniciais das ações de desenvolvimento e de estruturação dos SPLS's.

Estas atividades apresentam como *ponto forte* o caráter endógeno e a produção já existente. Como principais *pontos fracos*, a serem trabalhados, está a ausência de atividades integradas e de vínculos de confiança entre os produtores, além da carência de lideranças, capacidade de gestão, auto-gestão e de comercialização.

Estes pontos são entraves monumentais, visto que, para o desenvolvimento dos SPLS's, faz-se necessário a cooperação desenvolvida a partir do fortalecimento do seu capital social. Este caracteriza a organização social, e inclui confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da comunidade, facilitando a coordenação das ações.

Mas, supondo-se que estes pontos fracos possam ser superados, aborda-se, a seguir, as cadeias produtivas e seus respectivos atores.

## **6.2 CADEIAS PRODUTIVAS E MAPEAMENTO DOS ATORES**

Para a proposição da estratégia de desenvolvimento faz-se necessário, primeiramente, a elaboração das cadeias produtivas já referenciadas. Assim, tem-se, a seguir, as estruturas das cadeias de Turismo (Figura 6.1), ovinocaprinocultura de corte (Figura 6.2), caprinocultura de leite (Figura 6.3), Algodão Agroecológico (Figura 6.4) e Agricultura familiar (Figura 6.5). Em seguida, tem-se a descrição dos atores integrantes dessas cadeias constituindo cada SPLS, cujo conjunto constitui o macro SPLS para o desenvolvimento do Município em questão.

### **6.2.1 SPLS de Turismo**

A Figura 6.1, representa, de forma simplificada, a cadeia produtiva do turismo no Município de Quixadá. Esta cadeia tem início com o recebimento dos turistas na Casa de Receptivo, proposta nas ações a seguir. Neste momento lhe seriam oferecidos os produtos que mais se adequassem ao seu perfil e expectativa ou motivo da ida a Quixadá, lembrando que cada segmento precisa ter um conjunto de elementos específicos para desempenhar sua atividade de forma segura e de qualidade. Por exemplo, para o turismo de aventura faz-se necessário, além de guia, roteiro, alimentação e transporte, todos os equipamentos de segurança relacionado à prática esportiva a ser realizada.

A observação destes detalhes é imprescindível para o sucesso no desenvolvimento de qualquer atividade turística.

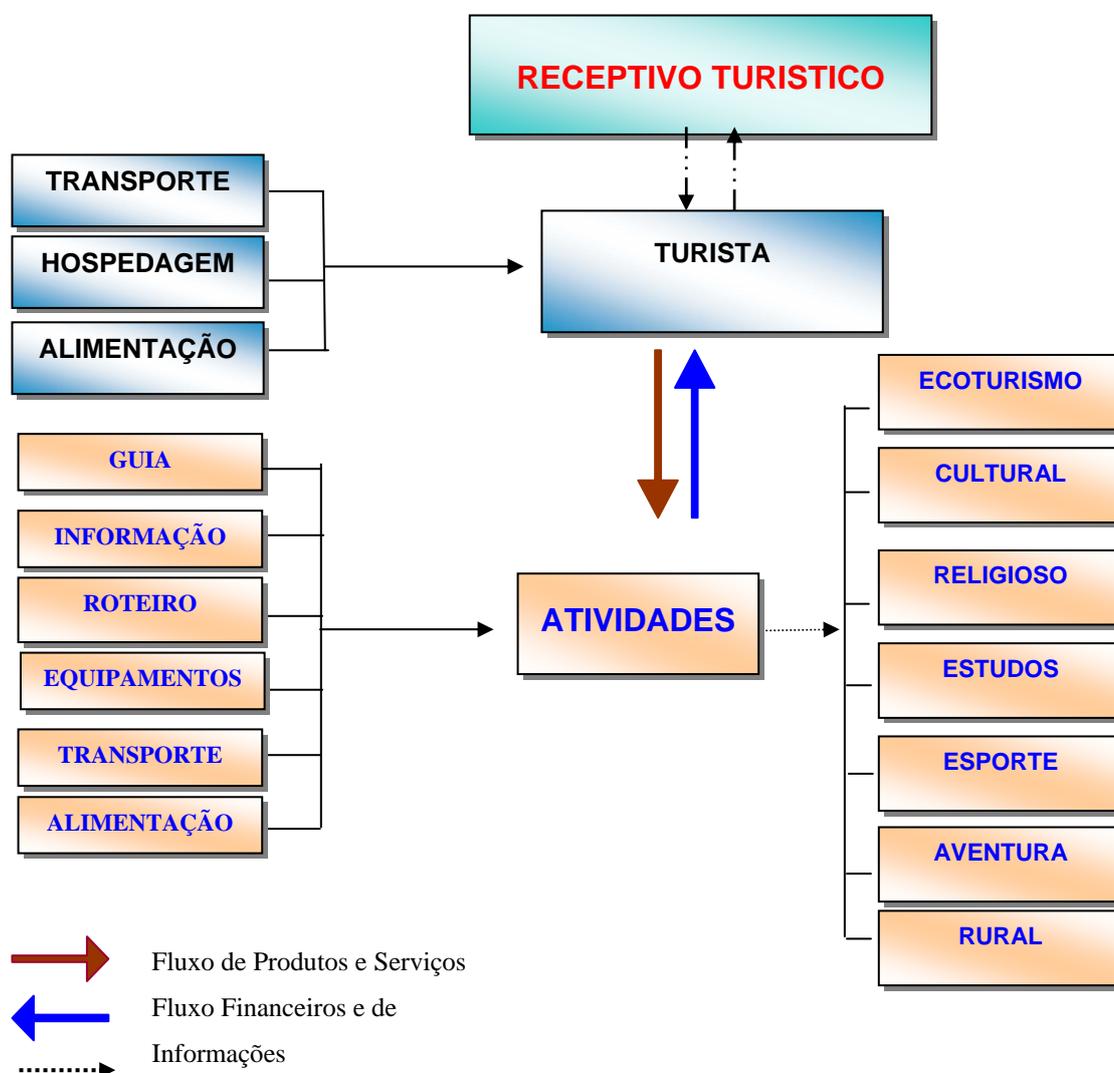


Figura 6.1 – Cadeia Produtiva Simplificada do Turismo  
Fonte: Elaboração da Autora

Um SPL solidário de turismo no Município de Quixadá teria seus atores assim dispostos:

- i) *Responsáveis pela acomodação dos turistas* - Hotéis, pousadas, Hotéis Fazenda, Chalés, etc, sendo que a alimentação oferecida por estes deveriam contar com a aquisição dos produtos dos *produtores rurais locais*, tais como

de frutas, verduras, carne, mel, feijão e outros produtos que possam ser inseridos no cardápio;

- ii) *Responsáveis pela alimentação*, restaurantes e bares - estes estariam em cooperação com os produtores rurais locais para a aquisição de frutas, verduras, carne, mel, feijão, e outros produtos que possam ser inseridos no cardápio;
- iii) *Responsáveis pelo receptivo* - deve ser criado um local para recepção dos turistas, podendo ser também um ponto de escuta para todos os participantes do SPLS de turismo;
- iv) *Responsáveis por cada tipo de segmento turístico* - ecoturismo, turismo de aventura, turismo religioso, etc, que fariam a integração das rotas, transporte, guias e segurança; e
- v) *Agências de Turismo* - para traçar a logística de trazer os turistas, disponibilizar para eles as opções e encaminhá-los para a mais adequada.

Além desses, o SPLS teria como atores externos, também:

- vi) *O Governo do Estado*, através da Secretaria de Turismo, atuando como comunicador no Brasil e no exterior dos atrativos turísticos de Quixadá;
- vii) *Instituições Bancárias* - para disponibilizar o crédito necessário para que os atores locais possam se adequar às necessidades de um serviço de turismo de qualidade;
- viii) A Prefeitura Municipal de Quixadá, através da sua *Secretaria de Turismo*, buscando proventos para a realização de projetos voltados à infra-estrutura, como melhor sinalização do município e de seus distritos, revigorando espaços como a Pedra da Galinha Choca, o Açude do Cedro, apoiando a construção de Hotéis Fazenda em assentamentos, enfim, dando o suporte estrutural necessário para a evolução do turismo no município, além de

desenvolver campanhas para capacitar toda a sua população para o recebimento adequado dos turistas, dando informações corretas; e

- ix) *Instituições de capacitação e treinamento* - para incentivar todos os envolvidos com os serviços de turismo a prestar sempre atendimento de qualidade, ter iniciativa e ter consciência do seu papel dentro do SPLS como um todo, além de capacitá-los para gerenciarem seus negócios na perspectiva da economia solidária e do desenvolvimento da região.

É importante lembrar que este SPLS estará interligado com o SPLS educacional, não aprofundado aqui, mas com a perspectiva de grande potencial.

A seguir, apresenta-se as cadeias relacionadas a ovinocaprinocultura de corte e a caprinocultura de leite.

## **6.2.2 Ovinocaprinocultura de Corte e Caprinocultura de Leite**

### **6.2.2.1 Ovinocaprinocultura de Corte**

A Figura 6.2, representa a cadeia produtiva da Ovinocaprinocultura de Corte no Município de Quixadá. Esta cadeia tem início com a definição dos insumos a serem utilizados para a criação do rebanho de ovinos e caprinos, como rações, vitaminas, sais minerais, vacinas, medicamentos e melhoramento genético. Para a produção de carne faz-se necessário ter o plantel, fazer o manejo, ter instalações e equipamentos apropriados. Ao abater o animal tem-se dois sub-produtos: a carne e o couro. Estes precisam ser beneficiados. A carne através dos cortes, carcaças, pré-cozimento ou fabricação de embutidos. O couro, também, tem várias linhas de produtos: wet-blue, *crust*, camurça, pelicas, napa e a da lã, do ovino têm o fio.

Após este beneficiamento, o produto pode ser comercializado através do canal mais apropriado para o SPLS, sem a presença de intermediários especulativos que não agreguem valor. Vale ressaltar a necessidade de infra-estrutura adequada de armazenamento e transporte dos produtos.

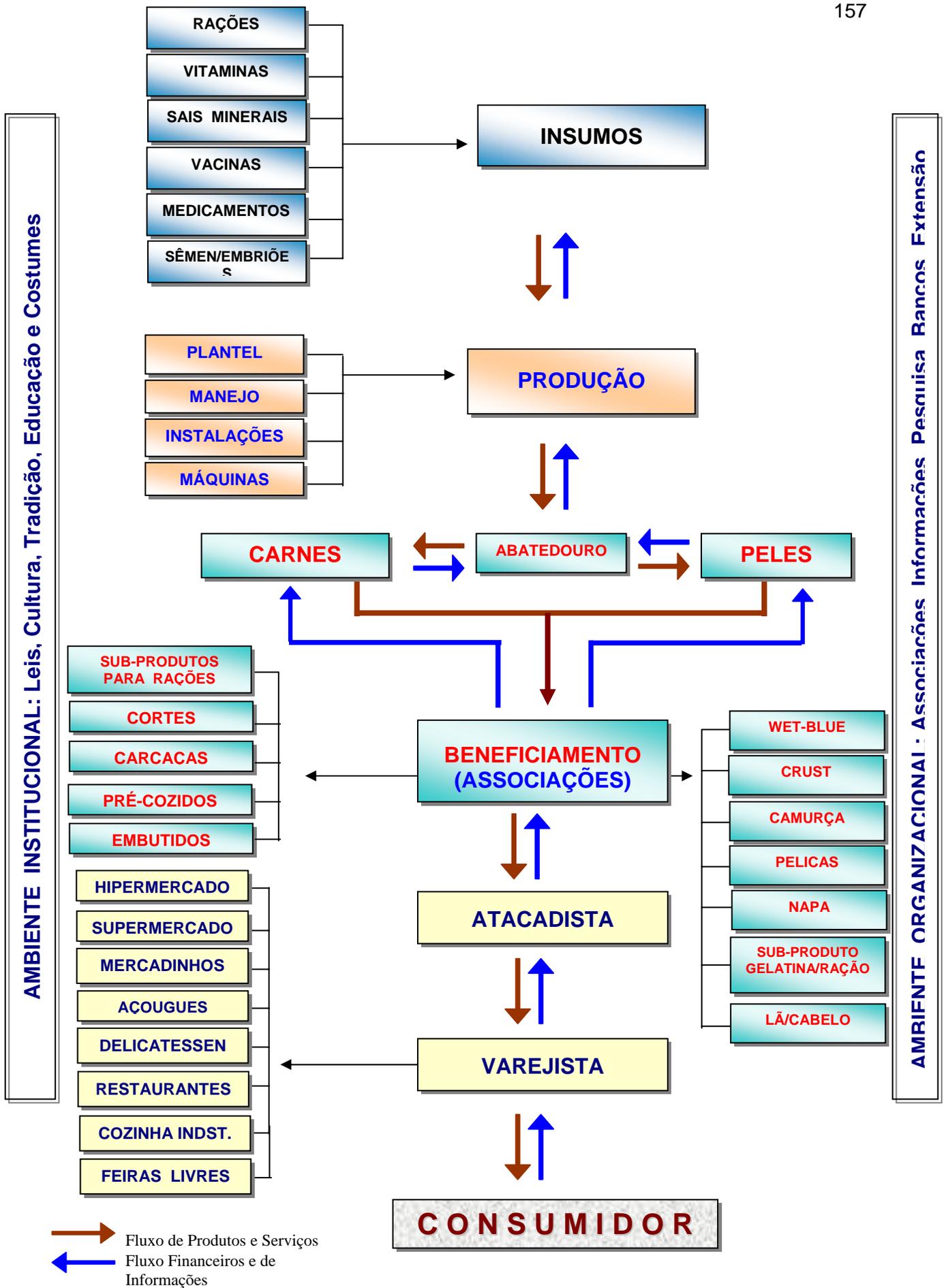


Figura 6.2 - Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura de Corte  
 Fonte: Adaptado do Banco do Nordeste (2000)

O SPLS de Ovinocaprinocultura de corte no Município de Quixadá devendo ter entre seus atores:

- i) *Pequenos Produtores Rurais* - responsáveis pela criação dos animais, manutenção da qualidade, troca de experiências, etc;
- ii) *Associação de Ovinocaprinocultura dos pequenos produtores rurais de Quixadá* - responsável pela fomentação da cooperação entre os produtores, viabilizando o suporte de assistência técnica da carne e couro. Criariam uma marca única para cada tipo de produto dos produtores, bem como a estruturação da distribuição da carne e da compra de insumos, recebimento, beneficiamento e distribuição da carne, buscando mercado para os produtos, capacitando-os para a criação de animais de qualidade;
- iii) A Associação deveria interagir junto a Prefeitura, através da *Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural*, em busca de melhorias da infra-estrutura de abate, armazenagem e transporte, além da estrutura para beneficiamento do leite de forma adequada; e
- iv) *Sindicato dos trabalhadores Rurais* - incentivaria o trabalho cooperativo e fomentaria a integração entre os produtores.

Além desses, teria como atores externos, também:

- v) O *Governo do Estado*, através da *Secretaria de Desenvolvimento Agrário*, atuando como comunicador dos produtos de base ovina e caprina, além de apoiar as iniciativas de melhoramento genético, através de verba e incentivos;
- vi) *Instituições Bancárias* - para disponibilizar o crédito necessário para que os atores locais possam adequar suas estruturas para a criação de forma adequada dos animais, bem como de espaços para a integração da produção; e

- vii) *Instituições de capacitação e treinamento* - para incentivar e capacitar todos os produtores com formas mais adequadas de criação de ovinos e caprinos, bem como quanto ao melhor aproveitamento dos animais, ajudando-os a ter consciência do seu papel dentro do SPL como um todo, além de capacitá-los para gerenciarem seus negócios na perspectiva da economia solidária e do desenvolvimento da região.

### **6.2.2.2 Caprinocultura de Leite**

A Figura 6.3 representa a cadeia produtiva da Caprinocultura Leiteira no Município de Quixadá. Esta cadeia é bem parecida com a anterior, ovinocaprinocultura de corte. Têm início com a definição dos insumos a serem utilizados para a criação do rebanho de caprinos, como rações, vitaminas, sais minerais, vacinas, medicamentos e melhoramento genético. Para a produção de leite de qualidade e em maior quantidade, visto que um animal de boa qualidade pode produzir até 7 litros de leite, por dia, enquanto um comum produz, em média, apenas 3 litros.

Faz-se necessário ter o plantel, fazer o manejo, ter instalações e equipamentos apropriados. Após a ordenha do leite este precisa ser beneficiado. Os sub-produtos do leite são: leite pasteurizado, leite longa vida, leite em pó, queijo, iogurte e outros derivados.

Após este beneficiamento o produto pode ser comercializado através do canal mais apropriado para o SPLS, sem a presença de intermediários especulativos que não agreguem valor. Vale ressaltar a necessidade de infra-estrutura adequada de armazenamento e transporte dos produtos.

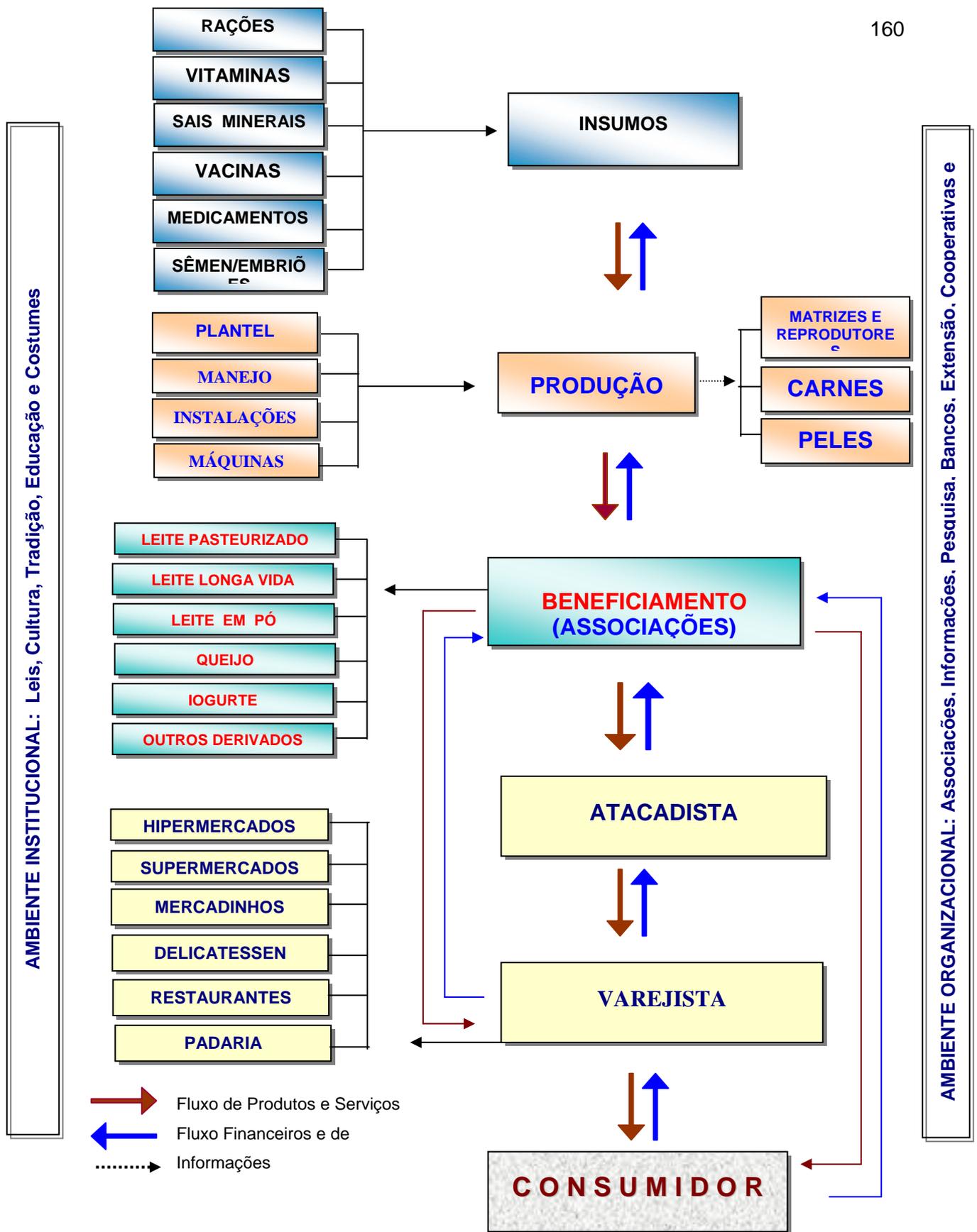


Figura 6.3 – Cadeia Produtiva Caprinocultura de Leite  
 Fonte: Adaptado do Banco do Nordeste (2000)

O SPL solidário de Caprinocultura de leite no Município de Quixadá está íntima e diretamente relacionada com o SPLS de Ovinocaprinocultura de corte, por isso, a descrição de seus atores é bem parecida. Atores deste SPLS assim dispostos:

- i) *Pequenos Produtores Rurais* - responsáveis pela criação dos animais, manutenção da qualidade, troca de experiências, pela ordenha do leite etc;
- ii) *Associação dos Caprinocultores de leite de Quixadá* - responsável pela fomentação da cooperação entre os produtores, viabilizando o suporte de assistência técnica, criando uma marca única para cada tipo de produto dos produtores, bem como a estruturação da distribuição dos produtores, recebimento, beneficiamento e distribuição do leite aos consumidores, compra de insumos buscando mercado para os produtos, capacitando-os para a criação de animais e ordenha de leite de qualidade;
- iii) A Associação deveria interagir junto a Prefeitura, através da *Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural*, em busca de melhorias da infra-estrutura de abate, armazenagem e transporte, além da estrutura para beneficiamento do leite de forma adequada; e
- iv) *Sindicato dos trabalhadores Rurais* - incentivaria o trabalho cooperativo e fomentaria a integração entre os produtores.

Além desses, teria como atores externos, também:

- v) O *Governo do Estado*, através da *Secretaria de Desenvolvimento Agrário*, atuando como comunicador dos produtos de base ovina e caprina, além apoiar as iniciativas de melhoramento genético através de verba e incentivos;
- vi) *Instituições Bancárias* - para disponibilizar o crédito necessário para que os atores locais possam adequar suas estruturas para a criação de forma adequada dos animais, bem como de espaços para a integração da produção; e

- vii) *Instituições de capacitação e treinamento* - para incentivar e capacitar todos os produtores com formas mais adequadas de criação de caprinos leiteiros, bem como do melhor aproveitamento dos animais e ter consciência do seu papel dentro do SPLS como um todo, além de capacitá-los para gerenciarem seus negócios na perspectiva da economia solidária e do desenvolvimento da região.

A seguir, apresenta-se a cadeia do Algodão Agroecológico.

### **6.2.3 Cadeia Produtiva do Algodão Agroecológico**

A Figura 6.4, representa a cadeia produtiva do Algodão Agroecológico. Têm início com a definição dos insumos a serem utilizados para no plantio, sendo estes os grãos selecionados, o adubo e a determinação de que combate a pragas será utilizado, pois como é um produto orgânico, não pode utilizar agrotóxicos. Por isso o plantio deste tipo de algodão é feito junto a plantações de gergelim, que é um combatente natural a praga do bicudo.

Para a produção, as etapas são: preparação da terra, plantio da semente e colheita. Faz-se necessário instalações, para a acomodação do produto e equipamentos de desencarocamento, que conforme discutido anteriormente, a compra deste equipamento está sendo pleiteada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais com o apoio do ESPLAR.

Os sub-produtos do algodão são a fibra, o óleo e a ração animal. No entanto, devido ao maior valor agregado da fibra, este grão não tem por finalidade, no momento, servir de base para o biodeisel.

Após este beneficiamento o produto pode ser comercializado através do canal mais apropriado para o SPLS, sem a presença de intermediários especulativos que não agreguem valor. Vale ressaltar a necessidade de infra-estrutura adequada de armazenamento e transporte dos produtos.

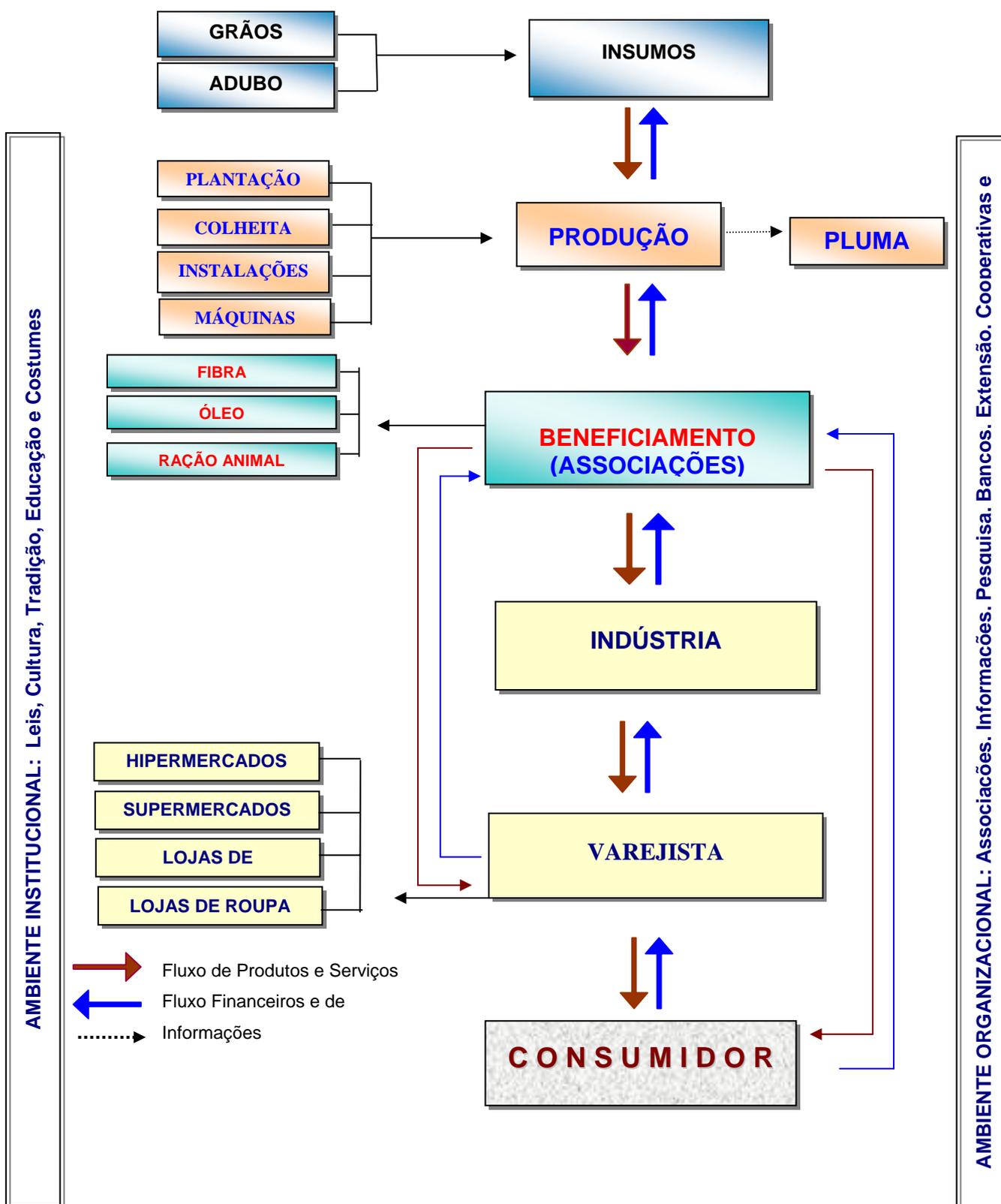


Figura 6.4 – Cadeia Produtiva Algodão Agroecológico  
 Fonte: Elaboração da Autora

O SPLS do Algodão Agroecológico, deverá ter como atores:

- i) *Pequenos Produtores Rurais* - responsáveis pela produção do algodão agroecológico;
- ii) *Associação dos Produtores de Algodão Agroecológico* - responsável pela fomentação da cooperação entre os produtores, viabilizando o suporte de assistência técnica para a produção do algodão agroecológico sem agrotóxicos, estruturação da colheita, beneficiamento e venda do algodão, buscar mercado para os produtos;
- iii) A Associação deveria interagir junto aos atores externos como a Prefeitura de Quixadá, através da *Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural*, em busca de melhorias dos equipamentos, principalmente tratores, da infra-estrutura de armazenagem e transporte de forma adequada; e
- iv) E também junto ao *Sindicato dos trabalhadores Rurais* incentivando o trabalho cooperativo e fomentando a integração entre os produtores.

Além desses, teria como atores externos, também:

- v) *Governo do Estado*, através da *Secretaria de Desenvolvimento Agrário*, atuando como apoiador na distribuição de terras, incentivado e explicando aos agricultores como utilizar o PRONAF para esse fim;
- vi) *Instituições Bancárias* - para disponibilizar o crédito necessário para que os atores locais possam adequar suas estruturas para a produção e para a compra de terras, bem como de espaços para a integração da produção; e
- vii) *Instituições de capacitação e treinamento* - para incentivar e capacitar todos os produtores, através de formas mais adequadas de produção, bem como do melhor aproveitamento da terra, e ter consciência do seu papel dentro do SPLS como um todo, além de capacitá-los para gerenciarem seus negócios, na perspectiva da economia solidária e do desenvolvimento da região.

A seguir, apresenta-se a cadeia de Agricultura Familiar Consorciada.

#### **6.2.4 Cadeia Produtiva de Agricultura Familiar Consorciada**

A Figura 6.5, representa a cadeia produtiva de Agricultura Familiar Consorciada. Esta cadeia é consorciada por trabalhar com plantações de feijão, milho, algodão comum, e, a partir de 2007, com as oleaginosas de mamona e de girassol com o objetivo de abastecer a indústria de biodiesel da Petrobrás em construção, no Município de Quixadá.

A cadeia consorciada se inicia com a definição dos insumos a serem utilizados no plantio, sendo estes os grãos de milho, feijão, algodão, girassol e mamona, previamente selecionados pelo agricultor, no caso das oleaginosas, os grãos são distribuídos pelo governo, e o adubo.

Para a produção, as etapas são: preparação da terra, plantio da semente e colheita. Ao serem colhidos o feijão e o milho são debulhados e ensacados. O algodão é desencaroçado e armazenado. Das oleaginosas são retiradas as sementes, ensacadas em embalagens, distribuídas pela Prefeitura do Município, e entregues a fábrica de biodiesel.

Não é pretensão, deste trabalho, discutir a cadeia do biodiesel, em particular, visto que só este assunto seria foco de um trabalho completo. No entanto, é importante destacar que, é necessário a construção de mini-usinas de beneficiamento a serem operadas e geridas pelos pequenos produtores rurais para que eles possam fazer parte desta cadeia de forma mais justa, visto que ao venderem o óleo, e não apenas a semente, podem aproveitar a torta, subproduto da extração do óleo, como adubo natural, no caso da mamona, e como ração, no caso do girassol.

Os produtos são utilizados para consumo das famílias e o excedente pode ser comercializado através do canal mais apropriado para o SPLS, sem a presença de intermediários especulativos que não agreguem valor. Vale ressaltar a necessidade de infraestrutura adequada de armazenamento e transporte dos produtos.

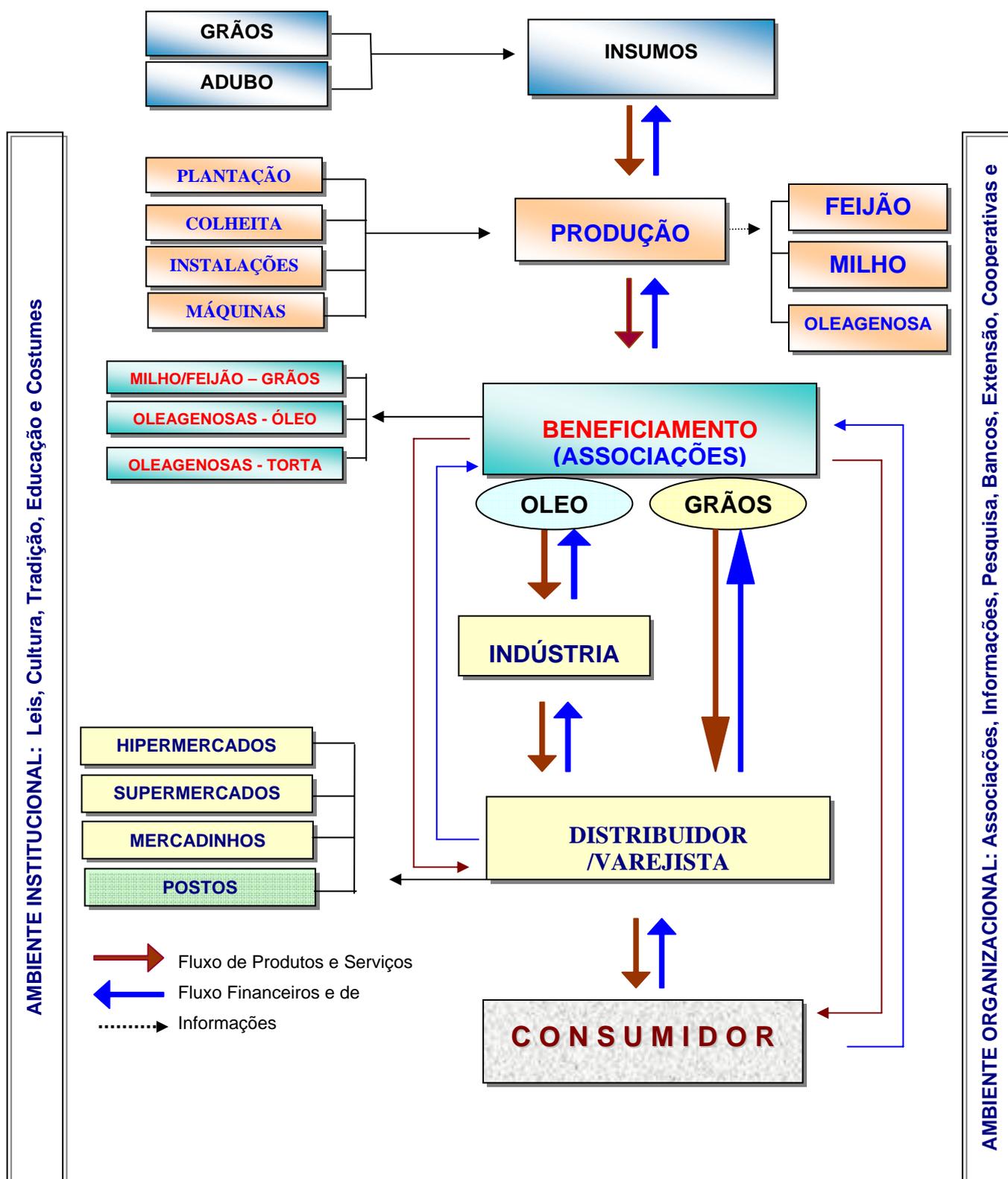


Figura 6.5 – Cadeia Produtiva Agricultura Familiar Consorciada  
 Fonte: Elaboração da Autora

O SPLS de Agricultura Familiar está diretamente relacionado ao de Algodão Agroecológico, visto que os dois são tratados em comum pelos mesmos produtores. Assim a descrição de seus atores são equivalentes, tendo-se:

- i) *Pequenos Produtores Rurais* - responsáveis pela produção, principalmente, de feijão, milho, algodão e oleaginosas, mantendo o equilíbrio entre as culturas para que não haja redução do plantio de milho e feijão, para aumentar a plantação de oleaginosas, visto que, os primeiros, são voltados à subsistência das famílias;
- ii) *Associação dos Agricultores Famílias de Quixadá* - responsável pela fomentação da cooperação entre os produtores, viabilizando o suporte de assistência técnica para a produção, estruturação da colheita, beneficiamento e venda das oleaginosas, visando entregar para a indústria de biodiesel apenas o óleo, utilizando a torta para adubo e ração animal, compra de sementes e insumos selecionadas, buscar mercado para os produtos;
- iii) A Associação deveria interagir junto aos atores externos como a Prefeitura de Quixadá, através da *Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural*, em busca de melhorias dos equipamentos, principalmente tratores, da infra-estrutura de armazenagem e transporte de forma adequada; e
- iv) E também junto ao *Sindicato dos trabalhadores Rurais* incentivando o trabalho cooperativo e fomentando a integração entre os produtores.

Além desses, teria como elementos externos, como nos demais SPLS:

- v) *O Governo do Estado*, através da *Secretaria de Desenvolvimento Agrário*, atuando como apoiador na distribuição de terras, incentivado e explicando aos agricultores como utilizar o PRONAF para esse fim;
- vi) *Instituições Bancárias* - para disponibilizar o crédito necessário para que os atores locais possam adequar suas estruturas para a produção e para a compra de terras, bem como de espaços para a integração da produção; e
- vii) *Instituições de capacitação e treinamento* - contratados pelas lideranças e pela prefeitura, para incentivar e capacitar todos os pequenos produtores, nas

formas mais adequadas de produção, bem como do melhor aproveitamento da terra. Visaria esta capacitação também despertar o espírito empreendedor do seu papel dentro do SPLS como um todo. Para que todos possam suprir adequadamente o gerenciamento de seus negócios na perspectiva da *economia solidária* e do *desenvolvimento da região*.

As cadeias, acima representadas, são de forma simplificada e visam a proposição das ações para a construção do SPLS. Elas, em um primeiro momento, constituiriam os SPLS's cujo somatório constituiria o embrião do macro SPLS do Município de Quixadá. Uma das particularidades é a interação que deve surgir da integração entre as diversas cadeias produtivas.

Cada cadeia produtiva representa a estruturação de um SPLS, sendo que, o objetivo das ações aqui propostas, é o desenvolvimento, em paralelo, das diversas ações de forma integrada e contínua, e não apenas ações pontuais, isoladas, como as que vêm sendo realizadas ao longo dos últimos séculos.

De todas as estruturas apresentadas, a que sofreu maior simplificação foi a de turismo, tendo em vista que a elaboração de uma cadeia de serviços é bem mais complexa, principalmente a proposta acima que trabalha com *sete* segmentos turísticos, cada um com suas particularidades e organização específica, mas que interagem entre si.

Outro esclarecimento é que apesar da atividade de apicultura não ter sido aprofundada ela apresenta um grande potencial, e deve ser correlacionada com os produtores voltados para a agricultura familiar, tendo em vista que esta, assim como o algodão agroecológico, tem apenas um ciclo anual.

Todas as cadeias descritas acima, com exceção da cadeia de turismo, estão presentes, em geral, em um mesmo produtor, pois a intenção não é a especialização total, e sim, o desenvolvimento de culturas complementares. Isto, tendo em vista, que a maioria das atividades agrícolas não tem produção anual contínua, e o objetivo do presente trabalho é trazer o desenvolvimento a partir da inserção, máxima, do pequeno produtor rural na economia, e não a criação de grandes conglomerados produtivos voltados para a pura e simples acumulação de capital.

Após ter-se reunido às condições necessárias e suficientes, indicam-se, a seguir, as ações para o desenvolvimento dos SPLS's propostos, culminando nas indicações para o desenvolvimento do SPLS do Município de Quixadá, surgindo da interação de todos os outros.

### **6.3 INDICAÇÕES PARA O SPL SOLIDÁRIO**

As indicações a serem propostas têm como objetivos principais:

- Aproveitar o potencial dos pequenos produtores do município em Estudo;
- Aumentar a produção e a produtividade;
- Incentivar a diversificação da exploração das atividades econômicas identificadas;
- Melhorar a renda e as condições nutricionais das famílias envolvidas;
- Oferecer uma alternativa de exploração rentável, auto-sustentável e preservacionista para a região;
- Colocar no mercado produtos com qualidade que visem atender as necessidades dos consumidores;
- Transferir conhecimentos gerenciais, para que, a médio prazo, os produtores possam gerenciar seus negócios e associações;
- Incentivar as organizações associativas de produtores e capacitá-las para executar as atividades de beneficiamento, comercialização, mercado e acesso ao crédito, bem como estimular o surgimento de novas formas associativas;
- Articular e promover a integração de entidades que atuam no Sistema Produtivo Local Solidário; E

- Inserir todos os pequenos agricultores da região na economia.

Para atingir estes objetivos, é fundamental a consideração da cultura e do saber locais, aspectos cruciais, mas quase sempre negligenciados, para a criação de vínculos entre os pequenos produtores e a criação das redes.

O principal ponto do sucesso do SPLS é a criação, o fortalecimento do relacionamento e do comprometimento entre os produtores. Este também é o ponto mais crítico, e, de acordo com as pesquisas bibliográficas realizadas sobre as iniciativas de APL's no Brasil, o principal motivo de fracasso dos mesmos.

Toda estratégia de negócio precisa considerar também a gestão da *supply chain*, definida, segundo Ching (2007), como uma forma integrada de planejar e controlar o fluxo de mercadorias, informações e recursos, desde os fornecedores até o cliente final, procurando administrar as relações da cadeia logística de forma cooperativa, visando o benefício de todos os envolvidos.

Esta integração da cadeia logística preconiza, dentre outros, segundo o mesmo autor, os seguintes elementos:

- Fluxo de processos otimizados;
- Planejamento em conjunto fornecedor/organizações/cliente;
- Pesquisa e desenvolvimento de marketing em conjunto;
- Melhoramento das características do produto;
- Atendimento, disponibilidade, velocidade e qualidade; e
- Melhor preço do produto.

Ela pouco se parece com as competências que são detidas pelos pequenos produtores, que parecem se situar muito aquém destas exigências. Entretanto é bom não *sub-*

*estimar* a capacidade de superação dos seres humanos neles incluído os pequenos produtores rurais.

O objetivo final desta integração é agregar valor ao produto final, através de uma melhor performance do negócio. Com essa visão, busca-se inserir o pequeno produtor rural na economia através da cooperação na estratégia de Sistemas Produtivos Locais Solidários, através de ações firmes de curto médio e longo prazo, visando o fortalecimento destes produtores aumentando sua qualidade de vida, sua eficiência produtiva e a qualidade dos seus produtos.

A elaboração das ações segue um processo cíclico e contínuo, conforme esquema disposto na Figura 6.6, mostrada mais adiante.

O primeiro passo é o levantamento das informações internas e externas. Internas, visando o diagnóstico exato do número de produtores já inseridos na atividade, o dimensionamento de sua capacidade e sua atual forma de produção; as externas, são referentes à verificação no mercado sobre o potencial consumidor, canais de escoamento alternativo e estrutura necessária, para a produção e para a operacionalização das atividades em conjunto.

O segundo passo é a sensibilização dos produtores para a necessidade de mudar, quais, como, quando e por que devem ocorrer essas mudanças.

O terceiro passo é a capacitação dos produtores, tanto a nível técnico quanto a nível gerencial, esta etapa é fundamental e precisa de acompanhamento técnico.

O quarto passo é a criação da entidade que será o elo de ligação entre os produtores, pode ser uma associação, cooperativa, sindicato, enfim, o órgão que melhor atender as necessidades dos produtores inseridos na referida atividade econômica.

O quinto passo é a definição de qual será o ponto de escuta e discussão dos produtores. Conforme abordado na parte teórica do presente trabalho, este procedimento é de vital importância para a manutenção e fortalecimento do SPLS.

Em seguida, vem o processo de produzir, beneficiar e vender a produção. Sempre que alguma mudança tiver que ser inserida deve-se retornar a etapa da capacitação, revendo depois se a organização e o canal de escuta, vigentes, estão atendendo as necessidades.

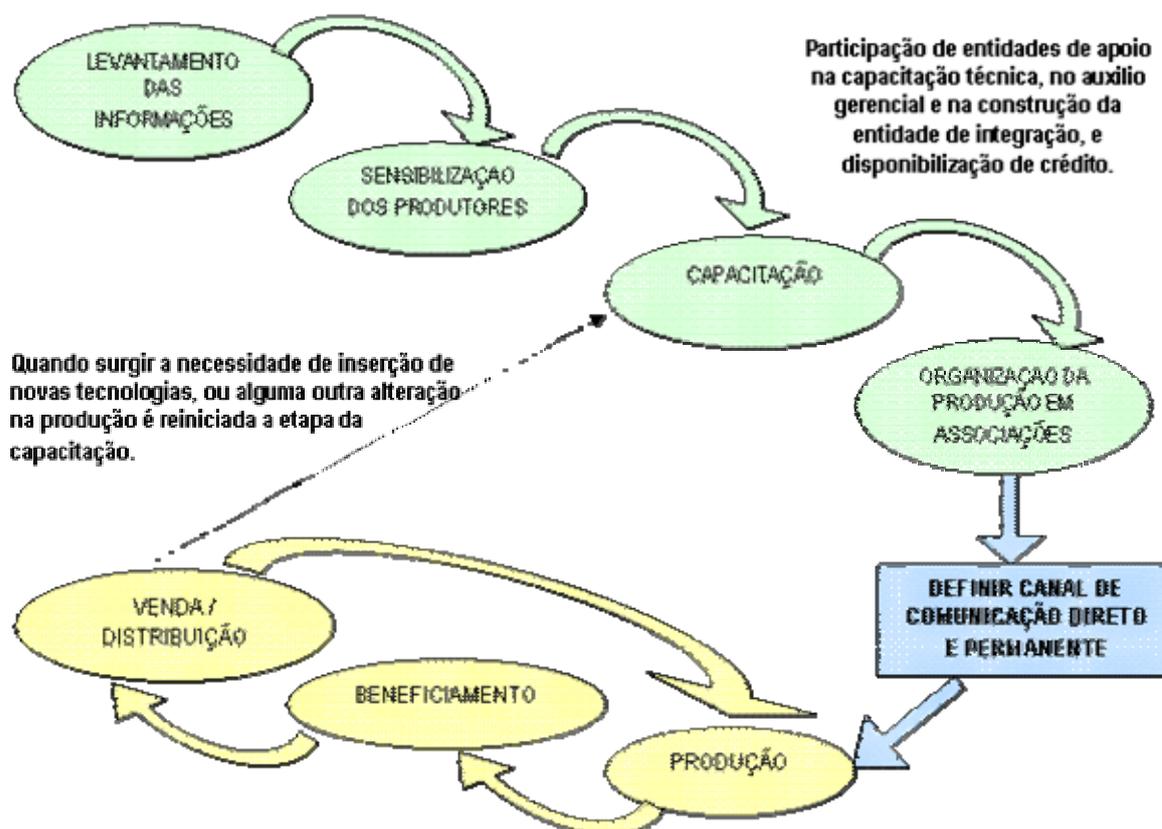


Figura 6.6 – Processo Cíclico de Elaboração de Ações  
Fonte: Elaboração da Autora

### 6.3.1 Ações voltadas para o SPS de Ovinocaprinocultura de Corte

Esta atividade é desenvolvida por, praticamente, todos os pequenos produtores rurais de Quixadá. Devido a sua extensão, tem um grande potencial de produção, e seu mercado consumidor é latente, conforme explicitado no capítulo anterior.

Para que possa desenvolver o seu potencial através do SPS faz-se necessário, além dos passos citados na Figura 6.6 acima, a estruturação dos canais de:

- i) Recebimento do rebanho para corte em um frigorífico adequado, definição de transporte;

- ii) Local adequado para o armazenamento da carne;
- iii) Estruturação de um sistema de transporte para a distribuição da mercadoria; e
- iv) Definição dos canais de distribuição a serem utilizados.

Padronização da produção através da definição dos parâmetros: alimentação, vermifugação, vacinação, raças a serem utilizadas, buscar melhoramento genético da produção, definição da produção média necessária para cada produtor e a respectiva identificação.

Identificação de outras utilidades da carne, bem como o aproveitamento do couro, produto de valor agregado e muita procura no mercado. Podendo ser inclusive utilizado pelos artesãos locais no desenvolvimento de produtos regionais.

Determinação do fluxo de produção e vendas, através de acordos com o mercado consumidor. Criação de uma marca única para os produtores do SPLS, bem como a estratégia de marketing.

Vale ressaltar que, para o gerenciamento e controle destas ações, é fundamental a entidade de cooperação e integração dos produtores, assim como o apoio de assistência técnica para garantir a qualidade do produto.

O Quadro 6.1 abaixo apresenta os pontos fortes e oportunidades, e os pontos fracos e ameaças, elaborado a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo.

<b>PONTOS FORTES/ OPORTUNIDADES</b>	<b>PONTOS FRACOS /AMEAÇAS</b>
<p><b>Atividade já enraizada no município.</b>  <b>Conhecimento tácito da criação de caprinos e ovinos.</b>  <b>Rebanhos melhorados geneticamente.</b>  <b>Empreendedorismo do produtor.</b>  <b>Atuação positiva da administração municipal.</b>  <b>Processo de silagem para alimentação do rebanho.</b>  <b>Grande mercado consumidor latente</b>  <b>Grande número de pequenos produtores locais.</b>  <b>Aproveitamento da carne e do couro</b></p>	<p>Baixa qualidade dos produtos.  Baixa expectativa dos produtores de que a caprinocultura possa ser mais rentável do que a pecuária.  Desconhecimento técnico dos produtores de como aproveitar o couro.  Resistência por parte de alguns produtores à mudanças.  Integração das instituições de apoio ainda em fase de estruturação.  Concorrentes de grande porte  Falta de infra-estrutura adequada de transporte e armazenamento.  Falta de fornecedores de serviços de transporte.  Falta de aporte financeiro e de contingencial técnico para fortalecimento e ampliação da produção para outros produtores.</p>

Quadro 6.1 – Ovinocaprinocultura Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças.  
Fonte: Elaboração da Autora

### **6.3.2 Ações voltadas para o SPLS de Caprinocultura de leite**

Esta atividade é, atualmente, a mais sub-utilizada pelos produtores. Entre as dificuldades existentes estão: a falta de estrutura e de infra-estrutura para a exploração dessa capacidade produtiva. Além da falta de conhecimento técnico, dos pequenos produtores.

Para que possa desenvolver o seu potencial através do SPLS faz-se necessário, além dos passos citados na Figura 6.6, a estruturação dos canais de:

- i) Recebimento do leite para embalagem adequada, definição do transporte;
- ii) Local adequado para o armazenamento do leite;
- iii) Estruturação de um sistema de transporte para a distribuição da mercadoria; e
- iv) Definição dos canais de distribuição a serem utilizados.

Padronização da produção do leite, através da definição das técnicas utilizadas, de forma a garantir sua qualidade. Bem como, a identificação de outras utilidades deste produto como queijos, iogurtes e doces, para a diversificação da produção.

A criação de uma marca única, e de uma embalagem padronizada, para os produtores do SPLS, bem como a estratégia de marketing, também são importantes.

Vale ressaltar que, para o gerenciamento e controle destas ações, é fundamental a entidade de cooperação e integração dos produtores.

O Quadro 6.2 abaixo, apresenta os pontos fortes e oportunidades, e os pontos fracos e ameaças, elaborado a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo.

<b>PONTOS FORTES / OPORTUNIDADES</b>	<b>PONTOS FRACOS / AMEAÇAS</b>
<p><b>Conhecimento tácito da criação de caprinos.</b>  <b>Grande mercado consumidor latente.</b>  <b>Grande número de pequenos produtores locais.</b>  <b>Atividade com alto valor agregado.</b>  <b>Produto de alto teor nutritivo.</b>  <b>Inexistência de Concorrentes de grande porte.</b></p>	<p>Atividade quase inexistente no município.            Baixa expectativa dos produtores de que a caprinocultura possa ser mais rentável do que a pecuária.            Falta de estrutura para beneficiamento do leite.            Cooperação entre os produtores ainda inexistente.            Falta de aporte financeiro e de contingencial técnico para fortalecimento e ampliação da produção para outros produtores.</p>

Quadro 6.2 – Caprinocultura de Leite Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças.  
 Fonte: Elaboração da Autora

### **6.3.3 Ações voltadas para o SPLS do Algodão Agroecológico**

Dentre as atividades aqui descritas, esta é a que se encontra com o maior nível de organização devido, principalmente, ao seu pequeno número de produtores, 89 famílias, e ao acompanhamento e gerenciamento da ESPLAR, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, além disso, a produção tem uma demanda certa e fixa, que absorve toda a produção.

As ações propostas para esta atividade são:

- i) A criação de uma associação em Quixadá desses produtores;

- ii) A montagem de uma mini-fábrica de beneficiamento deste algodão, nos padrões da existente em Tauá/Ce, visto que, este é o atual gargalo para a ampliação da produção;
- iii) A ampliação deste projeto para um número maior de produtores através da capacitação, assistência técnica e liberação de crédito; e
- iv) A ampliação da assistência técnica para garantir que o algodão produzido seja agroecológico, ou seja, não utilize defensivos químicos para o combate as pragas, é possa multiplicar as inovações encontradas, sobre formas de plantio e defensivos naturais, como a plantação em conjunto na mesma área do algodão com o gergelim, que combate as pragas naturalmente.

O Quadro 6.3 abaixo, apresenta os pontos fortes e oportunidades, e os pontos fracos e ameaças, elaborado a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo.

<b>PONTOS FORTES / OPORTUNIDADES</b>	<b>PONTOS FRACOS / AMEAÇAS</b>
<p><b>Potencial da região para plantação de algodão.</b></p> <p><b>Apoio do sindicato dos agricultores.</b></p> <p><b>Apoio da ESPLAR.</b></p> <p><b>Grande mercado consumidor latente.</b></p> <p><b>Grande número de pequenos produtores potenciais locais.</b></p> <p><b>Atividade com valor agregado mais alto do que o algodão comum (R\$25,00 e R\$11,00, a arroba, respectivamente).</b></p> <p><b>Pode ser agregado ao plantio já existente.</b></p> <p><b>Não utiliza agrotóxico.</b></p>	<p>Problema com o Bicudo, praga que ataca o algodão.</p> <p>Falta de estrutura para beneficiamento do algodão.</p> <p>Cooperação entre os produtores ainda inexistente.</p> <p>Falta de infra-estrutura de transporte e armazenagem da produção.</p> <p>Atividade ainda pouco conhecida pela maioria dos produtores da região.</p> <p>Falta de aporte financeiro e de contingencial técnico para fortalecimento e ampliação da produção para outros produtores.</p>

Quadro 6.3 – Algodão Agroecológico de Leite Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças.  
Fonte: Elaboração da Autora

#### **6.3.4 Ações voltadas para o SPLS de Agricultura familiar**

Esta atividade, assim como a ovinocaprinocultura, é a mais encontrada no município, sendo, portanto, a de maior extensão territorial, e com o maior número de produtores. Apesar desta atividade ser, basicamente, de subsistência, observou-se, na pesquisa de campo, que todos os agricultores comercializam parte de sua produção. Essa

comercialização é feita através de intermediários, que se aproveitam das dificuldades de transporte e da limitação produtiva individual dos agricultores. Oferecendo assim preços inferiores aos encontrados no mercado.

As produções individuais têm baixa expressão econômica, mas, se observadas de forma integrada, tem um grande potencial produtivo, e em consequência, de negociação e de inserção no mercado. No entanto, para isso é necessário a existência de uma entidade integradora, que gerencie a produção, identifique as quantidades plantadas por cada produtor, planeje seu escoamento e realize o transporte das fazendas dos pequenos produtores até o comprador. E, se necessário, armazene de forma adequada os produtos.

Além disso, identificou-se também a necessidade de um maior contingente de tratores para atender aos produtores. Uma solução seria identificar a necessidade não atendida pelos tratores existentes, mapear geograficamente estas necessidades, e indicar os pontos mais críticos, onde poderiam inclusive adquirir equipamentos, através de financiamento do Governo.

A responsabilidade pela manutenção e acompanhamento dos equipamentos, para evitar sub-utilização e depredação, seria da entidade formada para integrar os produtores rurais.

O Quadro 6.4, apresenta os pontos fortes e oportunidades, e os pontos fracos e ameaças, elaborado a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo.

PONTOS FORTES / OPORTUNIDADES	PONTOS FRACOS / AMEAÇAS
<p><b>Conhecimento tácito dos agricultores.</b>  <b>Grande mercado consumidor latente.</b>  <b>Grande número de pequenos produtores locais.</b>  <b>Atividade com vários incentivos governamentais.</b>  <b>Produtos de grande importância para a manutenção da vida.</b></p>	<p>Dificuldade de inserir modificações na forma como os agricultores lidam com as plantações.            Baixa expectativa dos produtores de aumentar a rentabilidade com esta atividade.            Falta de estrutura para lidar de forma coletiva com os produtores.            Cooperação entre os produtores ainda inexistente.            Inexistência de uma associação ou sindicato dos agricultores rurais realmente atuante.</p>

Quadro 6.4 – Agricultura Familiar Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças.  
 Fonte: Elaboração da Autora

### 6.3.5 Ações voltadas para o SPLS de Apicultura

Esta atividade também já tem um certo grau de organização, com a criação da Associação dos Apicultores. Foram definidas a marca e a embalagem para os produtos, constam no Anexo B. Construção de duas casas de mel, que estão em processo de registro no Ministério da Agricultura (SIF), além do acompanhamento técnico de todos os associados, e a capacitação, e apoio financeiro, para implantação do projeto para todos os produtores inscritos.

No entanto, o número de associados ainda é pequeno, apenas 75 das 200 famílias estão associadas. Esse baixo número deve ser superado e propostas ações para o cadastramento e envolvimento de todos. Como a embalagem foi desenvolvida através de órgãos de apoio, e impressa uma quantidade limitada, atualmente, não se tem mais nem embalagens nem logomarca para utilizar na produção. É necessário que o processo de compra de embalagens e impressão das logomarcas sejam contínuas e cíclicas, estes materiais não podem faltar para os produtores.

Não se tem um número preciso da quantidade de colméias que cada produtor tem atualmente. Após a implantação do projeto, em 2006, não foram realizadas medições sistemáticas, nem seu registro de forma a ser acessado pela associação. O registro e acompanhamento do crescimento de todos os produtores, bem como de sua produtividade por colméia, é fundamental para a delimitação da estratégia de comercialização e escoamento da produção.

O escoamento da produção não tem uma estratégia definida, visto ao pequeno volume inicial, toda a produção foi comprada pela CONAB, segundo acordo realizado antecipadamente, no entanto o excedente de 2008 ainda não foi comercializado. Isso gera insegurança nos produtores deixando-os vulneráveis para os intermediários.

O Quadro 6.5, abaixo, apresenta os pontos fortes e oportunidades, e os pontos fracos e ameaças, elaborado a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo.

**PONTOS FORTES / OPORTUNIDADES**

**Região benéfica para a apicultura visto que tem certos tipos de vegetações nativas que floram o ano inteiro.**

**Apesar de ser apenas um ciclo anual, devido a floração o risco das abelhas irem embora é menor.**

**Conhecimento técnico dos técnicos agrícolas oferecidos pela prefeitura.**

**Grande mercado consumidor latente**

**Grande número de pequenos produtores potenciais locais.**

**Atividade com alto valor agregado.**

**Produto de alta aceitabilidade no mercado.**

**Existência de duas casas de mel no município.**

**Existência da Associação dos Apicultores.**

**PONTOS FRACOS / AMEAÇAS**

Atividade que exige alta capacitação técnica.

Receio dos produtores em relação a criação de abelhas.

Pequeno nível de cooperação entre os produtores.

Falta de estrutura para armazenamento e transporte da capacidade atualmente instalada, o que é um gargalo para a ampliação da produção.

Pequeno número de apicultores associados.

Falta de aporte financeiro e de contingencial técnico para fortalecimento e ampliação da produção para outros produtores.

Quadro 6.5 – Apicultura Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças.

Fonte: Elaboração da Autora

**6.3.6 Ações voltadas para o SPLS de Turismo**

Esta atividade é a de maior alcance econômico, e de maior nível de integração, com os outros SPLS's. Por exemplo, se Quixadá for reconhecido como município com mel de alta qualidade, carne, leite e queijo de cabra como pratos oferecidos normalmente nos restaurantes e hotéis, plantações agroecológicas de algodão, etc, os produtos terão, no turismo, um caminho de divulgação e escoamento da produção. E, conseqüentemente, agregação de valor.

Apesar do grande potencial turístico da região, discutido no capítulo anterior, ainda não existem ações efetivas de atração dos turistas para a região, nem ações efetivas no município para o atendimento e a fidelização destes turistas.

Como ações, fundamentais para a efetivação de um SPLS de turismo na região, têm-se: a criação de uma cooperativa, voltada para o gerenciamento e integração de *todas* as atividades e atores envolvidos diretamente com o turismo. Isto, envolve hotéis, restaurantes, bares, guias, agências de turismo, entre outros, para elaboração de uma estratégia de turismo para o município, identificando: suas potencialidades, suas fraquezas e suas necessidades, e firmando um acordo de cooperação para o atendimento das mesmas.

Também fundamental, é a participação de toda a comunidade quixadaense no fomento do turismo. As pessoas da localidade precisam conhecer o potencial turístico, os serviços oferecidos e a localização dos pontos de visitação. Isso pode ser feito através da elaboração de uma cartilha explicativa, a ser distribuída para toda comunidade.

Através da cooperativa de fomento, deve-se identificar as necessidades e ser elaborado um plano de ações para desenvolvimento do turismo no município, neste, devem constar, entre outras ações:

- A inserção dos produtores rurais, direta e indiretamente, no processo de fomento do turismo. Diretamente, através: dos Hotéis Fazenda, nos assentamentos ou comunidades mais adequados; da participação nos roteiros do turismo rural, indicando inclusive como o mesmo deve ser planejado de forma a não prejudicar as atividades diárias dos produtores; do treinamento e capacitação dos mesmos, para a interação com os turistas e conhecimento sobre a estrutura turística existente em Quixadá. E, indiretamente, na venda de seus produtos aos hotéis, bares e restaurantes;
- Criação de uma casa de receptivo turístico, onde os turistas serão recebidos e informados de todos os atrativos;
- Melhoramento da segurança do município, bem como da estrutura de transporte;
- Ampliação da capacidade de leitos e serviços de alimentação;
- Melhor identificação dos distritos, pois os mesmos não têm identificação em suas entradas, não permitindo sua localização, de forma rápida e segura;
- Elaboração de um folder e guia de todos os atrativos turísticos do município;
- Integrar todas as empresas existentes, por segmento turístico, por exemplo, as empresas que oferecem ecoturismo e turismo de aventura precisam traçar,

em cooperação, estratégias de serviços, principalmente no que se refere a qualidade e segurança;

- Elaboração de um calendário turístico; e
- Incentivo do Governo Estadual e Federal, na divulgação do município, e de aporte financeiro para a elaboração das obras de estruturação física dos atrativos públicos.

O Quadro 6.6 abaixo, apresenta os pontos fortes e oportunidades e os pontos fracos e ameaças, elaborado a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo.

PONTOS FORTES / OPORTUNIDADES	PONTOS FRACOS / AMEAÇAS
<p><b>Grande potencial turístico natural em pelo menos seis segmentos.</b></p> <p><b>Capacidade para ser pólo de esportes de aventura, muito disputado a nível mundial.</b></p> <p><b>Alguns atores locais que querem desenvolver o turismo na região estão dispostos a colaborar para isso.</b></p> <p><b>Existência de hotéis de qualidade.</b></p> <p><b>Pessoal local disponível para tornar-se agente no SPLS.</b></p> <p><b>Existência de programas estaduais e federais voltados para o Turismo.</b></p> <p><b>Crescente demanda por novas rotas turísticas.</b></p> <p><b>Centros de treinamento e universidades que podem oferecer apoio técnico.</b></p> <p><b>Perspectiva de inclusão de uma boa parte da PEA local, inclusive dos produtores rurais, de forma direta ou indireta.</b></p>	<p>Cooperação entre os atores ainda inexistente.</p> <p>Baixa capacidade de leitos, apenas 887 no município.</p> <p>Inexistência de uma política municipal voltada para o desenvolvimento do turismo.</p> <p>Desconhecimento da população em geral da capacidade turística de seu município.</p> <p>Pouco contingente policial para segurança.</p> <p>Qualidade baixa do atendimento nos restaurantes e bares, devido ao despreparo para o atendimento.</p> <p>Falta de sinalização do município e dos distritos.</p> <p>Inexistência de mapa turístico.</p> <p>Inexistência de receptivo turístico.</p> <p>Inexistência de uma estrutura integrada de acomodação, alimentação e transporte para o atendimento do turista.</p>

Quadro 6.6 – Turismo Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças.

Fonte: Elaboração da Autora

### 6.3.7 Ações comuns a todos os SPLS's do Município de Quixadá:

- Criação de cooperativas, associações, sindicatos, enfim, entidades de integração dos produtores que se adequem às necessidades da atividade produtiva relacionada, nas quais tratem da produção e dos problemas e oportunidades comuns;

- A falta de estrutura de transporte e armazenagem afeta a todos os segmentos estudados, assim, faz-se necessário investimento na criação de atores de apoio, responsáveis, pelo menos, por transporte e armazenagem adequados;
- Capacitação gerencial dos produtores;
- Capacitação em gestão, inclusive logística, dos responsáveis pelo gerenciamento integrado das produções de cada SPLS;
- Criação de uma marca, embalagem e estratégia de mercado adequada para cada SPLS;
- Identificação da potencialidade de mercado e a negociação da produção dos SPLS's;
- Registro das informações de forma sistematizada. Este ponto é fundamental para o acompanhamento das ações e para a proposição de ações futuras. Para isso, sugere-se a criação de um Ponto de Inteligência, que será responsável pela gestão das informações sobre os SPLS's do município; esta estrutura pode ser agregada a algum órgão governamental ou não;
- Ampliação do número de técnicos e veterinários que realizam os atendimentos aos produtores; e
- Estabelecimento de estratégias de escoamento e distribuição para os SPLS's.

Finalmente, é preciso esclarecer que o principal entrave encontrado para o desenvolvimento dos SPLS's e de seu somatório e integração para a formação do macro SPLS do Município de Quixadá, foram à inexistência de entidades que fomentem a integração dos produtores. Esta integração não pode ter apenas caráter burocrático, precisa ir além, incentivar relacionamentos, confiança e a crença de que é necessário trabalhar em conjunto. A falta dessa integração tem como motivo principal o não entendimento, por parte dos produtores, e por parte dos órgãos de apoio, que facilitem o trabalho em conjunto, cooperativo, bem como o surgimento de lideranças e a formação de capacitação.

Talvez devido à complexidade do processo, a cooperação tenha ficado sempre em segundo plano, surgindo os órgãos de integração mais como atravessadores dos produtos do que como entidades de fomento, integração e desenvolvimento.

## **CAPÍTULO SETE**

### **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Neste capítulo são apresentadas as principais conclusões obtidas ao longo da pesquisa, bem como as indicações e recomendações para outros estudos.

#### **7.1 ASPECTOS RELEVANTES DO TRABALHO**

A elaboração desse trabalho teve por objetivo fundamental propor, à luz dos conceitos de desenvolvimento local endógeno e da economia solidária, uma estratégia de desenvolvimento, com base em políticas endógenas sustentáveis, visando o desenvolvimento de regiões precárias e utilizando a estratégia de Sistemas Produtivos Locais Solidários. Ele teve como estudo de caso o Município de Quixadá, no Sertão Central do Estado do Ceará.

Como resumo das principais questões abordadas neste trabalho, destacam-se as motivações para revalorização das pequenas empresas e produtores rurais localizados em regiões distantes dos grandes, médios e pequenos centros urbanos. Apresentou-se uma discussão sobre como o desenvolvimento deve ser entendido, ou seja, libertador, precisando, para isso, do protagonismo local visando a transformação do homem de objeto em sujeito da sua história.

Da mesma forma, ganhou um novo olhar o atual modo de produção vigente. O modo atualmente utilizado é baseado no capital, e não no ser humano. Para fomentar um novo modo precisa-se ter uma perspectiva diferente da capitalista, individualista e competitiva. O modo de produção solidário foi escolhido por ter como foco o homem e por base a cooperação, sendo a economia solidária a base para as operações econômicas, conforme discutido no capítulo três.

O macro Sistema Produtivo Local Solidário, formado pela integração dos vários SPLS's, foi amplamente justificado como estratégia a ser adotada devido à necessidade de se ter uma estrutura que articule a cooperação entre os diversos pequenos produtores locais, sendo indicada a necessidade de implementação de dois novos conceitos: arranjos e sistemas

produtivos locais *solidários*; bem como apontou-se o que se faz necessário para o seu desenvolvimento e sustentabilidade.

Entre as questões discutidas para o desenvolvimento e sustentabilidade dos SPLS's, destacou-se prioritariamente o incentivo a cooperação entre os pequenos produtores, através de entidades de apoio, visto que, este fator fundamental é fundamental para a operacionalização e gestão dos SPLS's.

O Município de Quixadá, localizado na região do Sertão Central do Estado do Ceará, foi caracterizado em termos populacionais como um município de médio porte, devido ao seu contingente populacional. Ele é um município dinâmico, em constante integração com municípios vizinhos, através das feiras que ocorrem semanalmente, das atividades do comércio e pelo crescimento das atividades de ensino superior. A partir da identificação de suas potencialidades, bem como de seus atores existentes e necessários, foram sugeridas ações, necessárias para o fomento e manutenção dos vários SPLS's propostos neste trabalho.

O objetivo geral, de propor uma estratégia de desenvolvimento, com base em políticas sustentáveis, visando o desenvolvimento de regiões precárias, utilizando como base Sistemas Produtivos Locais Solidários, foi atingido, visto que as ações propostas são viáveis e aplicáveis, em sua totalidade.

Todos os objetivos específicos também foram atingidos. Os de finalidade teórica, relacionadas a discussão sobre: desenvolvimento, economia solidária e sistemas produtivos locais, foram respondidos na parte um deste trabalho. Já os objetivos de fundo prático, relacionados à aplicabilidade efetiva de um SPLS numa região foram atendidos através da parte dois da presente pesquisa, realizada no Município de Quixadá, culminando nas indicações de ações voltadas para o desenvolvimento deste município.

## **7.2 PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO TRABALHO**

Dentre as conclusões a que se chegou neste trabalho, destaca-se a confirmação da hipótese de pesquisa, exposta no capítulo um, ou seja, conclui-se que embora os princípios de territorialidade, participação, ação local, parceria e cooperação – base para desenvolvimento local integrado e sustentável, ainda não estejam sendo devidamente considerados pelos

distintos atores envolvidos no processo de desenvolvimento no Município de Quixadá, eles poderão ser gradativamente absorvidos. Assim, eles contribuirão para que o município venha a desenvolver-se de forma harmônica, integrada e sustentável, com base em ações locais focadas nas potencialidades da região, na contribuição dos pequenos produtores locais, através de sistemas produtivos locais solidários, sendo esta a estratégia de organização produtiva sugerida para a inclusão da PEA rural na economia, transformando-a de objeto em sujeito de sua história.

É viável, sim, esta hipótese, embora requeira trabalho ininterrupto e muita vontade por parte dos atores locais, poderes políticos e órgãos de apoio ao desenvolvimento.

Conclui-se, também, que esses SPLS's são sustentados a partir da:

- i) Ação de entidades fomentadoras da cooperação e integração, principalmente, entre os pequenos produtores rurais;
- ii) Sensibilização dos pequenos produtores da importância de se trabalhar em conjunto para trazer o desenvolvimento para a localidade e formação de lideranças locais;
- iii) O apoio dos órgãos governamentais com ações voltadas principalmente para a infra-estrutura e o crédito; e
- iv) Definição de entidades que colaborem para a integração de todos os atores envolvidos no SPLS.

Conforme discutido no capítulo anterior, a partir destas ações os SPLS's terão suporte para integrar a economia local e, inclusive, interagir entre si, sempre buscando o desenvolvimento local endógeno integrado e sustentável.

É fundamental trabalhar em nível local com instrumentos de capacitação que facilitem a incorporação, pelo pequeno produtor, das noções de cooperação, autogestão, capital social e do papel fundamental que a aquisição de capacitações – produtiva,

tecnológica, organizacional, comercial e gerencial podem representar para a melhoria de seu negócio e da sua qualidade de vida.

Verificou-se, também, ao longo deste trabalho, que os vários programas desenvolvidos pelo governo federal, geralmente de forma pontual ou paliativa ao extremo, não têm atingido os objetivos aos quais se propõem, principalmente devido a: i) falta de integração com órgãos de desenvolvimento locais; ii) falta de acompanhamento *in loco* das ações; e iii) devido a falta de indicadores de desempenho que realmente mensurem a evolução após a aplicação das políticas públicas efetuadas.

A economia solidária é fundamental para se firmar a visão de desenvolvimento como liberdade através da inserção das pessoas na economia como agentes de sua história, através da integração, cooperação e colaboração, pautadas no fortalecimento do capital social. Entretanto, para isso, tem-se como desafios: romper as fronteiras sociais, geográficas; superar limites mentais, políticos, institucionais; e buscar convergências inclusivas, que sustentem uma integração sistêmica da economia solidária, de modo a convertê-la em base social e econômica efetiva.

Assim, concluiu-se que, o sistema produtivo local solidário é uma estratégia de desenvolvimento local pela qual a comunidade assume um novo papel: o de comunidade demandante, da qual emerge como agente, protagonista e empreendedora, com autonomia e independência. Assim sendo, o desenvolvimento local integrado e sustentável é um processo de articulação, coordenação e inserção dos pequenos produtores, com uma nova dinâmica de integração sócio-econômico-político-ambiental-cultural, de reconstrução do tecido social, tendo por finalidade uma melhor qualidade de vida dos atores locais.

### **7.3 PROPOSIÇÕES PARA O APROFUNDAMENTO DA PESQUISA**

Ainda não há pesquisa sobre a estruturação e gestão logística dos Sistemas Produtivos Locais, nem muito menos sobre Sistemas Produtivos Locais Solidários, embora este assunto seja de fundamental importância para a manutenção dos APLS's e SPLS's; destaca-se, aqui, a proposta de aprofundamento do estudo em etapa posterior.

A criação de indicadores que possam realmente mensurar o desenvolvimento de um território, a partir da aplicação efetiva de ações e políticas, também se impõe. Este é um dos itens mais problemático e mais esquecido por todos os órgãos, públicos ou não governamentais, e por todas as ações políticas propostas voltadas para os arranjos e sistemas produtivos locais.

Durante a realização deste trabalho não foi encontrado *nenhum* registro efetivo sobre o monitoramento e avaliação dos resultados, em termos de desenvolvimento, das ações implantadas. São sugeridos três causas para este fato:

- i. Ainda não se definiu de forma clara o que se pretende atingir com o incentivo aos sistemas e arranjos produtivos locais. Alguns destacam apenas emprego e renda; outros comentam sobre a necessidade de se implantar uma visão voltada não apenas para o desenvolvimento econômico, mas para o desenvolvimento territorial local integrado e sustentável;
- ii. Devido às ações serem isoladas e ao grande contingente de atores dos SPLS's serem de pequenos produtores informais, não se conseguiu estabelecer uma forma de medida que possa captar a sua evolução;
- iii. Existe dificuldade em elaborar indicadores voltados para a medição real do desenvolvimento de um país, regiões, estados ou municípios. Os atuais indicadores conseguem retratar apenas o aspecto econômico (PNB, PIB per capita) ou aspectos muito gerais (índice de mortalidade infantil, índice de analfabetismo, número de indigentes, etc.).

Estas dificuldades foram mencionadas, visto que o SPLS, conforme proposto, busca obter resultados bem além dessas medições pontuais. Precisa-se medir o nível de colaboração, a sinergia entre os atores, o nível de capital social, de capacidade de gestão, comercialização e como estes impactam efetivamente na promoção do desenvolvimento local endógeno integrado e sustentável. Fica esta proposta para aprofundamento posterior.

#### **7.4 LIMITAÇÕES DO TRABALHO**

Entre as limitações encontradas para a elaboração do presente trabalho, pode-se destacar:

- ✓ Inexistência de trabalhos teóricos relacionando a estratégia de Arranjo ou Sistema Produtivo Local e Economia Solidária, tornando escasso o material bibliográfico;
- ✓ Inexistência de trabalhos teóricos relacionando a logística com Arranjos ou Sistemas Produtivos Locais;
- ✓ Quase inexistência de registro de pesquisas e dados anteriores na região estudada;
- ✓ Inexistência de incentivo financeiro para a realização da pesquisa, tendo sido esta realizada com fundos próprios da pesquisadora; e
- ✓ Inexistência de acompanhamento por parte dos órgãos localizados na região em estudo de dados históricos para avaliação.

#### **7.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Espera-se que as conclusões aqui contidas sirvam de referência para o planejamento e dimensionamento dos SPLS's propostos, bem como constitua referência para outras ações que visem o desenvolvimento local endógeno integrado e sustentável em regiões precárias no Estado do Ceará.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. Porto Alegre: 1999.
- ALBUQUERQUE, Francisco. Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Fortaleza: BNB, 1998.
- AMARAL FILHO, Jair do. É negócio ser pequeno, mas em grupo. Texto apresentado no Desenvolvimento em Debate, painéis do Desenvolvimento Brasileiro II. 2000.
- AMARAL, Jair do. Et all. Identificação de arranjos produtivos locais in CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena; MACIEL, Maria Lucia. Pequena empresa cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2003.
- AMARAL FILHO, Jair do. Arranjo produtivo local: moda ou modo. Jornal O Povo, Fortaleza, 10 de dez. 2005. Análise Econômica.
- AMARAL FILHO, Jair do., et al. Subsídios para identificação de arranjos produtivos locais – APLs no Ceará. Fortaleza: Premium, 2006.
- AMARAL FILHO, Jair do; SCIPIÃO, Tatiana Teófilo; SOUZA, Dayane Lima Rabelo de. Identificação e mapeamento das aglomerações produtivas especializadas no Ceará: pistas para identificação de arranjos produtivos locais (APLs). Texto para discussão n° 14 - IPECE. Ceará: Fortaleza. 2004. Disponível em <[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)> . Acesso 08 jul. 2008.
- AMARAL FILHO, Jair do. A política de desenvolvimento local e regional no ceará, 2003 – 2006. In FAURÉ, Yves A.; HASENCLEVER, Lia. (orgs). Caleidoscópio do Desenvolvimento local no Brasil: diversidades das abordagens e das experiências. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- AMORIM, Mônica Alves. Clusters como estratégia de desenvolvimento industrial no Ceará. Revista Econômica do Nordeste – REN, 1.ed. Fortaleza, 1998.
- AMORIM, Mônica Alves; MOREIRA, Maria Vilma Coelho e IPIRANGA, Ana Silva Rocha. A construção de uma metodologia de atuação nos arranjos produtivos locais (APL'S) no Estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e governança. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 4, n. 9, p.25-34, set. 2004. Disponível em <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/monica.pdf>> Acesso 7 jul. 2008.
- ARARIPE, J.C. Alencar. Nordeste, pão e água. Fortaleza: Imprensa universitária do ceará, 1959.

- ARROYO, João Cláudio Tupinambá e SCHUCH, Flavio Camargo. Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BALLOU R.H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos - logística empresarial. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso 15 jul. 2008.
- BARBIERI, José Carlos (Org). Organizações inovadoras: estudos e casos brasileiros. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FJV, 2004.
- BAR-EL, R. A Reestruturação Espacial como Componente da Estratégia de Combate à Pobreza, Fortaleza: ed. IPLANCE. Governo do Estado do Ceará, 2002
- BAR-EL, R. Reduzindo a Pobreza através do Desenvolvimento Econômico do Interior do Ceará, Fortaleza: ed. IPLANCE/Governo do Estado do Ceará, 2003.
- BARQUERO, Antonio Vazquez. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.
- BASTOS, M. M DE M. Croissance économique et crise de transports au Brésil: Etude du cas de l'agglomération urbaine de Fortaleza. Tese de Doutorado, CRET-LOG, Université Aix-Marseille II, Aix-en-Provence. 1994.
- BASTOS, Marta Maria de Mendonça. Políticas de Desenvolvimento ou Políticas de Crescimento para ao Estado do Ceará? Notas de aula - Princípios e formas de organização territoriais e coletivas que Viabilizam o DRI. Disciplina de Desenvolvimento Integrado e Sustentável. Programa de Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará. 2006
- BASTOS, Marta Maria de Mendonça. Economia solidária, economia social, terceiro setor, comercio internacional, comercio justo, responsabilidade social e responsabilidade ambiental. Notas de aula. Disciplina de Desenvolvimento Integrado e Sustentável. Programa de Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará. 2007.
- BEAUD, Michel. Arte da tese: como redigir uma tese de mestrado ou de doutorado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1996
- BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BOWERSOX, D. J. e CLOSS, D.J. Logística Empresarial: O Processo de Integração da Cadeia de Suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.
- BOWERSOX, Donald J., CLOSS, David J. e COOPER, M. Bixbi. Gestão logística de cadeias de suprimento. Porto Alegre: Bookman, 2006.

- BOWERSOX, Donald J., CLOSS, David J. e COOPER, M. Bixbi. Gestão da cadeias de suprimentos e logística. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007.
- BRITTO, Jorge e ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. Características estruturais de Clusters Industriais na economia brasileira: uma análise inter-setorial. (2002). Disponível em <<http://www.nepp.unicamp.br/cadernos/cadernos/caderno39.pdf>>. Acesso 22 mar. 2008.
- BROSE, M. Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.
- CADERNO DO TERRITÓRIO. Programa territórios da cidadania – caderno do território sertão central. Volume 1. 2003. Disponível em <[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertocentralce/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertocentralce/one-community?page_num=0)>. Acesso 20 fev. 2008.
- CARVALHO, Joaquim F. de. O Brasil é viável? : uma análise de aspectos críticos da realidade brasileira, seguida de esboço de diretrizes estratégicas para um projeto nacional. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luiz Henrique. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.
- CASSIOLATO, José e SZAPIRO, Marina. Uma Caracterização de Arranjos Produtivos Locais de Micro e Pequenas Empresas. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo e MACIEL, Maria Lucia (Org.). Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2003.
- CASSIOLATO, José E. e LASTRES, Helena M.M. Arranjos Produtivos Locais: Uma Nova Estratégia de Ação para o SEBRAE - Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Redesist, nov. 2003b. Disponível em <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso 06 dez. 2006.
- CASSIOLATO, José E. e LASTRES, Helena M.M (Org.) Questionário para Arranjos Produtivos Locais. Instituto de Economia- Universidade Federal do Rio de Janeiro/SEBRAE, Rio de Janeiro. 2003c. Disponível em <[http://www.redesist.ie.ufrj.br](http://www.redesist.ie.ufrj.br/)>. Acesso 28 mar. 2008.
- CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena; MACIEL, Maria Lucia. Pequena empresa cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2003.
- CASTRO, Castro de Moura A prática da pesquisa. Ed. McGraw-Hill do Brasil, São Paulo, 1977
- CERRON, Ana Paula Munhoz. Sistemas produtivos locais na indústria calçadista brasileira: avaliação e sugestões políticas. Instituto de Economia, 2003.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2007.
- CHING, Hong Yuh. Gestão de estoques na cadeia de logística integrada. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

- CHOPRA, Sunil e MEINDL, Peter. Gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
- CHRISTOPHER M. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos – criando redes de valor agregado. 3 ed. London: Financial Times Prentice Hall, 2005.
- COFECON. Amartya Sen e a nova concepção de desenvolvimento. disponível em: <[http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1135&Itemid=114](http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1135&Itemid=114)> Acesso 29 abr. 2008.
- COOPER, Donald R; SCHINDLER, Pámela S. Métodos de pesquisa em administração. 7.ed. Porto Alegre : Bookman, 2003.
- CROCCO et al. Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais e potenciais: uma nota técnica. (Texto para discussão). Belo Horizonte: UFGM/Cedeplar (2003)
- DUARTE, Natalia da S. Os arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento local sustentável: caso do apl de confecções de aquiraz. Monografia (Graduação em Administração), Universidade Federal do Ceará/ FEAAC, Ceará, Fortaleza, 2004.
- DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado.(Orgs) Modernização excludente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- EMATERCE. Disponível em < <http://www.ematerce.ce.gov.br/>>. Acesso em 28 julho 2008.
- EMBRAPA. Ovinocaprinocultura no nordeste: organização e crescimento. 2004. Disponível em < <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2000/artigo.2004-12-07.2538681592/>> Acesso 10 jul. 2008.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acesso 15 jul. 2008.
- FALA BRASIL. Brasil: pobreza e desigualdade. 2008. Disponível em <[www.brazil-brasil.com](http://www.brazil-brasil.com)> . Acesso 16 jul. 2008.
- FIEC. Disponível em < <http://www.fiec.org.br/>>. Acesso 10 jun. 2008.
- FIEC. Procompi: programa de apoio à competitividade das micro e pequenas indústrias. Disponível em <[www.sfiec.org.br](http://www.sfiec.org.br)> Acesso 7 jul. 2008.
- FIGUEREDO, K.F.; FLEURY, P.F. e WANKE, P. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento do Fluxo de Produtos e Recursos. São Paulo: Atlas, 2003.
- FIGUEREDO, K.F.; FLEURY, P.F. e WANKE, P. Logística Empresarial: a perspectiva brasileira. São Paulo: Atlas, 2006.
- FISHER, Tânia (Org.) Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. 1. ed. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

- FRANÇA, Cássio Luiz. Comércio ético e solidário no Brasil. (s.d.) Disponível em <[www.facesdobrasil.org.br/fb/publicacoes/FACES%20do%20Brasil.pdf](http://www.facesdobrasil.org.br/fb/publicacoes/FACES%20do%20Brasil.pdf)> Acesso 17 jul. 2008.
- FRANCO, Augusto de. Porque precisamos de DLIS. Separata da Revista - Século XXI. 2000.
- FRANCO, Augusto de. Capital social, sustentabilidade e comunalidade. “Capital Social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy”. 1ª ed. Brasília: Millennium. 2001a.
- FRANCO, Augusto de. Cartas DLIS 1 a 20. 2001b.
- FRANCO, Augusto de. O desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia. Paper para o seminário “Os distritos industriais e o modelo de desenvolvimento da terceira Itália em questão: perspectivas para os programas Xingo e Zona da Mata do Nordeste”. Maceió, Alagoas, 1 e 2 de agosto de 2001c.
- FRANTZ, Walter. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação. Conferência pronunciada no Simpósio Internacional de Gestão Pública, desenvolvimento e cidadania. UNIJUI, Ijuí/RS, em nov. 2002. Disponibilizado no site: <[www.unijui.tche.br/~dre/frantz.htm](http://www.unijui.tche.br/~dre/frantz.htm)> . Acesso 16 mar. 2008.
- FURTADO, Celso. O Brasil pós-milagre. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FURTADO, Celso. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 32ª ed. São Paulo: Cia Editorial Nacional. 2003.
- GARCIA, René Jr. O capital social como fonte do desenvolvimento sustentável. Artigo disponibilizado no site: <[www.insightnet.com.br/brasilempre/n14.htm](http://www.insightnet.com.br/brasilempre/n14.htm)>. Acesso 25 mar. 2008.
- GIRÃO, Enio Giuliano; VASCONCELOS NETO, Antônio Genésio; SILVA, Joselito Brillhante. A rede institucional de apoio aos arranjos produtivos locais como instrumento de política pública para o desenvolvimento local no Estado do Ceará. 2007. Disponível em <[www.cnpat.embrapa.br](http://www.cnpat.embrapa.br)>. Acesso 30 jun. de 2008.
- GOMES, C. F. S. e RIBEIRO, P.C.C. Gestão da Cadeia de Suprimentos Integrada à Tecnologia da Informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO Jr., Rudinei . Economia brasileira contemporânea. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GUTIÉRREZ, Fermin Rodriguez. Manual de desarrollo local. Espanha: Ed. Trea. 1999.
- HADDAD, Paulo Roberto. Teorias e métodos de análise. BNB. Fortaleza, 1989.
- HADDAD, Paulo R. 2000. A organização dos sistemas produtivos locais como prática de desenvolvimento endógeno. Matéria publicada na revista Cluster em 2001. Disponibilizado no site: <[www.anprotec.org.br](http://www.anprotec.org.br)>. Acesso 14 fev. 2008.

- HAGUENAUER, Lia; PROCHNIK, Victor. Identificação de cadeias produtivas e oportunidades de investimento no nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2000.
- IBGE. Censo 2000. Disponível em <[www.ibge.gov.br/censo](http://www.ibge.gov.br/censo)> Acesso 20 mai. 2008.
- IBGE. Indicadores Econômicos das Contas Nacionais. Rio de Janeiro, 2001.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD - 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005>>. Acesso 23 ago. 2007
- IBGE. Economia do Turismo- Atividades Características do Turismo 2003. IBGE, 2007.
- IBGE. Economia do Turismo- Uma perspectiva macroeconômica 2000-2005. IBGE, 2008.
- IPECE e SEPLAN. Ceará em Números. 2005. Disponível em <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara\\_em\\_numeros/2005/PDFs/2%20Desenvolvimento%20Humano%20Social/3%20populacao.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2005/PDFs/2%20Desenvolvimento%20Humano%20Social/3%20populacao.pdf)>. Acesso 06 fev. 2008.
- IPECE. Perfil básico do município do sertão central do ceará. 2003. Disponível em <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil\\_basico/2003/Quixad%E1.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/2003/Quixad%E1.pdf)> Acesso 05 maio 2008.
- IPECE. Indicadores sociais 2003. Disponível em <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Indicadores\\_sociais\\_2003\\_final.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Indicadores_sociais_2003_final.pdf)>. Acesso 10 abr. 2008.
- IPECE. Índice de desenvolvimento municipal (IDM). Fortaleza: IPECE, 2004.
- IPECE Síntese dos indicadores sociais do Ceará – 2004. Fortaleza, 2006a.
- IPECE. Índice municipal de alerta (IMA). Fortaleza: IPECE, 2006b.
- IPECE Ceará: inclusão social – relatório anual 2006c. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e secretaria Extraordinária de Inclusão Social (SIM). Fortaleza, 2006.
- IPECE. Instituto de pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Relatório de performance 2005 - Ceará em Números v-1. Fortaleza, 2006d.
- IPECE. Indicadores Sociais – PNAD 2006. 2007. Disponível em <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Indicadores\\_sociais\\_2006\\_final.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Indicadores_sociais_2006_final.pdf)>. Acesso 10 abr. 2008.
- IPECE. Indicadores sociais 2006. Disponível em <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Indicadores\\_sociais\\_2006\\_final.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Indicadores_sociais_2006_final.pdf)>. Acesso 10 abr. 2008.
- IPECE. Perfil básico do município de quixadá. 2007. Disponível em <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil\\_basico/2007/Quixad%E1.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/2007/Quixad%E1.pdf)>. Acesso 05 maio 2008.

- IPIRANGA, Ana Silvia Rocha. O capital social e a arte de exportar na experiência do nordeste italiano: possibilidades de desdobramentos. Trabalho apresentado no Programa de Pós-graduação/ Mestrado acadêmico. UNIFOR. Aprovado em 2002.
- KINLAW, Dennis C. Empresa competitiva e ecológica: desempenho sustentado na era ambiental. São Paulo : Makron Books, 1997.
- LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. Metodologia do Trabalho Científico. 6ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.
- LASTRES, Helena; CASSIOLATO, José Eduardo. Pequena empresa cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2003.
- LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; ARROIO, Ana. Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ - Contraponto, 2005.
- LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; CAMPOS, Renato. Arranjos produtivos e inovativos locais: vantagens do enfoque. In LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Rio de Janeiro: E-Papers. 2006.
- LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; MATOS, Marcelo. Desafios do uso do enfoque em arranjos e sistemas e inovativos locais no Brasil. In LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Rio de Janeiro: E-Papers. 2006.
- LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E. e Mobilizando Conhecimentos para Desenvolver Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas no Brasil. Oitava Revisão. Redesist, dez. 2005. Disponível em <<http://redesist.ie.ufrj.br/glossario.php>>. Acesso 04 jan. 2008.
- LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no brasil. (2003). Disponível em <[www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br)>. Acesso 16 jul. 2008.
- LEME, Maria Christina C. G. As ações do mundo que visam promover o comércio Justo e o consumo ético. 2003. Disponível em <[www.ufscar.br/~consusol/arquivos/acoes%20no%20mundo.pdf](http://www.ufscar.br/~consusol/arquivos/acoes%20no%20mundo.pdf)> Acesso 17 jul. 2008.
- LEMOS, Cristina Ribeiro. Micro, pequenas e médias empresas no Brasil: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais. Tese de Doutorado da universidade Federal do RIO de Janeiro, COPPE/UFRJ Rio de Janeiro, 2003
- LEMOS, Cristina; ALBAGLI, Sarita; SZAPIRO, Marina. Políticas de promoção de arranjos produtivos locais no Brasil: evolução recente e desafios atuais. In LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Rio de Janeiro: E-Papers. 2006.

- LORENZ, Francisco A. O desenvolvimento local integrado e sustentável. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. 1º Encontro nacional de programa de regionalização do turismo roteiros do brasil. Brasília: 2006. Disponível em <[http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc\\_download/demandas\\_qualificacao.pdf](http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/demandas_qualificacao.pdf)> . Acesso 20. jun. 2008.
- MACHADO, Solange Aparecida. Dinâmica dos arranjos produtivos locais: um estudo de caso em Santa Gertrudes, a nova capital da cerâmica brasileira. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- MARTINELLI, Dante P. Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas. 1ª ed. São Paulo: Ed. Manole, 2004.
- MATTHÄUS, Horst. Apoio a processos de desenvolvimento local sustentável: o projeto PRORENDA urbano e regional/PE. Disponível em <[www.fiec.com.br](http://www.fiec.com.br)>. Acesso 22 fev. 2008.
- MILANE, Carlos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). 2002. Disponível em: <[www.adm.ufba.br/apescnepol\\_capital.htm](http://www.adm.ufba.br/apescnepol_capital.htm)> . Acesso 25 mar. 2008.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Panorama do Comércio Internacional de Serviços. Dados consolidados. Ano 2, nº 2, 1º semestre. 2007.
- MIOR, Luiz Carlos. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural. Chapecó: Argros, 2005.
- MÓ DE VIDA Declaração sobre o Comércio Justo. (2008) Disponível em <[www.modevida.com/comercio4.htm](http://www.modevida.com/comercio4.htm)>. Acesso 16 jul. 2008.
- MTE. (Ministério do Trabalho e emprego). Atlas da economia solidária. Brasília: 2005
- MUNDARÉU. O que é o Comércio Justo?. Disponível em <[www.mundareu.org.br/oqueecomerciojusto.php](http://www.mundareu.org.br/oqueecomerciojusto.php)>. Acesso 16 de jul. 2008.
- NEVES, Marcos Favas. Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia. São Paulo: Atlas, 2007.
- NOVAES, A.G. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação. São Paulo: Campus, 2004.
- OMT. Organização mundial do turismo. Introdução ao turismo. Madrid: 2001. Disponível em <[www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)> . Acesso 02 jul. 2008.
- PETROCCHI, Mario. Gestão de pólos turísticos. São Paulo: Futura, 2001.

- PIRES, S.R.I. Gestão da Cadeia de Suprimento: Conceitos, Estratégias, Práticas e Casos. São Paulo: Atlas, 2004.
- PNUD. Pesquisa nacional de amostra por domicílio. 1994.
- PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 1996. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/rdh96>>, Acesso 19 abr. 2008
- PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, ed. IPEA, Brasília, 2000.
- PNUD. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. 2005. Disponível em: [www.pnud.org.br/rdh/hdr/hdr2000](http://www.pnud.org.br/rdh/hdr/hdr2000), 2000. Acesso 25 abr. 2008.
- PONTE JUNIOR, Osmar de Sá. Mudanças no Mundo do Trabalho: cooperativismo e autogestão. 1ª ed. Fortaleza: Expressão Gráfica. 2000.
- PREFEITURA DE QUIXADÁ. Disponível em <<http://www.quixada.ce.gov.br/prefeitura/secretarias/agricultura/assistencia.asp>>. Acesso 10 jun. 2008.
- PUGA, Fernando Pimentel. Alternativas de apoio a MPEMs localizados em arranjos produtivos locais. Texto para discussão 99. Rio de Janeiro, 2003.
- PUTNAM, Robert. 1999. O capital social e democracia: a vida comunitária anima o desenvolvimento e a política. Trabalho apresentado na conferência internacional do Instituto Fernand Braudel de economia mundial sobre governabilidade: a economia política de escala. Realizada em maio de 1994 em Fortaleza. Disponível em: <[www.braudel.org.br/bps/paper10a.htm](http://www.braudel.org.br/bps/paper10a.htm)>. Acesso 22 fev. 2008.
- RIBAS, Fábio. Comércio justo: novas direções para o desenvolvimento econômico e social. (2005). Disponível em <<http://www.prattein.com.br/prattein/texto.asp?id=120>> Acesso 15 jul. 2008.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. Ed. Atlas, São Paulo. 1985.
- ROBBINS, Stephen P. Administração mudanças e perspectivas. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006
- ROJAS, Patrício Antonio Vergara. Desenvolvimento endógeno: um novo paradigma para a gestão local e regional. Fortaleza, IADH, 2004.
- RUFINO, Sandra. A dinâmica das redes de cooperação na economia solidária in AMATO NETO, João. Redes entre organizações. São Paulo: Atlas, 2005.
- SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTIAGO, Eduardo Girão. Tipologia para análise do desenvolvimento local, integrado e sustentável – DLIS. Ver. Cent. Cienc. Admin., Fortaleza, v.8, n.2, p. 119-124, dez. 2002.
- SCHNEIDER, Johann Wolfgang. Pesquisa mundial de comércio justo. (Série Mercado). Brasília: Sebrae, 2007.

- SEBRAE. Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais. 2003. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/\\$File/NT000A4AF2.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/$File/NT000A4AF2.pdf)>. Acesso 17 jan. 2008.
- SEBRAE. Comércio justo: pesquisa mundial. Sumário Executivo. Brasília: Sebrae, 2004.
- SEBRAE. Pólo do sertão central: perfil demanda turística. SEBRAE/CE: 2004.
- SEBRAE. APL de ovinocaprinocultura da região do sertão central do ceará: quixadá e quixeramobim. SEBRAE/CE: 2005.
- SEBRAE. Términos de Referência Sebrae para el Comercio Justo / Coordinación Técnica Jorge Rincón, Juarez de Paula, Louise Alves Machado, Alzira. Vieira. Brasília: Sebrae, 2007.
- SECRETARIA DAS CIDADES. Desenvolvimento Regional – Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Ceará. Disponível em: <<http://www.cidades.ce.gov.br/>>. Acesso 23 mai. 2008.
- SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia das letras, 2000.
- SETEM. Historia del Comercio Justo. Disponível em <[www.setem.org/madrid/comercio\\_justo/historia.htm](http://www.setem.org/madrid/comercio_justo/historia.htm)>. Acesso 16 jul. de 2008.
- SETUR. Indicadores turísticos do ceará: 1995-2006. Disponível em <[www.ipece.ce.gov.br/estudos\\_macro/analise\\_conjuntural/Bol\\_Conj\\_2006.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/estudos_macro/analise_conjuntural/Bol_Conj_2006.pdf)> . Acesso em 05 jul 2008.
- SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento sustentável um conceito multidisciplinar. In SILVA, Christian Luiz da; MENDES, Judas Tadeu Grassi (orgs). Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Ed Vozes. 2005.
- SILVA, Christian Luiz da; MENDES, Judas Tadeu Grassi (orgs). Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Ed Vozes. 2005.
- SILVA, Christian Luiz da (org). Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2006.
- SILVEIRA, Caio Márcio e REIS, Liliane da Costa (Org.). Desenvolvimento local dinâmicas e estratégias. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Ultra-set. 2001.
- SIMCHI-LEVI, David, KAMINSKY, Philip e SIMCHI-LEVI, Edith. Cadeia de suprimentos: projeto e gestão. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- SINGER, Paul e MACHADO, João. Economia socialista. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 1. ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

- SOUZA FILHO, Jorge Renato de. Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação. Tese de Mestrado. Disponível em: <<http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/pesquisas.htm>>. Acesso 26 abr. 2008.
- SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Ed Atlas. 2005.
- SPATA, Andréa V. Métodos de pesquisa: ciências do comportamento e diversidade humana. Rio de Janeiro: LTC, 2005.
- STALLIVIERI, Fabio. Dinâmica economia e a inserção de micro e pequenas empresas em arranjos produtivos locais: o caso da eletrometal-mecânica na cicrorregião de Joinville/SC. Dissertação de mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004
- STOCK, James R. e LAMBERT, Douglas M. Strategic logistic management. 4 rev.ed. New York: McGraw-Hill Publishing Co, 2001.
- SUZIGAN, W. Aglomerações industriais: avaliação e sugestão de políticas. Capítulo da coletânea: futuro da indústria: oportunidades e desafios. Organizado pelo Ministério Do Desenvolvimento, Indústria E Comércio (MDIC), no prelo. 2001.
- SUZIGAN, Wilson; GARCIA, Renato, FURTADO, João. Governança de sistemas de MPMEs em clusters industriais. (2002). Texto apresentado no Seminário Internacional “Políticas para sistemas produtivos locais de MPMEs”, Rio de Janeiro, 11 a 13 de março de 2002. Disponível em <<http://portal.vanzolini-ead.org.br/>> Acesso 16 jul. 2008.
- SUZIGAN, Wilson. Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Diretoria de Estudos Setoriais – DISET – relatório consolidado. Unicamp, 2006. Disponível em <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)> Acesso 10 jul. 2008.
- THOMAS, Vinod. O Brasil visto por dentro: desenvolvimento de uma terra de contrastes. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- UNIDO - (United Nations Industrial Development Organizations). Development of Clusters and Networks of SMES. The UNIDO Programme, Vienna. 2001.
- URIARTE, A. Fair trade: uma introdução e algumas reflexões. BSD, abril 2002. Disponível em <[www.bsd-net.com/bsd\\_brasil/fairtrade.html](http://www.bsd-net.com/bsd_brasil/fairtrade.html)> Acesso 23 mar. 2008.
- VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto; VIDAL, J.W.Batista. Poder dos trópicos: meditação sobre a alienação energética da cultura brasileira. São Paulo: Ed. Casa Amarela, 2004.
- VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- VIANNA, Pedro Jorge Ramos; ROSA, Antônio Lisboa Teles da (org.). Economia do Ceará em debate. Fortaleza: IPECE, 2006.
- VIANNA, Pedro Jorge Ramos; ROSA, Antônio Lisboa Teles da (org.). Economia do Ceará em debate. Fortaleza: IPECE, 2007.

WCED. Our Common Future, World Commission for the Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987

YUNUS, Muhammad. O Banqueiro dos pobres, a evolução do microcrédito que pobres de dezenas de países. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

## APÊNDICES

---

### APÊNDICE A – Índice de Desenvolvimento Humano – Municípios do Estado do Ceará

Índice de Desenvolvimento Humano - Municípios do Estado do Ceará  
Fonte: Atlas do Desenvolvimento (2000)

Município	IDHM, 2000	IDHM- Renda 2000	IDHM- Longevid ade 2000	IDHM- Educação 2000
Fortaleza	0,786	0,729	0,744	0,884
Maracanaú	0,736	0,585	0,76	0,863
Caucaia	0,721	0,584	0,764	0,815

Pacatuba	0,717	0,542	0,765	0,843
Crato	0,716	0,628	0,714	0,806
Limoeiro do Norte	0,711	0,588	0,783	0,763
Sobral	0,699	0,611	0,722	0,763
Russas	0,698	0,558	0,783	0,754
Tabuleiro do Norte	0,698	0,577	0,781	0,736
Juazeiro do Norte	0,697	0,606	0,713	0,773
São João do Jaguaribe	0,694	0,559	0,783	0,74
Iguatu	0,692	0,61	0,727	0,739
Maranguape	0,691	0,55	0,736	0,787
Barbalha	0,687	0,567	0,714	0,781
Penaforte	0,687	0,528	0,75	0,782
Eusébio	0,684	0,553	0,708	0,791
Itaitinga	0,68	0,536	0,708	0,795
Horizonte	0,679	0,58	0,707	0,751
Pacajus	0,678	0,551	0,707	0,775
Crateús	0,676	0,574	0,732	0,721
Brejo Santo	0,673	0,564	0,735	0,719
Cascavel	0,673	0,566	0,735	0,718
<b>Quixadá</b>	<b>0,673</b>	<b>0,543</b>	<b>0,743</b>	<b>0,733</b>
Aracati	0,672	0,554	0,697	0,765
Jaguaribe	0,672	0,572	0,722	0,721
Aquiraz	0,67	0,576	0,708	0,726
Ipu	0,67	0,535	0,769	0,706
Morada Nova	0,67	0,556	0,749	0,705
Pacoti	0,668	0,501	0,775	0,728
Varjota	0,668	0,525	0,769	0,711
Paraipaba	0,666	0,513	0,725	0,76
Tauá	0,665	0,551	0,759	0,684
Iracema	0,66	0,555	0,689	0,735
Itapipoca	0,659	0,511	0,722	0,743
Barro	0,658	0,517	0,727	0,729
Independência	0,657	0,538	0,732	0,701
Pindoretama	0,657	0,548	0,687	0,735
Ubajara	0,657	0,555	0,701	0,715
Campos Sales	0,655	0,577	0,696	0,692
Alto Santo	0,654	0,529	0,764	0,669
Guaramiranga	0,654	0,501	0,73	0,732
Jaguaruana	0,654	0,517	0,743	0,702
Groaíras	0,653	0,514	0,729	0,715
Jaguaribara	0,653	0,522	0,722	0,714
Jati	0,653	0,526	0,707	0,725
Reriutaba	0,653	0,499	0,769	0,692
Guaiúba	0,652	0,485	0,748	0,722
Quixeré	0,652	0,51	0,756	0,691
Beberibe	0,651	0,507	0,735	0,71
<b>Município</b>	<b>IDHM, 2000</b>	<b>IDHM- Renda 2000</b>	<b>IDHM- Longevid ade 2000</b>	<b>IDHM- Educação 2000</b>
Redenção	0,651	0,5	0,702	0,75
Mulungu	0,65	0,517	0,725	0,708
Palmácia	0,65	0,489	0,731	0,729
São Luís do Curu	0,65	0,542	0,649	0,759
Palhano	0,649	0,478	0,731	0,737
Ibiapina	0,646	0,503	0,695	0,74

Ipaumirim	0,646	0,511	0,662	0,766
Mauriti	0,646	0,513	0,727	0,698
Jaguaretama	0,645	0,518	0,722	0,694
Porteiras	0,644	0,516	0,712	0,704
Cruz	0,643	0,489	0,709	0,732
Forquilha	0,643	0,528	0,701	0,699
Baturité	0,642	0,551	0,632	0,742
Ibicuitinga	0,642	0,477	0,731	0,718
Itapagé	0,642	0,527	0,686	0,712
Jardim	0,642	0,473	0,704	0,749
Santa Quitéria	0,642	0,508	0,712	0,707
Itaiçaba	0,641	0,502	0,65	0,77
Milagres	0,641	0,502	0,703	0,717
Paracuru	0,641	0,508	0,662	0,753
Nova Russas	0,64	0,547	0,674	0,698
Quixeramobim	0,64	0,516	0,7	0,704
Solonópole	0,64	0,51	0,684	0,727
Tianguá	0,64	0,529	0,695	0,696
Pacujá	0,639	0,496	0,701	0,721
São Gonçalo do Amarante	0,639	0,506	0,673	0,737
Hidrolândia	0,638	0,488	0,712	0,714
Meruoca	0,638	0,503	0,668	0,742
Nova Olinda	0,637	0,527	0,659	0,725
Lavras da Mangabeira	0,636	0,483	0,715	0,711
Pentecoste	0,635	0,515	0,659	0,732
Canindé	0,634	0,498	0,705	0,699
Cedro	0,634	0,534	0,663	0,704
Madalena	0,634	0,49	0,7	0,712
Aratuba	0,633	0,46	0,725	0,713
Chorozinho	0,633	0,509	0,665	0,725
Fortim	0,633	0,544	0,65	0,706
Itapiúna	0,633	0,48	0,722	0,698
Várzea Alegre	0,633	0,506	0,69	0,702
Milhã	0,632	0,507	0,674	0,716
Trairi	0,632	0,461	0,722	0,714
Uruburetama	0,632	0,496	0,685	0,714
Capistrano	0,631	0,446	0,722	0,724
Icapuí	0,631	0,525	0,65	0,718
Missão Velha	0,631	0,535	0,662	0,696
Cariús	0,63	0,471	0,746	0,674
Banabuiú	0,629	0,511	0,7	0,675
Camocim	0,629	0,541	0,63	0,71
Guaraciaba do Norte	0,629	0,501	0,693	0,69
Mucambo	0,629	0,5	0,7	0,68
Catunda	0,628	0,449	0,712	0,723
Monsenhor Tabosa	0,628	0,461	0,715	0,708
<b>Município</b>	<b>IDHM, 2000</b>	<b>IDHM- Renda 2000</b>	<b>IDHM- Longevid ade 2000</b>	<b>IDHM- Educação 2000</b>
Abaiara	0,627	0,486	0,703	0,693
Orós	0,627	0,501	0,663	0,717
Ararendá	0,626	0,473	0,715	0,689
Pereiro	0,626	0,481	0,689	0,709
Quiterianópolis	0,625	0,487	0,732	0,657
Acarape	0,623	0,503	0,632	0,733

Jijoca de Jericoacoara	0,623	0,526	0,653	0,689
Apuiarés	0,622	0,462	0,662	0,743
Cariré	0,622	0,476	0,7	0,69
Piquet Carneiro	0,622	0,488	0,684	0,694
Tamboril	0,62	0,45	0,715	0,696
Barreira	0,619	0,494	0,637	0,726
Ererê	0,619	0,499	0,689	0,669
Santana do Acaraú	0,619	0,502	0,682	0,673
Caridade	0,618	0,476	0,703	0,675
Irauçuba	0,618	0,463	0,7	0,692
São Benedito	0,618	0,525	0,629	0,7
Senador Pompeu	0,618	0,549	0,618	0,687
Acaraú	0,617	0,506	0,671	0,673
Ipueiras	0,617	0,475	0,675	0,7
Potiretama	0,617	0,485	0,689	0,678
Amontada	0,616	0,464	0,664	0,72
Marco	0,616	0,502	0,654	0,692
Antonina do Norte	0,613	0,491	0,69	0,657
Aurora	0,613	0,482	0,67	0,686
Parambu	0,613	0,478	0,731	0,629
Boa Viagem	0,611	0,51	0,659	0,664
Tejuçuoca	0,611	0,448	0,665	0,72
Carnaubal	0,609	0,496	0,629	0,703
Farias Brito	0,609	0,488	0,619	0,72
Ipaporanga	0,609	0,442	0,715	0,669
Santana do Cariri	0,609	0,454	0,693	0,681
Morrinhos	0,608	0,472	0,654	0,697
Alcântaras	0,607	0,478	0,63	0,712
Icó	0,607	0,518	0,633	0,67
General Sampaio	0,606	0,452	0,664	0,701
Pires Ferreira	0,606	0,468	0,675	0,674
Frecheirinha	0,605	0,483	0,675	0,656
Pedra Branca	0,605	0,508	0,674	0,632
Mombaça	0,604	0,494	0,677	0,641
Novo Oriente	0,602	0,501	0,674	0,63
Itarema	0,601	0,465	0,666	0,671
Deputado Irapuan Pinheiro	0,6	0,51	0,618	0,671
Massapê	0,6	0,48	0,682	0,637
Senador Sá	0,6	0,445	0,697	0,659
Tururu	0,6	0,446	0,686	0,668
Acopiara	0,597	0,524	0,618	0,65
Aracoiaba	0,597	0,487	0,632	0,672
Ibaretama	0,597	0,463	0,659	0,66
Jucás	0,597	0,471	0,616	0,70
Paramoti	0,597	0,449	0,666	0,67
Poranga	0,597	0,466	0,675	0,65
<b>Município</b>	<b>IDHM, 2000</b>	<b>IDHM- Renda 2000</b>	<b>IDHM- Longevid ade 2000</b>	<b>IDHM- Educação 2000</b>
Potengi	0,596	0,501	0,691	0,597
Bela Cruz	0,595	0,461	0,621	0,703
Moraújo	0,594	0,441	0,664	0,678
Ocara	0,594	0,447	0,648	0,687
Graça	0,593	0,434	0,7	0,644
Viçosa do Ceará	0,593	0,45	0,693	0,636

Quixelã	0,592	0,474	0,7	0,602
Caririaçu	0,591	0,463	0,619	0,691
Coreaú	0,591	0,468	0,68	0,624
Baixio	0,589	0,476	0,562	0,729
Arneiroz	0,587	0,453	0,615	0,693
Uruoca	0,587	0,449	0,681	0,631
Araripe	0,584	0,467	0,647	0,638
Umari	0,584	0,468	0,562	0,722
Martinópolis	0,583	0,462	0,621	0,667
Miraíma	0,583	0,426	0,682	0,642
Catarina	0,58	0,444	0,615	0,68
Chaval	0,579	0,48	0,57	0,686
Umirim	0,578	0,451	0,616	0,668
Assaré	0,577	0,47	0,647	0,613
Altaneira	0,576	0,484	0,596	0,647
Granjeiro	0,576	0,435	0,619	0,673
Choró	0,57	0,436	0,596	0,677
Tarrafas	0,57	0,413	0,616	0,681
Itatira	0,569	0,437	0,647	0,623
Aiuaba	0,566	0,432	0,615	0,652
Saboeiro	0,56	0,444	0,615	0,622
Salitre	0,558	0,442	0,648	0,583
Croatá	0,557	0,441	0,558	0,673
Granja	0,554	0,442	0,66	0,559
Barroquinha	0,551	0,457	0,57	0,626

---

## APÊNDICE B – Indicadores de Pobreza 2000 - Municípios do Estado do Ceará

### Indicadores de Pobreza 2000 - Municípios do Estado do Ceará

Fonte: Atlas do Desenvolvimento (2000)

Município	% de indigentes
	<b>2000</b>
Fortaleza	13,65
Maracanaú	20,32
Iguatu	23,78
Juazeiro do Norte	25,13
Tabuleiro do Norte	32,46
Limoeiro do Norte	26,05
Caucaia	27,31
Crato	28,93
Sobral	26,56
Russas	27,75
Pacatuba	25,78
Aquiraz	23,75
Pacajus	28,76
Horizonte	25,74
Maranguape	29,97
Aracati	33,92
Itaitinga	29,1
São João do Jaguaribe	32,53
Icapuí	32,51
Crateús	35,06
Senador Pompeu	37,3
Cascavel	33,96
Brejo Santo	36,3
Eusébio	35,57
Iracema	40,04
<b>Quixadá</b>	<b>38,67</b>
Jaguaribe	37,14
Ubajara	29,93
Alto Santo	35,08
Campos Sales	39,21
Barbalha	36,89
Forquilha	39,71
Cedro	38,09
Morada Nova	33,73
Ipu	39,99
Jaguaribara	36,88
Varjota	38,17
Baturité	36,76
Tianguá	39,33
Jati	40,7
Tauá	38,12
Solonópole	38,24

Independência	37,3
Nova Russas	39,61
Barro	36,35
Pindoretama	34,71
Acarape	37,84
Jaguaretama	39,26
Jaguaruana	37,5
<b>Município</b>	<b>% de indigentes</b>
	<b>2000</b>
Groaíras	43,03
Penaforte	39,52
Quixeramobim	43,21
Redenção	37,2
Itapagé	42
Meruoca	43,32
Milhã	39,57
Icó	44,13
Mulungu	42,7
São Luís do Curu	36,61
Itaiçaba	42,05
Nova Olinda	45,31
Deputado	44,29
Irapuan	
Pinheiro	
Guaramiranga	37,54
Chorozinho	39,4
Orós	42,43
Ibiapina	43,81
Quixeré	37,1
Porteiras	40,97
Fortim	43,12
Uruburetama	37,77
Aurora	43,65
Farias Brito	46,89
Reriutaba	39,85
Quiterianópolis	46,16
Paracuru	44,25
Novo Oriente	47,31
Pacoti	41,41
Barreira	44,31
Banabuiú	48,4
Paraipaba	41,27
São Gonçalo do Amarante	41,37
Santa Quitéria	49,31
Pedra Branca	45,58
Guaiúba	39,34
Marco	48,44
Pacujá	44,08
Potengi	47,67
Madalena	50,19

Pentecoste	41,28
Jijoca de Jericoacoara	46,85
Hidrolândia	49,87
Itapipoca	49,02
Lavras da Mangabeira	51,63
Várzea Alegre	47,24
Ererê	47,79
Abaiara	52,61
Camocim	44,41
São Benedito	45,61
Mauriti	46,52
Ipaumirim	47,25
Milagres	47,99
<b>Município</b>	<b>% de indigentes</b>
	<b>2000</b>
Guaraciaba do Norte	43,19
Alcântaras	46,74
Cariús	52,6
Missão Velha	48,11
Mucambo	49,45
Canindé	49,74
Piquet	50,24
Carneiro	
Ibicuitinga	47,32
Beberibe	42,53
Acaraú	46,7
Antonina do Norte	48,74
Ararendá	51,76
Altaneira	52,81
Palmácia	47,41
Coreaú	44,76
Acopiara	51,18
Boa Viagem	51,53
Senador Sá	50,83
Cruz	47,05
Carnaubal	52,83
Massapê	46,94
Quixelã	51,17
Aracoiaba	46,49
Palhano	46,64
Potiretama	54,68
Baixio	49,28
Caririaçu	54,9
Ipueiras	52,09
Apuiarés	50,88
Irauçuba	50,01
Caridade	46,91
Ibaretama	49,67

Jardim	56,63
Itapiúna	55,79
Jucás	53,89
Parambu	51,05
Morrinhos	57,8
Frecheirinha	51,37
Cariré	50,92
Martinópolis	54,16
Umari	58,46
Pires Ferreira	50,69
Araripe	58,65
Monsenhor	54,15
Tabosa	
Bela Cruz	51,5
Poranga	58,23
Mombaça	55,91
Capistrano	52,96
Santana do	54,32
Acaraú	
Catunda	52,34
Assaré	57,82
Itarema	53,66
<i>Município</i>	<i>% de indigentes</i>
	<i>2000</i>
Trairi	55,4
Pereiro	57,54
Tamboril	54,1
Chaval	55,99
Moraújo	53,55
Granjeiro	62,36
Santana do	56,43
Cariri	
Amontada	62,37
Barroquinha	51,75
Arneiroz	54,7
Ocara	52,66
Salitre	57,11
Umirim	53,55
Tarrafas	62,54
Graça	56,61
Catarina	58,1
Paramoti	59,69
Tururu	57,23
Uruoca	58,53
Aratuba	54,06
Choró	61,42
Granja	57,03
General Sampaio	57,46
Itatira	64,12
Viçosa do	62,02
Ceará	

Aiuaba	62,66
Ipaporanga	54,36
Saboeiro	62,72
Croatá	60,54
Tejuçuoca	62,84
Miraíma	63,48

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

### MESTRADO EM LOGISTICA E PESQUISA OPERACIONAL QUESTIONARIO PARA PESQUISA DE CAMPO – coleta de informações das entidades de apoio

Nº Questionário \_\_\_\_\_ Local : \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

1) Nome:

2) Cargo e função

3) Entidade a qual está vinculado

4) Endereço da entidade

5) Telefones de contato

6) Qual a função da sua entidade?

7) Como ela surgiu e se desenvolveu?

8) Qual o âmbito de atuação?

9) Realiza ou já realizou estudos de natureza técnica sobre as condições do desenvolvimento local/ Regional?

( ) NÃO ( ) SIM. Quais? \_\_\_\_\_

**10) Realiza algum esforço para que as empresas ou pequenos produtores trabalhem em cooperação?**

( ) Não ( ) Sim.

Se sim. Responda:

A) Qual o porte das empresas?

( ) pequena ( ) médio ( ) grande ( ) pequenos produtores informais ou formais

B) Qual o objetivo? \_\_\_\_\_

C) Qual a frequência de contato com essas empresas?

( ) Diário ( ) Semanal ( ) Mensal ( ) bimestral ( ) semestral ( ) anual ( ) outro

11) Está relacionado a algum programa de ação voltado o desenvolvimento local ou regional?

( ) NÃO ( ) SIM . Qual? \_\_\_\_\_

12) A entidade interage com algum outro órgão governamental ou não na realização de ações voltadas para o desenvolvimento local ou regional?

( ) NÃO ( ) SIM . Qual a ação? \_\_\_\_\_  
Qual o objetivo? \_\_\_\_\_

13) A entidade tem alguma ação específica na região do Sertão Central do Ceará?

( ) NÃO ( ) SIM. Qual(is) município(s)? \_\_\_\_\_

13) Sugestões da associação para políticas de apoio ao desenvolvimento local ou regional

## **ANEXOS**

---